

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MARIA DE FÁTIMA FRÓES E ALMEIDA SOUTO MAIOR

ÁGUA SUBSTANTIVO FEMININO – Intermitência no Abastecimento de
Água em Boa Vista de São Caetano, Salvador - BA

SÃO PAULO
2019

Maria de Fátima Fróes e Almeida Souto Maior

ÁGUA SUBSTANTIVO FEMININO –
Intermitência no Abastecimento de Água em Boa
Vista de São Caetano em Salvador, BA.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a M^a. Táli Pires de Almeida

SÃO PAULO
2019

Ficha Catalográfica

SOUTO MAIOR, Maria de Fátima Fróes e Almeida.

Água Substantivo Feminino - Intermittência no Abastecimento de Água em Boa Vista de São Caetano na Cidade de Salvador. Maria de Fátima Fróes e Almeida Souto Maior, São Paulo: FLACSO/FPA, 2019.

122 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2019.

Orientadora: Prof.^a M^a Táli Pires de Almeida

Maria de Fátima Fróes e Almeida Souto Maior

ÁGUA SUBSTANTIVO FEMININO –
Intermitência no Abastecimento de Água
em Boa Vista de São Caetano em
Salvador, BA.

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em 13/02/2020

Prof.^a M^a Táli Pires de Almeida
Doutoranda em Sociologia da Universidade de São Paulo
FLACSO Brasil/FPA

Prof.^a Dr.^a Renata Faleiros Camargo Moreno

Prof.^a M^a Alessandra Félix de Almeida

DEDICATÓRIA

Para todas as mulheres que tiveram que suprir a escassez de água.

Para José Alberto, meu companheiro, que mergulhou comigo nesta experiência.

A Bete Santos que, como uma Oxum, mostrou-me os caminhos das águas de Salvador.

AGRADECIMENTOS

A meus filhos, Daniel, Camilo e Renata, pelo incentivo.

Ao Grupo de Pesquisa de Qualidade de Ambiente Urbano em Salvador.

Ao Partido dos Trabalhadores, pela ampliação das políticas de acesso à água e programas de cisternas.

À Fundação Perseu Abramo, pela parceria com a Flacso, permitindo essa formação. E, em especial, ao seu ex-presidente Márcio Pochmann.

À minha orientadora, Táli Pires de Almeida.

Ao corpo de professores e funcionários da Flacso/Fundação Perseu Abramo.

Aos colegas de curso, sempre tão solidários.

Às mulheres que, tão gentilmente, cederam o seu tempo e suas histórias para que o trabalho se concretizasse.

Epígrafe

Esse sonho de mudar tudo e tudo permanecer igual
essa realidade de que tudo permanece igual e que o sonho de mudar transforma.

RESUMO

Este estudo investiga o impacto da intermitência no fornecimento de água na vida das mulheres que habitam o bairro de Boa Vista de São Caetano na cidade de Salvador, bairro situado na Bacia do Rio Camarajipe. A partir de uma pesquisa de campo com moradoras, analisamos as estratégias de sobrevivência frente ao problema de abastecimento, considerando as questões de gênero, classe e raça, a segregação socioespacial e a divisão sexual do trabalho. Portanto, trata-se de caracterizar a relação das mulheres com as águas, levando em conta a tensão gerada pela escassez das águas em uma cidade com universalização dos serviços de abastecimento de água.

Palavras-chave: Gênero, Trabalho doméstico, cuidado, política pública de abastecimento de água.

ABSTRACT

This study investigates the impact of intermittency in the water supply on the lives of women living in the Boa Vista de São Caetano neighborhood in the city of Salvador, a neighborhood located in the Camarajipe River Basin. From field research with residents, we analyzed the survival strategies in the face of the supply problem, considering the issues of gender, class and race, socio-spatial segregation and the sexual division of labor. Therefore, it is a question of characterizing the relationship of women with water, taking into account the tension generated by the scarcity of water in a city with universal water supply services.

Keywords: Gender, housework, care, public water supply policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Boa Vista de São Caetano - local das entrevistas	20
Figura 2: Mapa de Intermittência de água por domicílio em Salvador-Ba.....	39
Figura 3: Vista panorâmica da Boa Vista de São Caetano	43
Figura 4: Salvador com os seus 163 bairros	45
Figura 5: Tipologia Socioespacial de Salvador, por tipo de habitação construída.....	46
Figura 6: Boa Vista de São Caetano	47
Figura 7: Região Liberdade/São Caetano	48
Figura 8: Moradores que se autodeclararam brancos em Salvador por região	49
Figura 9: Bacia Hidrográfica de Camarajipe	53
Figura 10: Rio Camarajipe, próximo à nascente	54
Figura 11: Foz do Rio Camarajipe	55
Figura 12: Travessa da Saboaria, Boa Vista de São Caetano	93
Figura 13: Travessa da Rua Saboaria, Boa Vista de São Caetano	93
Figura 14: Salvador de contrastes	98
Figura 15: Fonte da Bica.....	100
Figura 16: Ocupação de Alagados	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição de água por Região no Brasil.....	35
Gráfico 2: Consumo de água no mundo	36
Gráfico 3: Consumo de água no Brasil	36
Gráfico 4: Domicílios ligados à rede de abastecimento de água	38
Gráfico 5: Domicílios ligados à rede e sem reservatório de água	40
Gráfico 6: Imóveis próprios com Habite-se	47
Gráfico 7: Percepção quanto ao uso dos rios em Salvador.....	56
Gráfico 8: Habitações com até 3 Moradores, por Bairro e Bacia.....	60
Gráfico 9: População de Brancos e Negros em Salvador	65
Gráfico 10: População de Salvador, por Sexo e Etnia	65
Gráfico 11: Domicílios chefiados por Mulheres (Bairro e Bacia).....	67
Gráfico 12: População Negra (Bairro e Bacia).....	67
Gráfico 13: Imóveis próprios	85
Gráfico 14: Condição da regularização fundiária	85
Gráfico 15: Imóveis próprios com Habite-se.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistadas.....	25
Quadro 2 – Caracterização das habitações	26
Quadro 3 – Grandes mobilizações e conferências com o tema água nos Séculos XX e XXI	31

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Rendimento médio real de todos os trabalhos recebidos por mês - pessoas acima de 14 anos (Média do 1º ao 3º Trimestre 2018).....	66
---	----

LISTA DE SIGLAS

AMESA	Alagados Melhoramentos S.A.
ANA	Agência Nacional das Águas
ARSAL	Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador
BRT	Bus Rapid Transit
DHA	Direito Humano à Água
EMBASA	Empresa Baiana de Saneamento
FAM	Fórum Mundial da Água
FAMA	Fórum Alternativo Mundial de Água
GAMBÁ	Grupo Ambientalista da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
QAU	Qualidade do Ambiente Urbano
QUALI-SALVADOR	Pesquisa de Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador
REBOB	Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas
SECIS	Secretaria de Cidade Sustentável da Prefeitura Municipal de Salvador
SEFAZ	Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Salvador
SEI	Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado da Bahia
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SNH	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ÁGUAS, CIDADE, BACIA E BAIRRO.....	28
1.1 ÁGUA COMO BEM COMUM.....	28
1.2 A CIDADE DE SALVADOR.....	41
1.3 AS ÁGUAS EM SALVADOR	50
2 SOBRE AS ÁGUAS E O TRABALHO DOMÉSTICO.....	64
2.1 TRABALHO, GÊNERO E ÁGUAS	64
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E ÁGUAS	74
2.3 MULHERES, CONDIÇÕES DE VIDA E ÁGUAS	83
2.4 O TERRITÓRIO E GÊNERO	87
3 SERVIÇOS PÚBLICOS E GÊNERO	98
3.1 A LUTA PELA ÁGUA	99
CONCLUSÃO.....	105
APÊNDICE	118

INTRODUÇÃO

Uma mulher carregando uma lata de água na cabeça foi a imagem do assombro que motivou esta pesquisa. Na circulação pelo país e na observação da vida no meio rural, nos sertões e, especialmente no semiárido, era quase parte obrigatória, quase parte da paisagem, uma mulher surgindo com uma lata de água na cabeça. Na iconografia brasileira, no chamado "Cinema Novo", ciclo do cinema brasileiro iniciado na década de 1960, e através das mais diversas formas de retratar o mundo rural e a Região Nordeste – onde se localiza parte do semiárido brasileiro – essa imagem ficou cristalizada, na minha imaginação, como representativa da mulher brasileira.

O provimento de água no âmbito doméstico pelas mulheres, na falta de rede de abastecimento, está incorporado nesse imaginário como parte do cotidiano, na observação empírica. Mas nas zonas urbanas, nas metrópoles, o fornecimento de água através de uma rede, pareceria solucionar esta questão, especialmente nos lugares em que o acesso à rede pública de abastecimento foi universalizado ou esteja próximo disso.

No ano de 2010, participei do projeto de pesquisa o Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador (Santos, et al., 2012), que foi um estudo analítico abrigado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS/UFBA, unidade da Escola de Administração, com parcerias da Prefeitura Municipal de Salvador, Defensoria Pública do Estado da Bahia e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. Foram pesquisadas 36 ocupações de áreas urbanas da cidade de Salvador, indicando localização, tipo, população estimada, tamanho médio das famílias, subsistência, inserção no mercado de trabalho, perfil das lideranças e os vínculos dos ocupantes com os movimentos sociais.

A publicação que faz uma cartografia dos Sem Teto em Salvador, focaliza o debate da moradia como um direito fundamental socialmente construído, e aprofunda a discussão teórica sobre o direito à moradia e à cidade.

Na realização desse trabalho há o reencontro, na “cidade grande”, com a mulher que carregava água para abastecer a sua casa, o retorno de uma imagem que mais parece um assombro. O referido estudo era voltado à caracterização da habitação precária,

porém numa rápida observação, era fácil verificar que o problema de abastecimento também afetava o entorno, com bairros um pouco mais estruturados.

Nesse momento de mera observação, tudo parecia girar em torno da água, ou da sua falta. As mulheres e crianças estavam sempre circulando com algum recipiente para buscar água, fosse nas lagoas, fosse em algum ponto comercial ou locais de vazamento da rede de abastecimento no entorno das ocupações.

Em 2017, quando do início da formatação de um projeto para pesquisar as soluções encontradas pelas mulheres, para o abastecimento de água, nesses aglomerados que não tinham infraestrutura básica, retornando aos locais em busca das ocupações, elas já não existiam.

As ocupações são espaços de organização dos trabalhadores urbanos na luta por teto. Consistem em ocupar imóveis que se encontram irregulares, ou terrenos, com o intuito de mobilizar e pressionar o poder público por desapropriação ou regularização desses terrenos. Não são ocupações espontâneas, são organizadas, têm lideranças, rotina estabelecida, reivindicam o direito à moradia e têm uma população grande de mulheres e crianças vivendo em situação precária (SANTOS et al., 2012).

No intervalo de tempo entre a realização da pesquisa e o retorno para possíveis entrevistas, as populações da maior parte dessas ocupações pesquisadas já tinham sido contempladas com programas habitacionais. As ocupações que ainda permaneciam nos antigos locais, as resistentes, foram aquelas situadas em prédios históricos no centro antigo de Salvador. Como esses prédios estavam em locais estruturados, a problemática do suprimento da água pelas mulheres não tinha relevância enquanto objeto de pesquisa, além de suscitar questões que poderiam expor as habitantes daquelas ocupações, a exemplo do abastecimento realizado através de ligações clandestinas (prática muito comum, inclusive, em muitos bairros populares, em função do impacto do custo da água no orçamento doméstico).

Assim, fiz uma opção de busca de situações de fornecimento de água não mais em situação de total precariedade, mas de intermitência. A pesquisa "Água Substantivo Feminino" partiu do pressuposto de que a vida em uma unidade domiciliar gira em torno da água, da alimentação à limpeza, como meio de levar dejetos. E, ao contrário do que acontece em muitas situações nas quais a fonte de abastecimento encontra-se próxima, em geral, e particularmente nas cidades, a água é algo que se materializa no

ambiente doméstico através de tubos, de um sistema de distribuição. No cenário de urbanização predatória, de poluição e comprometimento da qualidade dos rios urbanos, quando existem, as águas vêm, cada vez mais de “longe”. A possibilidade de vida urbana sem água é a possibilidade do caos, e o abastecimento de água captura todos os outros problemas de sobrevivência – concorrendo certamente com o desafio de colocar comida na mesa.

O recorte da pesquisa foi sobre a vida das mulheres que habitam bairros periféricos da cidade de Salvador, com pouca possibilidade de terceirização dos serviços domésticos, ou seja, de pagar pela realização das tarefas de casa – e o questionamento de como a gestão da água, nos momentos de escassez, pode ganhar maior expressão e relevância, dentre os seus problemas cotidianos.

Estrutura este trabalho de investigação, a seguinte questão: Como o acesso à água impacta nas relações de gênero, nos afazeres domésticos e qual a sua relação com as políticas de abastecimento na cidade de Salvador-Ba. A partir de prospecção preliminar da bibliografia existente sobre as águas em Salvador, a exemplo da publicação Caminho das Águas de Salvador (SANTOS et al., 2013), e das características das habitações (CARVALHO, 2008), assim como de pesquisa em periódicos (Jornal A Tarde, 2018), a hipótese traçada é que, apesar das ligações domiciliares estarem próximas da universalização – de acordo com a Empresa Baiana de Saneamento - EMBASA, 98% dos domicílios estão ligados à rede de abastecimento (EMBASA, 2009) – a baixa vazão em algumas áreas e a pouca capacidade de armazenamento das habitações em áreas populares geram impacto na vida das mulheres, o que torna necessário a melhoria da qualidade dos serviços de distribuição da água, devendo merecer especial atenção as áreas onde reside a população situada nas menores faixas de renda – em sua grande maioria formada por mulheres pretas responsáveis pelos domicílios. O estudo pretende verificar o impacto na qualidade de vida das mulheres que são responsáveis pela estratégia de suprir o fornecimento.

A revisão da literatura indica que os estudos existentes sobre a precariedade do abastecimento de água no espaço urbano referem-se às zonas periféricas onde a água encanada ainda não chegou, e não encontramos quaisquer estudos sobre a intermitência no fornecimento de água pela rede pública de distribuição e seus impactos. Na cidade de Recife, Pernambuco, um estudo de racionamento de água em locais de urbanização

precária, de 20 horas de fornecimento e 28 horas de ausência de água, ou ainda 20 horas com água e 72 horas sem água, com profundo impacto nas habitações com pouca capacidade de armazenamento – foi realizado em 11 localidades da cidade que hoje tem um estudo com indicadores de intermitência no abastecimento de água e de risco de doenças relacionadas à água, possibilitando a intervenção estatal nas questões de prevenção (FERREIRA, et al., 2013). Percorremos trabalhos como *Água e Demografia, Gênero e Saneamento, O Caminho das Águas de Salvador*, e outros. O estudo de impacto da intermitência no fornecimento de água em domicílios já ligados à rede de abastecimento e este impacto na vida doméstica é, assim, uma lacuna na literatura, pelo menos, numa perspectiva de gênero, de relações de reprodução social. Na zona rural, especialmente no semiárido, existem vários estudos, tanto acadêmicos quanto na avaliação de programas executados na esfera governamental.

Como fonte governamental, com amplos dados, recente, temos a análise de diversos programas sociais implementados nos períodos dos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, tendo como exemplo, a publicação “Brasil sem Miséria” (CAMPELLO et al., 2014), que analisa dados de impacto da precariedade de abastecimento no semiárido, onde 73% dos responsáveis pelas cisternas são mulheres e 80% dos responsáveis pelas cisternas são negras ou negros.

Um dos grandes impactos das políticas públicas implementadas, foi a saída da linha de pobreza de 28 milhões de brasileiros, durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010. (CAMPELLO et al., 2014).

A compreensão da pobreza como um fenômeno multidimensional envolveu ações de inclusão produtiva urbana e rural, assim como acesso universal a serviços públicos. O acesso à água foi objeto do programa *Água para Todos*, que atuou no semiárido com base nos dados cadastrais das famílias nas faixas de pobreza e extrema pobreza e realizou um programa de construção de cisternas, tendo entregue 750.565 cisternas para consumo de água pelas famílias e 88.110 cisternas para produção da agricultura familiar.

No Estado da Bahia, o programa *Água para Todos*, utilizando recursos do Governo Federal e recursos próprios do Governo do Estado, através da Embasa, executou obras de melhoria, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de

água e esgotamento sanitário em todo o Estado. No período de 2007 a 2015 foram implantadas 954 mil novas ligações de água, beneficiando 3,6 milhões de pessoas, com atuação, principalmente no semiárido, mas também na Região Metropolitana de Salvador (EMBASA, 2019).

Desse modo este estudo, olhando para o bairro de Boa Vista de São Caetano em Salvador, busca caracterizar o impacto da descontinuidade no fornecimento e distribuição da água sobre a vida doméstica das mulheres, sendo selecionado justamente o bairro situado na Bacia do Rio Camarajipe, o maior rio da cidade, em extensão. A seleção ocorreu a partir de investigação prévia, através de notícias na imprensa local (Jornal A Tarde, 2018), e informações das prefeituras de bairro, tendo como critérios de escolha a intermitência como elemento do cotidiano.

Figura 1: Boa Vista de São Caetano - local das entrevistas



Fonte: Equipe Quali-Salvador, 2019.

Este trabalho tem como objetivo geral caracterizar o modo como o acesso à água impacta nas relações de gênero, nos afazeres domésticos e refletir sobre a relevância das políticas de abastecimento que a população do bairro tem acesso, para um equacionamento do problema.

Trata-se de caracterizar a relação das mulheres com as águas, considerando a qualidade da prestação do serviço de abastecimento e de escassez das águas em um bairro situado numa cidade com um dos maiores índices pluviométricos da região. A má utilização das águas disponíveis, a exemplo da conversão dos rios como vias condutoras de dejetos, e a estratificação socioespacial na prestação de serviços em Salvador, cidade pobre que produz impactos no âmbito da comunidade, sendo o bairro de Boa Vista de São Caetano um exemplo contundente da situação pela qual passa parcela considerável dos bairros pobres e negros de Salvador. São os seguintes os objetivos específicos deste trabalho:

- Relatar um pouco da história da cidade de Salvador com as águas no seu processo de urbanização;
- Fazer uma reflexão sobre a relação entre águas e vida doméstica no bairro estudado;

- Caracterizar o acesso ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Boa Vista de São Caetano, Salvador, considerando-se as dimensões de classe, gênero e raça;
- Analisar, a partir de relatos, qual o impacto da segregação dos serviços públicos de água na vida de mulheres, com especial ênfase nas vidas das mulheres negras e pobres, que vivem na periferia de Salvador.

É importante definir como medida de pobreza, aquela adotada por Di Giovanni e Nogueira: "A ideia do conceito de pobreza é captar a descontinuidade entre aqueles que participam minimamente da cidadania e aqueles que não participam". (DI GIOVANNI E NOGUEIRA, 2015, p.544). É ainda, fundamental, lançar um olhar sobre as relações entre cidade, natureza, água, gênero e classe, de modo a compreender as intervenções de melhoria da qualidade das águas e combate à sua escassez, tendo em vista o impacto dessas alterações no cotidiano das mulheres, no seu tempo e em sua qualidade de vida.

É importante ainda abordar questões de natureza empírica e política, como a percepção das mulheres acerca dos rios e fontes da cidade, a sua participação na gestão das águas e a relação entre questões de renda e distribuição de água. Perpassam e estruturam este trabalho a reflexão sobre temas e questões como:

- a. a divisão sexual do trabalho, com foco no trabalho doméstico, especificamente àquele relacionado com o abastecimento de água;
- b. a dupla presença feminina, conceito relacionado à dupla jornada de trabalho;
- c. a participação das mulheres na gestão das águas, considerando que a precariedade no fornecimento impacta diretamente a vida doméstica;
- d. a relação entre o acesso à renda e à estratificação socioespacial de prestação de serviços – a distribuição da água;
- e. intermitência no fornecimento de um bem essencial e a responsabilidade das mulheres no seu fornecimento.

Esse trabalho se justifica por vários motivos: a Declaração de Dublin sobre água e Desenvolvimento Sustentável, datada de 31 de janeiro de 1992 e resultante de um encontro de centenas de países na Irlanda, já apontava o mau uso da água doce (potável), exigindo novas abordagens para a gestão e desenvolvimento do uso sustentável das águas, no campo e na cidade. Na sua carta de princípios, o terceiro princípio apontava para as mulheres e sua relação com as águas: “As mulheres têm um

papel principal na provisão, gerenciamento e proteção das águas”. (DECLARAÇÃO DE DUBLIN, 1992).

Adicionalmente, o contato com o cotidiano, com a vida das mulheres pobres e pretas em Salvador, indica o quão é relevante estudar as relações entre cidade, natureza, água, gênero e classe. Trata-se, inclusive, do modo de assinalar como as intervenções na melhoria da qualidade das águas, do combate à sua escassez e da melhoria da prestação de serviços de abastecimento, podem impactar e alterar o tempo e a qualidade de vida das mulheres.

O trabalho de reprodução social, e todas as tarefas que aí se incluem, cumpre com as funções centrais na garantia do bem-estar da população em geral. Assim, dentre as questões levantadas sobre o abastecimento de água, um dos importantes eixos norteadores desta investigação foi quanto ao cuidado com a água limpa e o abastecimento de água, se havia uma percepção, por parte das mulheres, de qualificar a atividade como uma extensão do trabalho doméstico e de cuidados, assim como a naturalização da atividade a ser realizada pelas mulheres.

Estruturam este trabalho, os conceitos de classe social, gênero, raça e segregação socioespacial. O trabalho de pesquisa realizado consistiu em um levantamento bibliográfico sobre fornecimento de água, direito à água e à cidade, economia feminista, trabalho doméstico, divisão sexual do trabalho, relações de reprodução social, e na realização de entrevistas com mulheres no bairro previamente selecionado em Salvador. Foram feitas pesquisas em base de dados do IBGE, PNAD, órgãos de meio ambiente, como INEMA, ANA, MMA e realizadas leituras sobre novos paradigmas relativos ao trabalho doméstico, o uso do tempo, cuidado, gênero, meio ambiente, cidade, questões no campo do abastecimento de água em distintas realidades e sobre a luta das mulheres em situação precária de acesso à água.

A metodologia escolhida foi de natureza qualitativa, com a utilização de um roteiro de entrevista aberta, com questões norteadoras e os tópicos a serem investigados. Foram realizadas dez entrevistas, no bairro Boa Vista de São Caetano localizado, como visto, na Bacia do Camarajipe, e escolhido através de pesquisa preliminar que o indicava como lugar onde a intermitência no fornecimento de água era frequente. A entrevista foi registrada em anotações, uma vez que as entrevistadas se sentiram inibidas

com a gravação, fosse através de captura de imagem, fosse através unicamente de captura de voz.

Paralelamente ao estudo que seria realizado no campo, o Grupo de Pesquisa Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador, do qual faço parte, e que é um grupo multidisciplinar de pesquisa vinculado à Universidade Federal da Bahia-UFBA e à Universidade do Estado da Bahia-UNEB, pesquisava sob os mais diversos aspectos a qualidade do ambiente urbano, coletando dados de temperatura, de água, aplicando questionário e fotografando e filmando os bairros e bacias.

O trabalho de campo desta pesquisa foi pensado na Bacia do Rio Camarajipe, onde já se havia detectado, através de diversas observações empíricas, contato com moradores, prefeitura de bairro e lideranças, a constante falta de água. Na prospecção inicial, os bairros mais altos, eram os que mais relatavam problemas de intermitência; sendo assim o bairro Boa Vista de São Caetano foi selecionado em função de estar situado numa elevação.

Em função, ainda, de problemas de dificuldades de mobilidade da pesquisadora, houve uma excelente resposta das mulheres entrevistadas, uma vez que aquelas que moravam em locais com acesso através de escadas – abaixo do nível da rua, se deslocaram de suas residências e subiram para realizar a entrevista.

No período de prospecção foram realizadas algumas entrevistas em outro bairro, da Bacia do Camarajipe, que também tinha questões ligadas à intermitência, mas diversos fatores como a característica das habitações e da ocupação fora dos padrões urbanísticos convencionais, com habitações localizadas em encostas com acesso através de escada, fizeram-me decidir por Boa Vista de São Caetano. Na busca, porém, por um único bairro, onde pudessemos realizar a pesquisa, verificamos que muitos outros locais na cidade, especialmente aqueles em locais altos e com habitações consideradas precárias, enfrentavam também, sérios problemas de abastecimento, até mesmo em regiões mais centrais. As entrevistas aqui relatadas foram realizadas em 15 agosto (duas entrevistas) e entre os dias 13 e 17 de novembro (oito entrevistas).

A questão que mobilizava e estimulava a curiosidade neste processo de escolha era exatamente a busca por habitações populares com diminuta capacidade de armazenamento. Foi decidido, reiteradamente, manter a opção pela bacia do rio Camarajipe e, de fato, o bairro selecionado foi bastante profícuo – as pessoas se

dispuseram a falar, contar as histórias comuns, falar do modo como vivenciavam, às vezes de forma diferente, a problemática. A contradição, conflito de ter asfalto na rua, metrô por perto e falta de água na torneira. Em algumas casas que existem há vinte anos, a falta de água foi “absorvida”, considerada como um fato quase natural. Chegamos a conversar com duas ex-moradoras, uma delas tendo conseguido "passar a sua casa" para morar em outro bairro, mas entendemos que essa fala não seria relevante para a pesquisa. O que interessava, enfim, eram as estratégias que foram traçadas para a sobrevivência sem água abundante na torneira, naquele lugar.

As mulheres selecionadas para a realização da entrevista, foram a partir de sugestão de lideranças conhecidas. Os critérios iniciais: mulher, moradora, ter intermitência de abastecimento de água em sua casa. Indicadas, enfim, por uma liderança local, as mulheres que estavam dispostas a falar das suas estratégias no enfrentamento à intermitência, colocaram o problema como uma realidade a todas as casas da região. Os nomes utilizados são fictícios.

As mulheres entrevistadas tinham entre 37 anos e 66 anos. Todas pretas ou pardas, uma com superior completo, uma com superior incompleto, 4 delas concluíram o Ensino Médio, 3 concluíram o Ensino Fundamental I e uma delas só cursou até o terceiro ano do Ensino Fundamental I. Cinco delas residiam com o cônjuge, três eram monoparentais, sendo que uma delas tinha um filho deficiente, uma morava com o tio e primos, outra com a irmã e a mãe. Esses foram os arranjos familiares entre elas. Apenas uma delas trabalhava com carteira assinada, como empregada doméstica; a maior parte se classificava como autônoma e trabalhavam com vendas, pequenos comércios, bancas, e uma dava "aula de banca", denominação para reforço escolar de crianças.

O acesso a algumas casas era mais precário, e, embora as unidades habitacionais em geral, possuíssem boa estrutura internamente, algumas não possuíam boa ventilação. Todas eram estruturadas com cozinha e banheiro e baldes e galões, cheios ou vazios para uso próprio ou para disponibilizar.-Como ressaltado anteriormente, porém, não foi possível ter acesso a todas as casas por questões de mobilidade.

A primeira tabela, a seguir, informa as características das mulheres entrevistadas:

Quadro 1 – Entrevistadas

Caracterização das entrevistadas						
	Identificação	Idade	Cor	Profissão	Vive com o cônjuge	Habitantes na residência
1	Helena	66	Preta	Vendedora	Sim	2
2	Ana	41	Preta	Empregada Doméstica	Sim	3
3	Lia	41	Parda	Autônoma (Professora)	Sim	3
4	Sara	41	Parda	Autônoma (vendas)	Não	2
5	Laura	50	Parda	Autônoma (vendas)	Não	2
6	Cida	37	Preta	Autônoma (vendas)	Não	5
7	Rita	47	Parda	Autônoma (vendas)	Sim	4
8	Maria	47	Preta	Empregada Doméstica	Não	2
9	Nilza	53	Parda	Dona de Casa	Sim	2
10	Dulce	38	Parda	Empregada Doméstica	Não	3

Fonte: autora desta pesquisa

As casas das mulheres entrevistadas eram localizadas em encostas, configurando locais de risco, duas delas com marcação pela Defesa Civil como em situação de risco de deslizamento no local. Salvador possui, atualmente, cerca de 600 áreas de risco localizadas em encostas, segundo o mapeamento e registro de ocorrências da Defesa Civil de Salvador (Codesal). Nem todas as encostas são área de risco, a análise da Defesa Civil leva em consideração o tipo de ocupação, o tipo de solo, a drenagem, a construção. Após essa análise, a habitação, ou o local é apontado como área de risco. Em estudo realizado pelo IBGE, dos 2.675.656 moradores da cidade, em 2010, 1.217.527 viviam em locais propícios a desastres naturais.

As unidades habitacionais apresentavam em média 2 quartos, banheiro, cozinha e sala. Apenas uma casa não tem reservatório e em outra existem dois reservatórios, instalados recentemente. A média da região é de um reservatório de 500l por unidade habitacional.

Quadro 2 – Caracterização das habitações

Características da habitação das entrevistadas					
	Identidade	Falta de água	Hab. na residência	Capacidade do Reservatório	Solução para água potável
1	Helena	Sim, agora menos	2	1500l	Armazena
2	Ana	Sim, sempre	3	1 500l	Armazena
3	Lia	Sim, eventual	3	1 500l	Armazena
4	Sara	Sempre	2	Não tem reservatório	Compra quentinha
5	Laura	Sempre	2	1 500l	Armazena
6	Cida	Às vezes	5	1 500l	Compra água potável
7	Rita	Sim, 2x por semana	4	1 500l	Compra água mineral
8	Maria	Sim, muito	2	1 tanque 500l p/3 casas	Armazena
9	Nilza	Sim, muito	2	2 tanques 500l p/5 casas	Compra água mineral
10	Dulce	Sim, muito	3	1 tanque 500l p/3 casas	Filtra água e ferve

Fonte: autora desta pesquisa

Não foi estabelecida faixa etária ou faixa de renda: apenas o registro da escolaridade e profissão, para estabelecer um perfil das mulheres, seu acesso à educação e sua disponibilidade laboral, profissional.

Não levantei dados, durante as entrevistas, sobre rendimentos das pessoas pesquisadas, apenas sobre as condições de vida e estratégias para lidar com a escassez. As informações de rendimentos foram consideradas as do bairro. A faixa de renda média do bairro selecionado é de até 2 salários mínimos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, de 2010.

Outro destaque importante, com relação à raça, é que a opção foi por adotar como critério no texto, o conceito de população negra que engloba pessoas pretas ou pardas, em todos os mapas e levantamentos. O IBGE adota a autodeclaração e cinco diferentes categorias de raça: as pessoas brancas, amarelas, pretas, pardas e indígenas. Neste estudo seguimos o debate de alguns movimentos sociais e algumas correntes do próprio IBGE, que definem população negra, buscando uma identidade cultural, como pessoas pretas e pardas. O debate sobre raça no Brasil é de alguma complexidade, procuramos, no campo da pesquisa, nos basear em alguns elementos do debate, como reproduzimos a seguir:

Portanto, a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de

características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados. A justificativa teórica é obviamente mais importante, pois ao fornecer uma explicação para a origem comum das desigualdades dos pretos e dos pardos em relação aos brancos, coloca os dois grupos como beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades. (OSÓRIO, 2003, p. 24).

O texto a seguir apresentado estrutura-se da seguinte forma: o Capítulo I trata da apresentação da cidade de Salvador, sua história, suas águas, como se dá a questão de gênero e do trabalho de reprodução social na cidade; o Capítulo II discute a divisão sexual do trabalho, reprodução social, condições de vida e sustentabilidade e, finalmente, os resultados das entrevistas e as relações das mulheres com a cidade, com a habitação e o grau de salubridade/insalubridade que enfrentam com a intermitência e suas estratégias de sobrevivência face à precariedade dos serviços de abastecimento de água potável, o Capítulo III discute a luta dos movimentos sociais pela água e as políticas públicas.

1 ÁGUAS, CIDADE, BACIA E BAIRRO

*A água se ensina pela sede
A terra, pelos oceanos navegados
Emily Dickinson(*)*

1.1 ÁGUA COMO BEM COMUM

Neste capítulo a proposta é discutir o conceito de bem comum e o reflexo do debate sobre o bem comum nos movimentos sociais, um histórico das grandes conferências e os principais dados sobre a distribuição de água no mundo, no Brasil e em Salvador. Apresentaremos uma pequena história da cidade, suas características e suas águas.

Bem comum é uma expressão genérica, presente a vários campos do conhecimento, à exemplo da filosofia, teologia, sociologia e ciência política. No senso comum, o termo descreve o conjunto de benefícios que são compartilhados por todos os membros de uma determinada comunidade. Esta é também a forma como o termo, no seu conjunto, é amplamente definido. (OSTROM, 2015).

Elinor Ostrom é uma referência clássica no debate sobre o conceito de comum: “a resource shared by a group of people that is subject to social dilemmas”. (OSTROM, 1990). Segundo Hess e Ostrom (2007) a noção de bem comum pode se reportar a vários elementos:

For us, the analysis of knowledge as a commons has its roots in the broad, interdisciplinary study of shared natural resources, such as water resources, forests, fisheries, and wildlife. Commons is a general term that refers to a resource shared by a group of people. In a commons, the resource can be small and serve a tiny group (the family refrigerator), it can be community-level (sidewalks, playgrounds, libraries, and so on), or it can extend to international and global levels (deep seas, the atmosphere, the Internet, and scientific knowledge). The commons can be well bounded (a community park or library); transboundary (the Danube 4 Charlotte Hess and Elinor Ostrom River, migrating wildlife, the Internet); or without clear boundaries (knowledge, the ozone layer). (HESS; OSTROM, 2007, p. 4)

No marco teórico desenvolvido por Ostrom o que efetivamente está em jogo é a capacidade de auto governo, de uma determinada comunidade, de forma coletiva, gerir seus próprios recursos e destino:

The central question in this study is how a group of principals who are in an interdependent situation can organize and govern themselves to obtain continuing joint benefits when all face temptations to free-ride, shirk, or otherwise act opportunistically. (OSTROM, 1990, p. 29)

Adicionalmente, trata-se de contrapor-se à tese, defendida por Garrett Hardin em *The Tragedy of the Commons*, de que o combate à escassez deveria passar necessariamente pela privatização ou estatização de um recurso.

Os movimentos sociais hoje reivindicam a defesa do que são considerados bens comuns. Os elementos indispensáveis à vida, a exemplo das sementes e da água, são os considerados bens comuns. Submetido a uma lógica econômica e não política, o conceito de comum acabou tendo um impacto sobre o privado, o individual e não ao comunal, nesse momento de expansão neoliberal. A luta dos movimentos sociais é pela defesa dos bens comuns e dos serviços públicos, que se inserem num contexto maior de luta pela vida e pelo Bem Comum da Humanidade. No texto vamos nos reportar a bem comum nesse sentido e significado, de um bem comum da humanidade (OSTROM, 2015).

O debate sobre os comuns surge no final do século XX, em contraposição ao avanço do neoliberalismo, na Europa, Estados Unidos e em toda a América Latina. Com esse debate, foi necessário aprofundar o debate sobre conceitos como propriedade privada e propriedade pública, mercado e Estado, bens privados e bens públicos. A expressão bem comum, segundo Dardot e Laval (2017), traduz lutas, direitos, valores de interesse geral, em contraposição aos interesses das classes dominantes. Bens como a água, são finitos e as políticas dos comuns surgem na luta contra a exploração abusiva desse bem, assim como contra a privatização e mercantilização da água, e sua financeirização e subordinação ao capital. (DARDOT; LAVAL, 2017).

A água é um bem essencial, sem o qual não existe possibilidade de vida. Como dito, consideramos os bens comuns como parte da integridade das condições de vida. São considerados bens comuns o planeta Terra, a atmosfera, o espaço sideral, o espectro de a biodiversidade, as terras férteis, as montanhas, os oceanos, os rios, as águas. O cuidado, o

compartilhamento, faz um bem ser comum e é um direito coletivo. (GRYBOWSKI, 2018).

O debate sobre a água no período pós-industrial se iniciou após a segunda guerra mundial, mas o marco dos debates contemporâneos ocorreu na década de 1990 do século XX. No ano de 1992 foi realizada a Cúpula da Terra, também conhecida como ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro. Esse evento reuniu mais de 100 chefes de Estado para discutir desenvolvimento sustentável, um conceito novo na época. No evento, a água foi considerada um dos recursos mais maltratados nos 50 anos anteriores, tendo sido estabelecido, na ocasião, o dia 22 de março como Dia Mundial da Água.

As bases dessa conferência já vinham sendo discutidas desde 1972, numa outra reunião realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, na Suécia. O principal debate foi a reorientação da atividade humana, de forma a não ultrapassar os limites que são impostos para a utilização de recursos. Em 1977, cinco anos depois, aconteceu em Mar del Plata, Uruguai, outra Conferência com o fim de aumentar a eficiência da gestão da água (SILVA, 2017).

Naquele evento foi estabelecida a "Década Internacional da água potável", de 1981 a 1990, debatendo-se, principalmente, a inclusão de homens e mulheres na gestão das águas e do esgotamento sanitário. No período, as temáticas envolvendo relações entre água, saneamento e mulheres, passaram a ser discutidas mundialmente. O Brasil adotou, a partir de 2003, a postura de incorporar a perspectiva de gênero na gestão dos recursos hídricos (SILVA, 2017).

Essas duas conferências, talvez as mais impactantes na questão da água não foram as únicas que já aconteceram mundialmente. A linha do tempo dos debates mundiais significativos, em termos de meio ambiente e recursos hídricos, pode ser traçada no quadro a seguir:

Quadro 3 – Grandes mobilizações e conferências com o tema água nos Séculos XX e XXI

1949	Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização dos Recursos Naturais: no mundo pós-Segunda Guerra Mundial foram reunidos cientistas e especialistas de diversos países para debater a questão dos recursos naturais.
1957 e 1958	Ano Geofísico Internacional: promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, contou com outros setores da ONU, promoveu um sistema mundial da observação de atmosfera superior.
1964	Num mundo em processo acelerado de descolonização, quando novos países africanos surgiram no cenário, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, debatendo a questão do uso das águas marítimas do ponto de vista econômico e não como recurso natural. O impacto da conferência foi a multiplicação de vozes, com os novos países no cenário.
1972	Conferência de Estocolmo - Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. A conferência consolidou as bases da política ambiental moderna, adotada por todos os países, adequando às suas legislações particulares. Esta conferência gerou o Relatório Brundtland, que foi o principal estudo da situação ambiental do mundo no século XX.
1977	I Conferência das Nações Unidas sobre a água, em Mar del Plata - que foi considerada um dos maiores referenciais sobre recursos hídricos produzidos até então. Um dos importantes documentos é a recomendação do esforço de todos os países deveriam realizar para o fornecimento de água potável.
1980	Decênio da Água, proclamado pela Organização das Nações Unidas em novembro de 1980. O movimento, resultante da Conferência de Mar del Plata, tinha o objetivo de ampliar o acesso à água potável nas zonas urbanas e rurais.
1992	Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente. Realizou-se em Dublin como conferência preparatória para a ECO 92. O grande debate sobre a utilização dos recursos hídricos no mundo, que caminhava para um ponto crítico. Dessa Conferência surge a Declaração de Dublin que dá um enfoque novo sobre a gestão dos recursos hídricos, especialmente da água doce. Como primeiro princípio: “a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para garantir a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente”. O debate foi amplo considerando desde os conflitos geopolíticos pela posse de bacias hidrográficas, até a influência da água de qualidade na erradicação da pobreza no mundo. A Declaração de Dublin traz a questão das mulheres e a água.
1992	Eco-92 ou Cúpula da Terra. Realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, teve um grande impacto midiático, e estabeleceu dois importantes marcos: o Dia da Água, que passou a ser um dia de luta pelas águas e a Agenda 21. A Agenda ia além dos impactos ambientais e estabeleceu metas para debater a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento. Recomendou também meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos - mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças, jovens, comunidade científica, povos indígenas, autoridades locais, empresas, indústrias e organizações não governamentais, para o alcance do desenvolvimento sustentável.
1997	I Fórum Mundial das Águas, aconteceu em Marrakech, no Marrocos e passou a ser periódico, a cada três anos, sendo que o último, o VIII Fórum, ocorreu em Brasília em março de 2019. A base do debate é o manejo integrado dos recursos hídricos e busca soluções conjuntas.
2002	Rio+10 ou Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Contou com a presença de 189 líderes mundiais. Avaliou os resultados da ECO 92 e incluiu, na sua Declaração, aspectos sociais e de qualidade de vida das pessoas. Uso da água e manejo dos recursos naturais foram temas centrais.
2003	Ano Internacional da Água Doce. Adotado em dezembro de 2000, por sugestão do governo do Tajiquistão, sendo apoiado por 148 países.
2005	Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Tem a UNESCO como principal agência e procura apoiar as populações "a desenvolverem atitudes, habilidades e conhecimento para tomarem decisões informadas para o benefício próprio e dos outros". Também foi estabelecida pela ONU a década "Água pela Vida".
2012	Rio + 20 - Avaliação das resoluções. E renovação do compromisso político com o Desenvolvimento Sustentável. Economia verde, inclusão social e pobreza foram os principais temas. Contou com a presença de 180 Chefes de Estado.

2015	Agenda 2030 - O Plano Nacional para o Desenvolvimento das Nações - PNUD, lançou os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável. O objetivo número 5, indica a igualdade de gênero e o número 6, água potável para todos.
2016	Habitat III, aconteceu em Quito a terceira edição da Conferência HABITAT, que estabeleceu a Nova Agenda Urbana - NAU, que aproxima os ODS do Acordo de Paris, convocando os setores privados e o compromisso de cidades pensadas para pessoas. Estavam presentes 170 chefes de Estado.
2018	No período de 18 a 23 de março de 2018 aconteceu o 8º Fórum Mundial da Água (FAM). O Fórum surgiu em 1997, criado pelo Conselho Mundial da Água, e sua primeira edição no hemisfério sul, em Brasília, teve como tema "Compartilhando a Água". Um total de 172 chefes de Estado esteve presente, e entre as principais discussões, Água e Gênero e Sustentabilidade. Acontece a cada três anos e envolve grandes empresas.
2018	FAMA- Fórum Alternativo Mundial da Água aconteceu também em Brasília entre os dias 17 e 22 de março. Reuniu organizações não governamentais, coletivos e movimentos sociais que lutam em defesa da água. O Fórum se colocou em contraponto ao Fórum Mundial da Água, e o classifica como de interesse de grandes grupos econômicos que propõem a privatização da água. Foi o terceiro evento dessa natureza, considera o Fórum Mundial da Água ilegítimo, e acontece sempre paralelamente ao FAM.

Fonte: Sítio do FAMA - Fórum Alternativo Mundial de Água

O quadro acima apresenta um panorama dos grandes debates internacionais sobre as águas e o meio ambiente, utilização de recursos hídricos e recomendações sobre as políticas. O início dos debates no período posterior à Segunda Guerra Mundial, em 1949, quando se discutiu a utilização dos recursos naturais, as questões específicas com relação à água, a partir das Conferências de Dublin e Eco-92, ambas acontecendo no mesmo ano até a realização do Fórum Mundial da Água, evento que reuniu grandes empresas e o Fórum Alternativo Mundial da Água, que reuniu os movimentos sociais se contrapondo ao interesse das grandes empresas.

O Fórum Mundial da Água é organizado pelas grandes corporações e no Brasil, no ano de 2018, foi realizado com aporte de dinheiro público. O Fórum Alternativo Mundial da Água se contrapõe ao conceito difundido pelo FAM, de água como mercadoria, estabelecendo uma contraposição direta, de água como direito. O FAMA é um momento de embate, de enfrentamento ao grande capital e suas perspectivas para a apropriação da água do planeta.

A luta dos movimentos sociais, refletidas em todas as grandes conferências, especialmente no FAMA, que acontece paralelamente às grandes resoluções, é a luta contra o pagamento às grandes corporações pelo monopólio da água.

Consideram que a mercantilização da água tem um grande impacto sobre a vida no planeta Terra, desde a biodiversidade das culturas à biodiversidade natural, e pode

resumir a crise do desenvolvimento: a apropriação do bem comum, a água, pelo capital, para acumulação de riquezas e não para o desenvolvimento de todos os povos.

As águas, ao serem canalizadas e tratadas se inserem, assim como as terras, nos limites de um novo cerceamento, em que só podem ser utilizadas através dos canais normatizados pelo poder público. Os rios e fontes das cidades, em geral abandonados, não têm tratamento cotidiano, ficam expostos ao assoreamento, aterramento, encapsulamento, nas mais diversas políticas ou ausência delas.

Desenvolvemos uma cultura de apropriação das nossas águas como um bem comum, nesse sentido de universal, – ao contrário da relação com a terra, convertida desde há muito, em propriedade privada. Entretanto, o desenvolvimento do conceito da água como bem comum a ser garantido é uma construção social relativamente recente, fruto de uma agenda de lutas, de cunho socioambiental, sobretudo. Em 2001, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi criada uma rede de cuidados com as águas, e definida pelas organizações presentes, como uma das insurgências necessárias, a luta contra a privatização das águas, dos mananciais e fontes, tratados como bens comuns da humanidade. (GRYBOWSK, 2014).

E, ao nos debruçarmos sobre a vida das mulheres na cidade, é de fundamental importância estudar as relações entre cidade, natureza, água, gênero e classe, de modo a compreender a tessitura da sua vida cotidiana, considerando, adicionalmente, o tempo, o impacto sobre o tempo e a qualidade de vida das mulheres quando se trata de acesso à água.

As mulheres são consideradas sujeitos principais do trabalho reprodutivo, em que parir, cuidar da prole, e dos afazeres da casa, dependem do acesso à água para assegurar a reprodução da família – nesse exato sentido o cuidado da vida doméstica requer o contato direto das mulheres, e bem menos dos homens, com a água (FEDERICI, 2014).

O trabalho doméstico, o trabalho infinito, no sentido de contínuo, atribuído às mulheres, com atividades diferentes das mercantis, portanto, uma atividade de reprodução social, atividade não remunerada, tem uma dimensão que não é contemplada quando se confere um valor econômico (CARRASCO, 2012).

Entre os diversos movimentos sociais, movimentos de mulheres contra o neoliberalismo e nas diversas lutas que podemos classificar como lutas anticapitalistas, novas formas de resistência, propostas de novas configurações de trabalho, de divisão do

trabalho e de lutas, a expressão bem comum passa a ter relevância nos seus projetos de cooperação, de sororidade. O significado de sororidade, de acordo com Ana Penkala, (PENKALA, 2014) remete a um pacto político e ético entre mulheres, com o fim de proteção e solidariedade. As mulheres, mesmo empurradas para os seus domicílios, conseguem estabelecer atividades em cooperação, compartilhamento de busca de soluções comuns. (FEDERICI, 2014). É importante destacar que o conceito de sororidade sempre irá encontrar alguns pontos, como relações de classe, étnicas e territoriais, que criam relações hierárquicas entre as mulheres, não se configurando, portanto, um conceito universal, utópico.

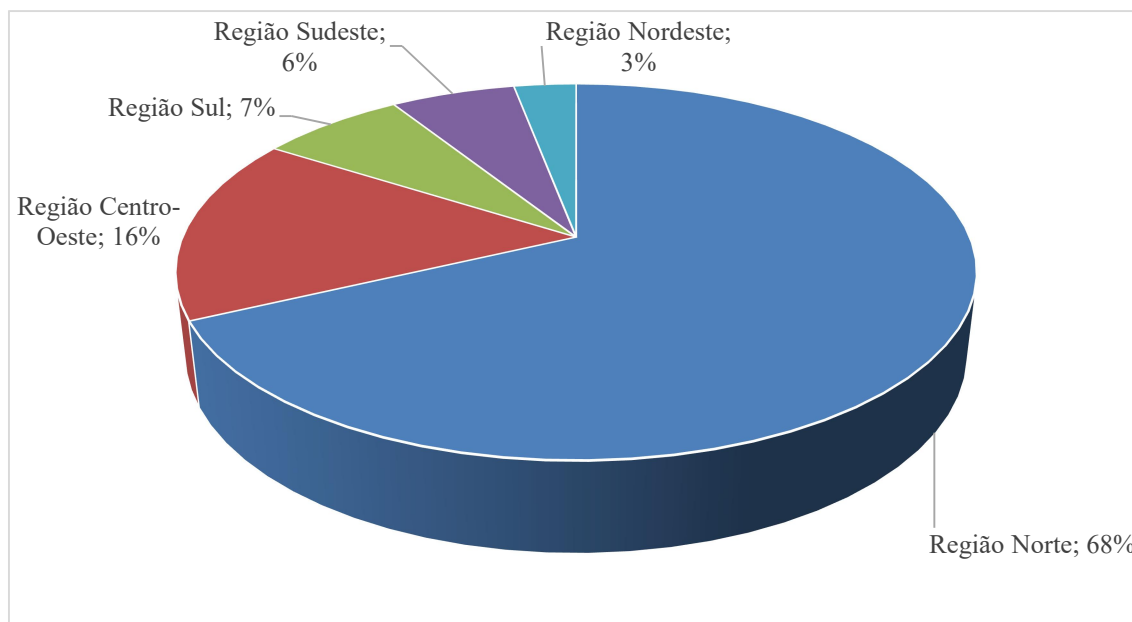
A água vem sendo considerada, também, um elemento de risco na vida das mulheres. O deslocamento para a provisão, os banhos em locais públicos, envolvendo riscos de segurança e, na escassez, o impacto nos cuidados da casa e da higiene pessoal das próprias mulheres e daqueles que estão sob seus cuidados. Essas questões foram consideradas impactantes na definição das políticas de saneamento básico no Brasil, tendo algumas cidades universalizado o acesso à água potável e, como resposta, foram criados os programas de cisternas na zona rural (FISCHER, 2008).

A quase totalidade da água existente no mundo é salgada, correspondendo a 97,5% e não é adequada ao consumo direto nem à irrigação da plantação. Dos restantes 2,5%, que correspondem à água doce, a maior parte está concentrada nas geleiras, sendo de difícil acesso, o equivalente a 69% da água doce. Do restante, 30% são águas subterrâneas (armazenadas em aquíferos) e apenas 1% da água doce do planeta é encontrada nos rios (ANA, 2018).

A água do mundo, em suas diversas bacias hidrográficas, não está limitada pelas fronteiras políticas e muitos rios são compartilhados por dois ou mais países. O Brasil compartilha cerca de 82 rios com os países vizinhos, incluindo importantes bacias como a do Amazonas e a do Prata, além de compartilhar os sistemas de aquíferos Guarani e Amazonas. E é considerado um país rico em termos hidrológicos, pois na sua superfície estão 12% da água doce que escorre superficialmente no mundo. Apenas 3% desse volume estão no Nordeste, sendo 2/3 dessas águas localizadas na bacia do rio São Francisco. A água tratada, no Brasil, apresenta, no geral, um percentual de desperdício

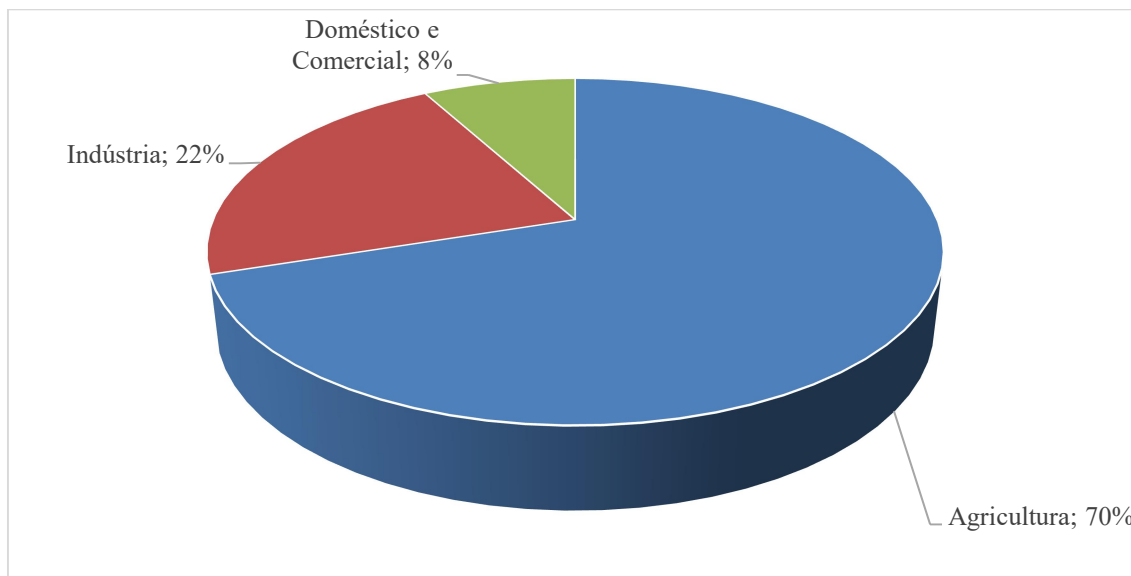
muito grande, com 46% de perdas nos vazamentos das tubulações ao longo das redes de distribuição (ANA, 2018).

Gráfico 1 — Distribuição de água por Região no Brasil

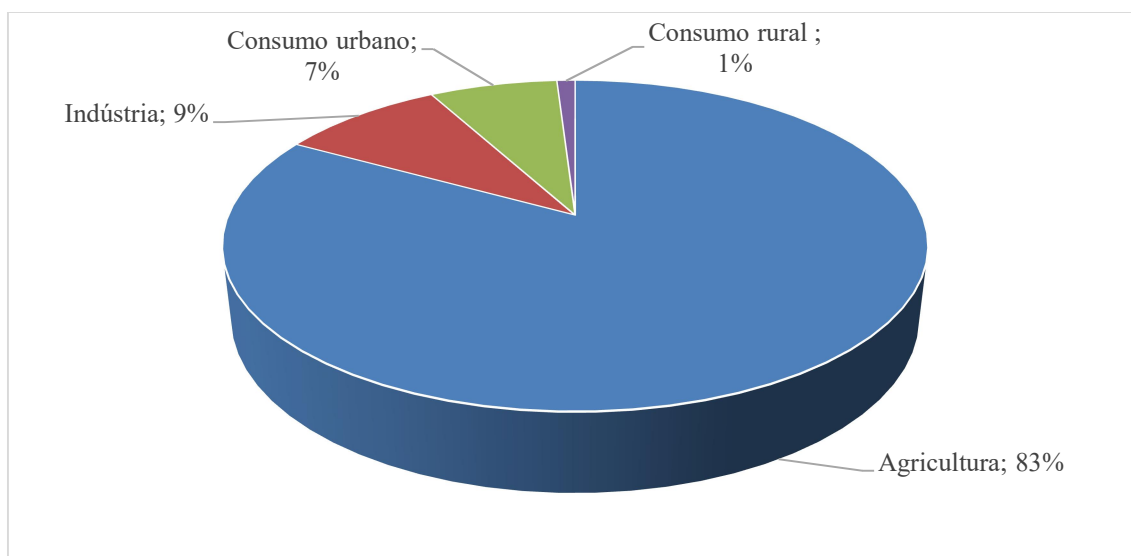


Fonte: ANA, 2018, elaboração: autora da pesquisa

A forma de utilização da água no mundo não é democrática. O agronegócio utiliza 70% da água doce disponível e há também uma concentração da indústria nos usos urbanos da água (ANA, 2018).

Gráfico 2 – Consumo de água no mundo

Fonte: ANA, 2018, elaboração: autora da pesquisa

Gráfico 3 – Consumo de água no Brasil

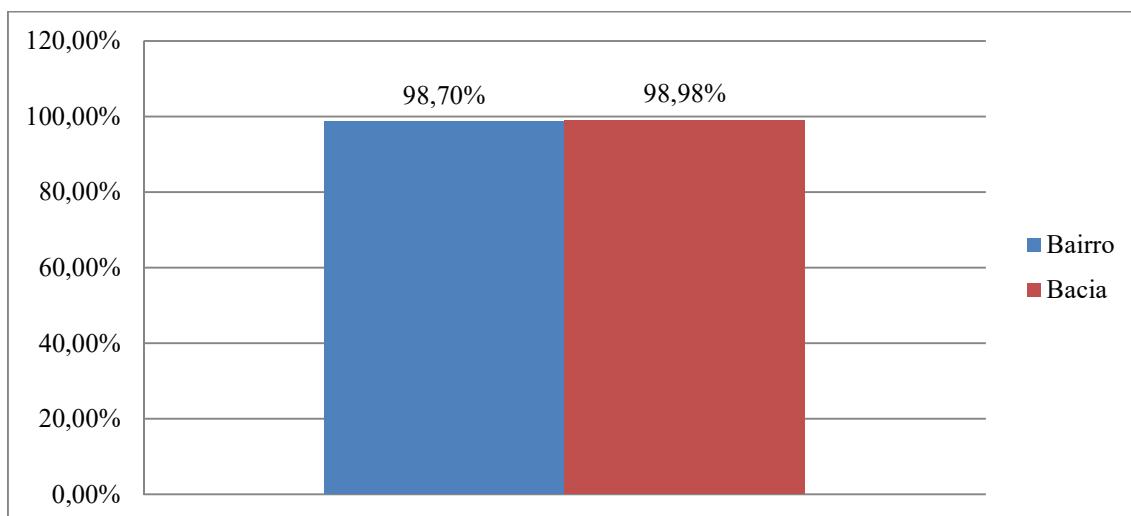
Fonte: ANA, 2018, elaboração: autora da pesquisa

Na cidade de Salvador os números são bastante contraditórios no que se refere ao acesso à água. Na busca de indicadores urbanos que qualifiquem o acesso à água potável a cidade apresenta um número bastante significativo de ligações domiciliares, com em torno de 98% das unidades habitacionais atendidas, como anteriormente afirmado (EMBASA). Mas ao verificarmos, por meio de pesquisa na imprensa local, como a cidade, nos seus veículos de comunicação, se refere à universalização do acesso

à água, constatamos que a intermitência no fornecimento atinge bairros periféricos e que muitos deles chegam a permanecer mais de cinco dias sem fornecimento regular (Jornal A Tarde, 15/08/2018), cabendo, portanto, uma caracterização mais criteriosa sobre o que seja a universalização do acesso à água.

Não encontramos dados nos órgãos estaduais ou municipais, com relação à intermitência, apesar de termos ciência, pela observação empírica que em alguns bairros os moradores reclamavam do abastecimento. Pesquisamos, durante o ano de 2018, e acompanhamos algumas notícias publicadas no Jornal A Tarde, que informavam tanto sobre as interrupções, quanto sobre as reclamações dos usuários e, antes de organizarmos estes dados, o Jornal Correio da Bahia publicou, na edição de 25 de dezembro de 2018, um artigo com informações colhidas diretamente na Embasa, e assim pudemos ter acesso a um panorama sistematizado da situação.

Na pesquisa Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador, Quali-Salvador, a questão da intermitência foi um dos objetos de estudo, e à medida que a cidade se afasta da orla atlântica, dos aglomerados com edificações em melhores condições, com maior faixa de renda, e ainda, com a concentração da população branca, o número de domicílios com ocorrência de intermitência aumenta, chegando a 65% de domicílios em alguns bairros periféricos.

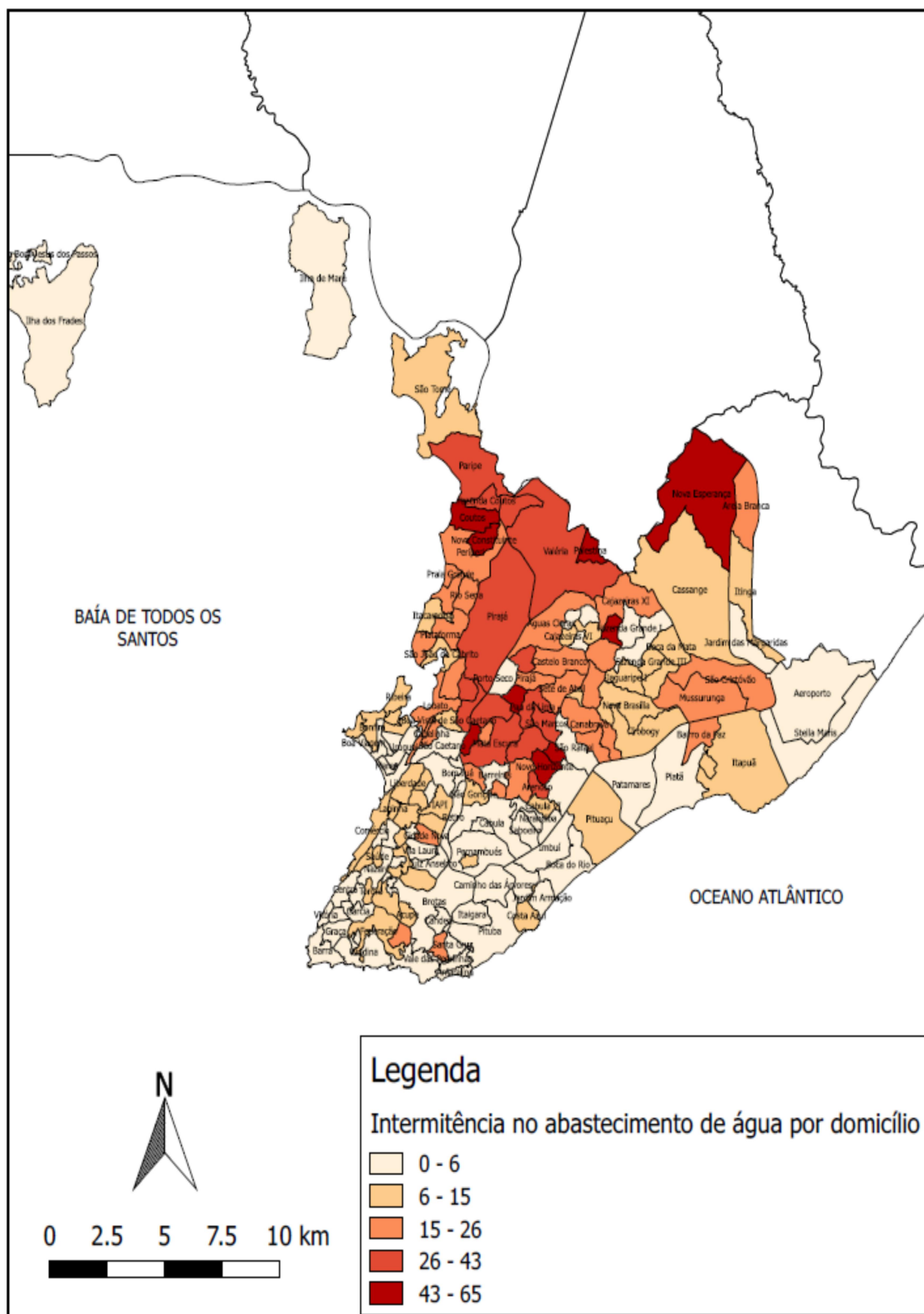
Gráfico 4 — Domicílios Ligados à Rede de Abastecimento de Água

Fonte: Quali-Salvador (2019), elaboração: José Alberto

A quase universalização do acesso à água é um dado positivo na cidade, possibilitando o acesso à água tratada pela população em toda a Bacia do Camarajipe e no bairro de Boa Vista de São Caetano.

A política de equidade com relação ao fornecimento de água, a resposta inclusiva, poderia oferecer maior vazão aos bairros que têm menor capacidade de armazenamento, mas não encontramos a disponibilidade desses dados da Embasa e as mulheres entrevistadas informam que não existe um canal com a concessionária ou qualquer órgão público para ouvi-las.

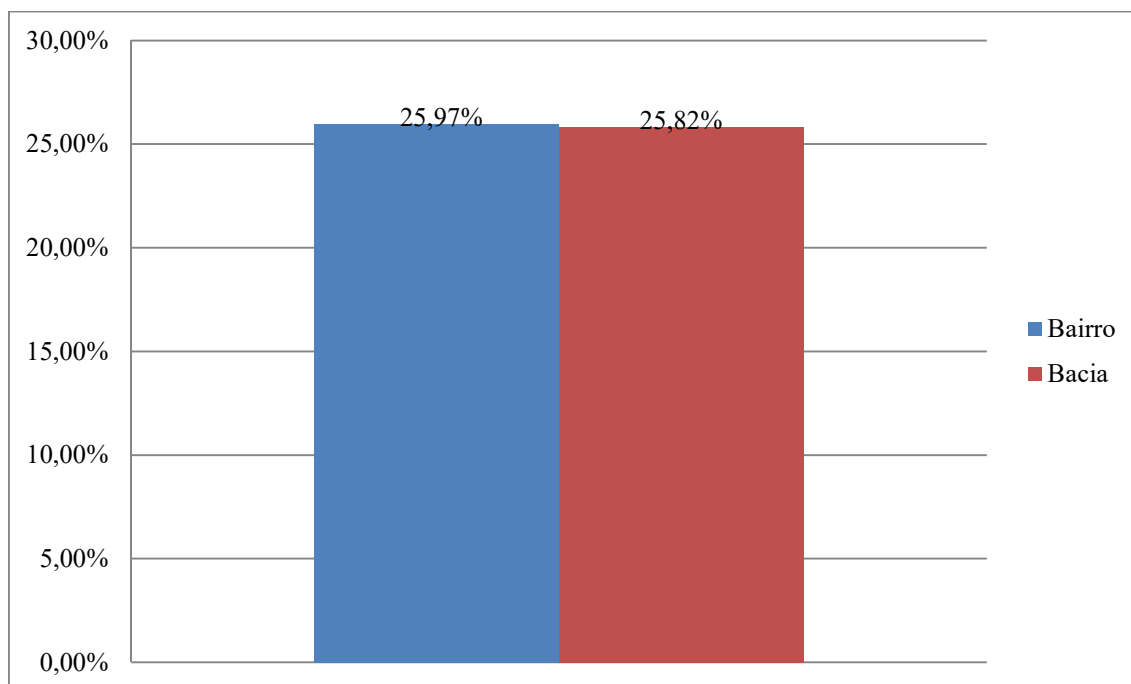
Figura 2: Mapa de Intermittência de água por domicílio em Salvador-Ba



Fonte: Quali-Salvador Elaboração de Mapa: Laércio Santos

O mapa da intermitência foi elaborado a partir de dados da pesquisa Quali-Salvador, que aplicou 100 questionários em cada bairro, tendo distribuído o resultado em cinco faixas, que vão de 0 a 65 domicílios com a ocorrência, conforme **Figura 2**.

Gráfico 5 — Domicílios ligados à Rede e sem Reservatório de Água



Fonte: Quali-Salvador (2019), elaboração: José Alberto

Considerando, ainda, que todo o acesso que não seja realizado através da rede pública de distribuição de água é praticamente inexistente para a população periférica, diferente dos grandes condomínios de classe média e alta que têm a opção de perfurar os respectivos poços artesianos, o problema que se coloca é o da definição de um indicador de acesso democrático à água, nos centros urbanos ou, como buscar um indicador negativo, tendo em vista a precariedade e as limitações desse acesso.

A água, como já apontado, apesar de ser afirmada como um recurso de importância fundamental para a manutenção da vida das populações, não era contemplada com uma política de proteção específica às fontes e rios.

Aqui apresentamos o conceito de água como bem comum, as principais conferências que debateram a água e recursos hídricos no mundo, assim como os dados de distribuição do uso da água no mundo, além da forma de distribuição por bairro, na

cidade de Salvador, mostrando o primeiro estudo por amostragem da intermitência, assim como a abordagem desta questão pela imprensa. A seguir apresentaremos um pouco da história da cidade e suas principais características.

1.2 A CIDADE DE SALVADOR

Salvador, a Cidade da Bahia, primeira capital do Brasil, fundada em 1549 por Tomé de Souza, então Governador Geral da colônia, ainda pode ser considerada como uma cidade envolta e entrecortada pelas águas, com razoável volume de água disponível em seu subsolo (MATTOSO, 1978), nas suas muitas fontes e nascentes, nos seus rios, graças ao seu alto índice pluviométrico, que apresenta a média histórica de 1871,1mm/ano (INMETRO, 2019), maior índice pluviométrico do Estado, e segundo maior do Nordeste, se excluirmos o Maranhão, que tem parte do seu território na Região Amazônica.

A cidade ocupa uma área territorial peninsular de 692,8 km², possuindo elevação média de 8 metros acima do nível do mar, contando com população atual estimada de 2.857.329 (IBGE, 2019), e densidade demográfica de 3.859,44 hab/km². Para um cálculo mais exato da densidade demográfica, o território considerado é de 308 km², excluindo da área total as águas da Baía de Todos os Santos, do que resulta que a cidade possui densidade demográfica de aproximadamente 9.000 hab/km², o que a torna a segunda cidade de maior densidade demográfica do planeta. De acordo com o IBGE, em pesquisa realizada em 2018, 80% da população da cidade é autodeclarada preta ou parda, sendo considerada a cidade mais negra fora do continente africano.

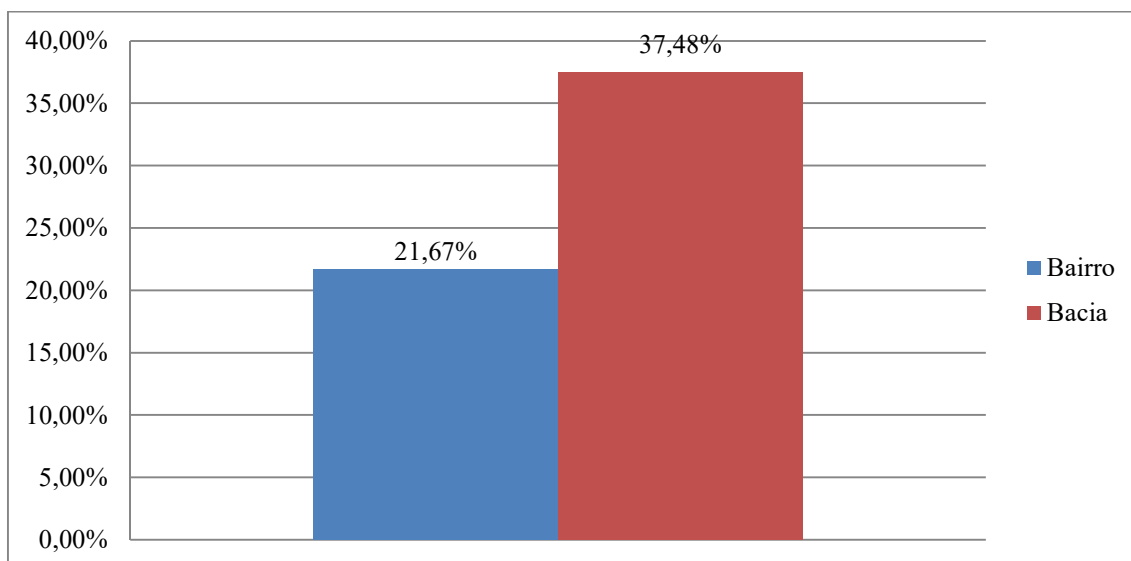
Com relação ao rendimento dos trabalhadores pretos e pardos, a renda média da cidade é de R\$1.640,00 o equivalente a 1/3, ou 67,0%, do rendimento dos trabalhadores que se declararam brancos, sendo a renda média desses, equivalente a R\$4.969, segundo dados da PNAD (IBGE, 2018).

Salvador é cortada por rios de 10 diferentes bacias hidrográficas. O processo de urbanização destruiu a vegetação, aterrou fontes e lagoas e transformou os seus rios em esgotos, destino das práticas de saneamento básico e receptores de toda espécie de resíduos. Transformados em canais/valas de esgotos, os rios só são visibilizados nas

tragédias, quando transbordam, quando são esgotos a céu aberto ou quando são associados a aspectos negativos da vida na cidade. Rios que, nesta cidade já foram vias, meios de transporte para pessoas e cargas, lugar da pesca, do lazer, da oração, mal conseguem dar vazão aos dejetos e águas servidas, que correm ladeira abaixo na cidade entrecortada por morros e vales. Constrangidos em suas larguras, os rios de Salvador atualmente não têm condições de navegabilidade e não dão conta do volume de águas pluviais que não têm a possibilidade de penetração no subsolo, em função das poucas áreas livres, da impermeabilização do solo e construções, gerando sérios riscos de alagamentos e outras ordens. (SANTOS et al., 2013).

A cidade teve significativos avanços com relação ao fornecimento de água à população, chegando, hoje, a 98% dos seus domicílios ligados à rede de abastecimento, mas o fluxo do fornecimento dessa água não corresponde às necessidades diárias da população que não tem capacidade de armazenamento para suas necessidades diárias. (EMBASA, 2018).

A segregação na cidade de Salvador, desde as suas primeiras edificações, se materializava no interior dos espaços habitacionais. Cidade movida à mão de obra escrava, suas primeiras casas tinham espaços diferenciados e com acessos distintos à ventilação, luz do sol, higiene básica, serviços sanitários, água. Os escravos e agregados ocupavam espaços na área inferior das edificações, com pouco acesso a bens e comodidades básicas (CARVALHO e PEREIRA, 2015). Esta cidade avança em seu processo de urbanização, se complexifica e apesar de “modernizada”, mantém inalterados muitos de seus traços coloniais, particularmente no que diz respeito às condições de vida de parcela considerável da sua população negra. Em Salvador, existe uma dramática coincidência entre a condição de pobre e de preto. O povo preto, em linhas gerais, mora nos bairros chamados de “populares”, nas “comunidades” com os piores índices de atendimento em relação aos serviços públicos e as piores condições de acesso ao trabalho – essa população integra o chamado “gigante invisível”, o informal, onde estão situados os trabalhos mais precários e de pior rendimento.

Gráfico 6 — Imóveis Próprios com Habite-se

Fonte: Quali-Salvador (2019), elaboração: José Alberto

Na Figura 3, uma vista panorâmica do bairro de Boa Vista de São Caetano. A grande quantidade de casas sem revestimento externo, o reboco, chama atenção no bairro. A última etapa da construção, o revestimento, implica na conclusão da obra e, conseqüentemente, a regularização do imóvel por meio do Habite-se, que passa a fazer parte do cadastro de contribuintes, onerado com a tributação – o pagamento do IPTU.

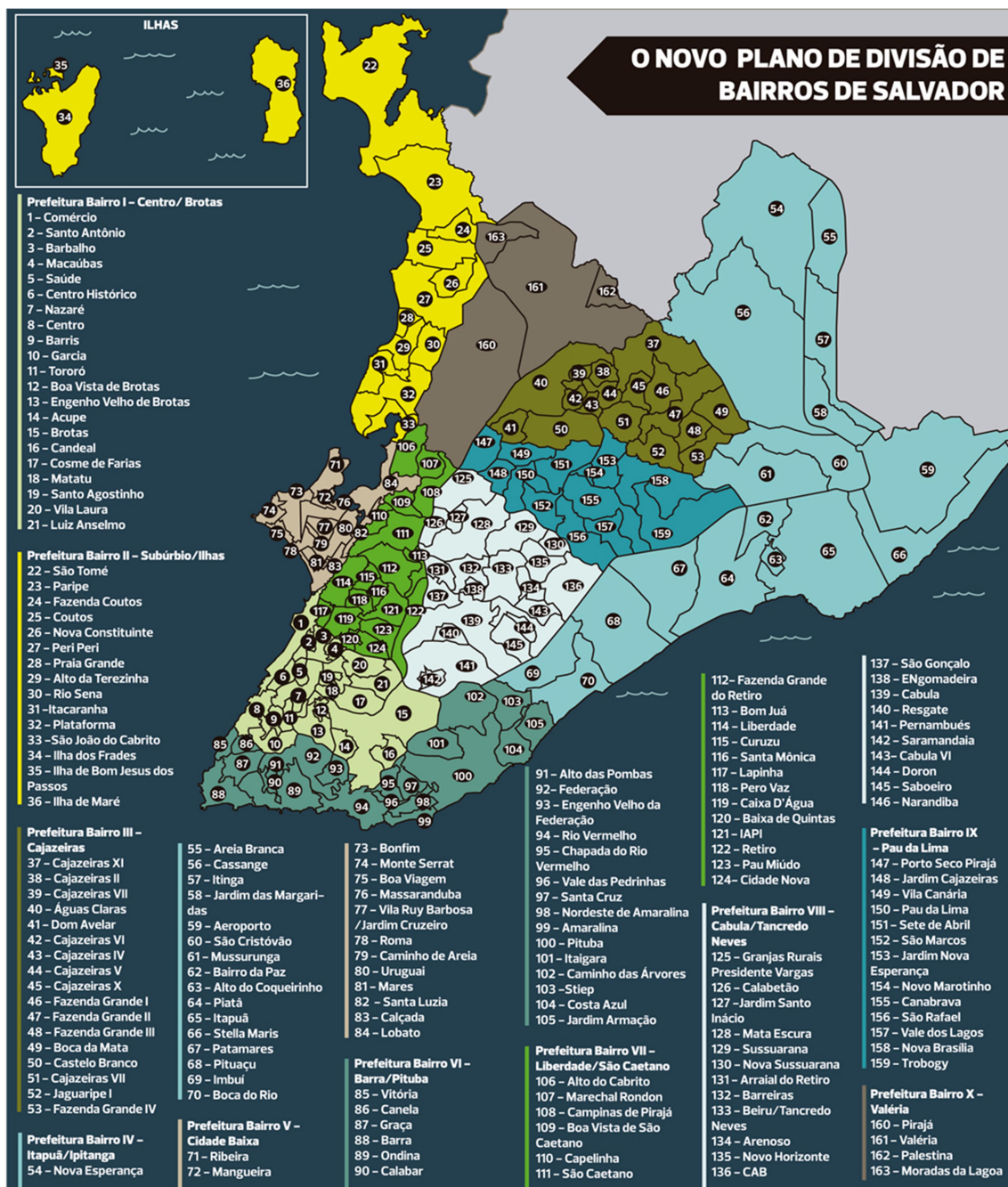
Figura 3: Vista panorâmica de Boa Vista de São Caetano

Fonte: Quali-Salvador, 2019.

A unidade territorial aqui informada como bairro, com forte matriz cultural africana, resulta de um trabalho de delimitação realizado pela Universidade Federal da Bahia, pelo poder público municipal e governo do Estado. Os bairros de Salvador foram delimitados pela Lei 9.278/2017, de 20 de setembro de 2017, resultado de amplo trabalho multidisciplinar com diversos órgãos de planejamento urbano, saneamento, cultura e meio ambiente da Prefeitura Municipal de Salvador e do Governo do Estado, com a Universidade Federal da Bahia, além de diversas representações da sociedade civil, em um estudo denominado “O Caminho das Águas de Salvador” – cujo conceito teve como referência as noções de identidade e pertencimento. Além disso, o referido trabalho delimita também as bacias hidrográficas da cidade de Salvador. A relação entre bacias hidrográficas e bairros, neste estudo, teve o propósito de reconstruir o sentido de pertencimento do cidadão que, além do território ocupado, ampliasse sua percepção sobre as águas que ocupam o território.

A cidade foi dividida em 163 bairros e a grande área de São Caetano, foi dividida em Boa Vista de São Caetano (referência territorial do presente estudo), Capelinha e São Caetano. Os três bairros pertencem à Região Administrativa Prefeitura-Bairro VII Liberdade/São Caetano, e à Bacia do Rio Camarajipe.

Figura 4: Salvador com os seus 163 bairros

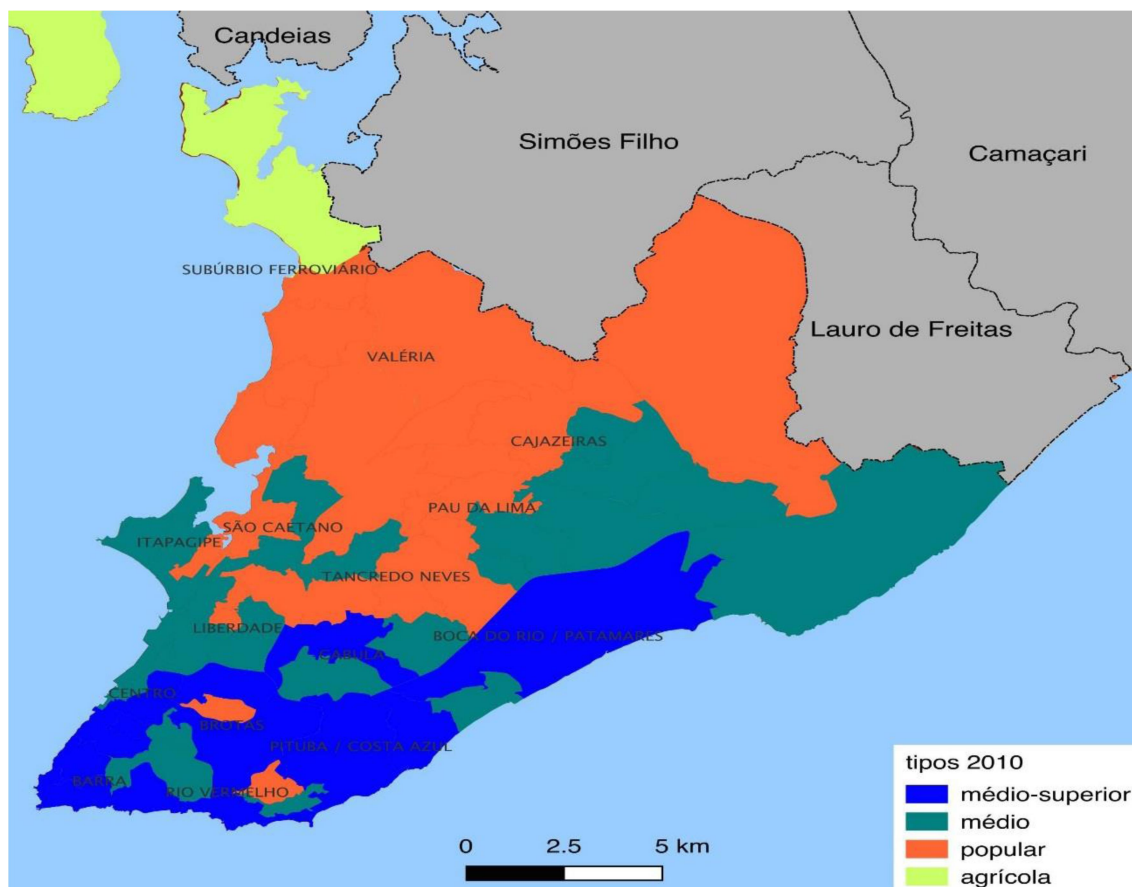


Fonte: Sefaz - Prefeitura Municipal de Salvador, 2017

Toda a região que envolve a área da cidade entre a Av. Luiz Viana Filho, também denominada Av. Paralela, a BR-324 e o Subúrbio Ferroviário, local onde está inserido o bairro de Boa Vista de São Caetano, é chamada de Miolo da Cidade. Essa região é assim denominada desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU de 1970, por estar no centro geográfico da cidade de Salvador. Essa

área inicia seu processo de ocupação a partir de 1940, com o início da industrialização da cidade, onde coexistem habitações formais, que são conjuntos habitacionais de baixo padrão, loteamentos populares e habitações precárias autoconstruídas, essas situadas em geral em encostas (PEREIRA, 2008).

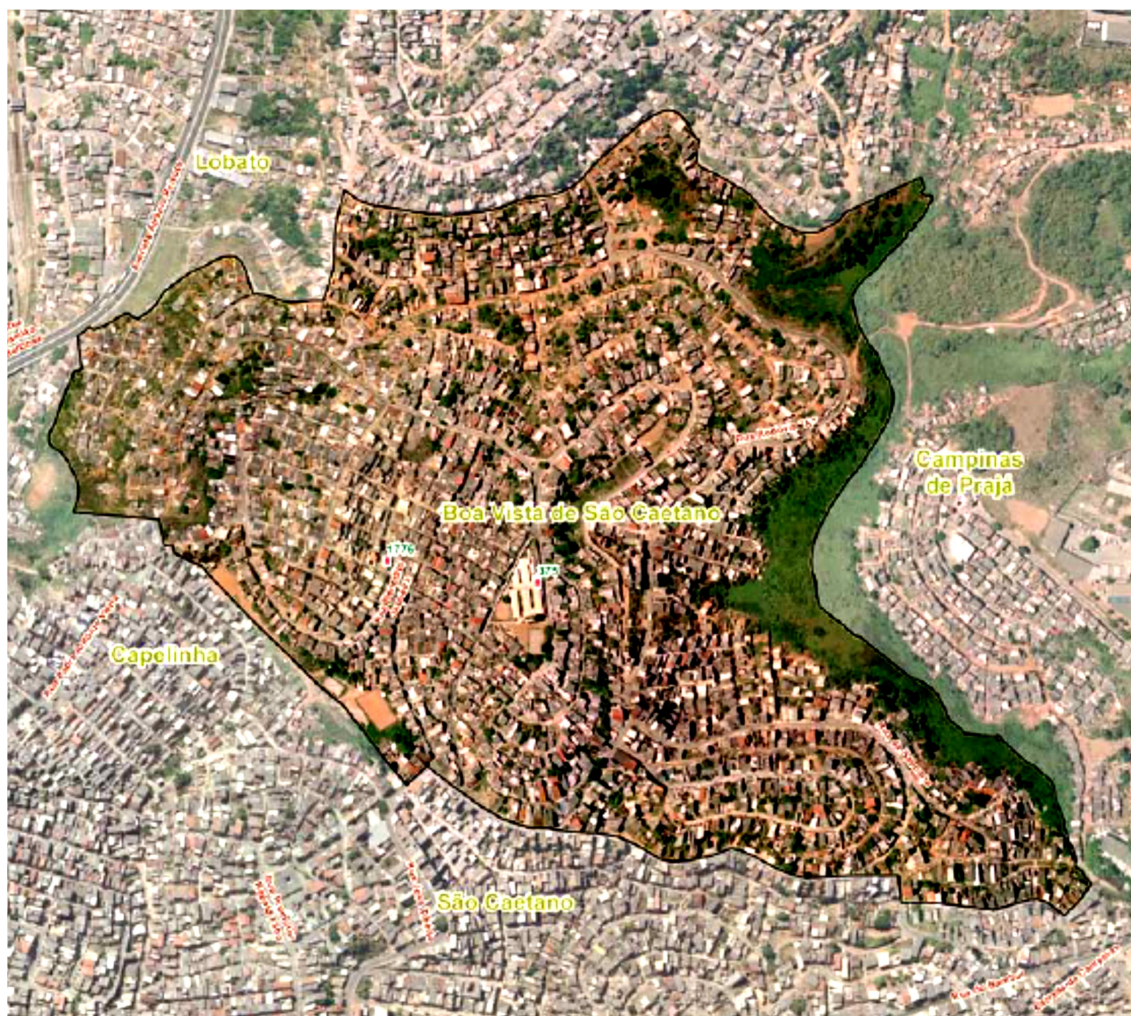
Figura 5: Tipologia Socioespacial de Salvador, por tipo de habitação construída



Fonte: Carvalho e Pereira (2015), baseado em dados do Censo do IBGE de 2010

O bairro de Boa Vista de São Caetano, até a referida nova Lei Municipal 9.278/2017 que reconfigurou os bairros de Salvador, era uma localidade do bairro de São Caetano. No Censo de 2010 possuía a população de 14.630 habitantes, concentrando 0,55 % dos domicílios da cidade, com renda mensal de 1 a 2 salários mínimos.

Figura 6: Boa Vista de São Caetano



Fonte: SEFAZ - Prefeitura Municipal de Salvador, 2019

Salvador experimentou na última década, um adensamento populacional e uma verticalização tanto na área mais estruturada da cidade quanto nos bairros de habitações precárias, as chamadas habitações populares, com imóveis fora dos parâmetros urbanísticos formais. Houve, ao longo dos anos de 2005 a 2014, também, um período de ampliação dos denominados conjuntos habitacionais, quando o Governo Federal, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, atuou em diversos bairros e impactou áreas periféricas da cidade. O aquecimento da construção civil, seja por programas de habitação popular, seja através de financiamento de unidades domiciliares mais estruturadas, provocou a elevação do custo do terreno urbano, o que fez com que muitas

unidades domiciliares fossem impelidas a ampliar suas edificações já assentadas, resultando num adensamento de bairros populares. (CARVALHO e PEREIRA, 2015).

A Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Salvador realizou, em 2007, levantamento, através de aerofotogrametria, identificando que apenas 10% do território da cidade poderia ser utilizado para a expansão da construção de habitações populares. (PEREIRA, 2008).

Figura 7: Região Liberdade/São Caetano



Fonte: Quali-Salvador, 2019.

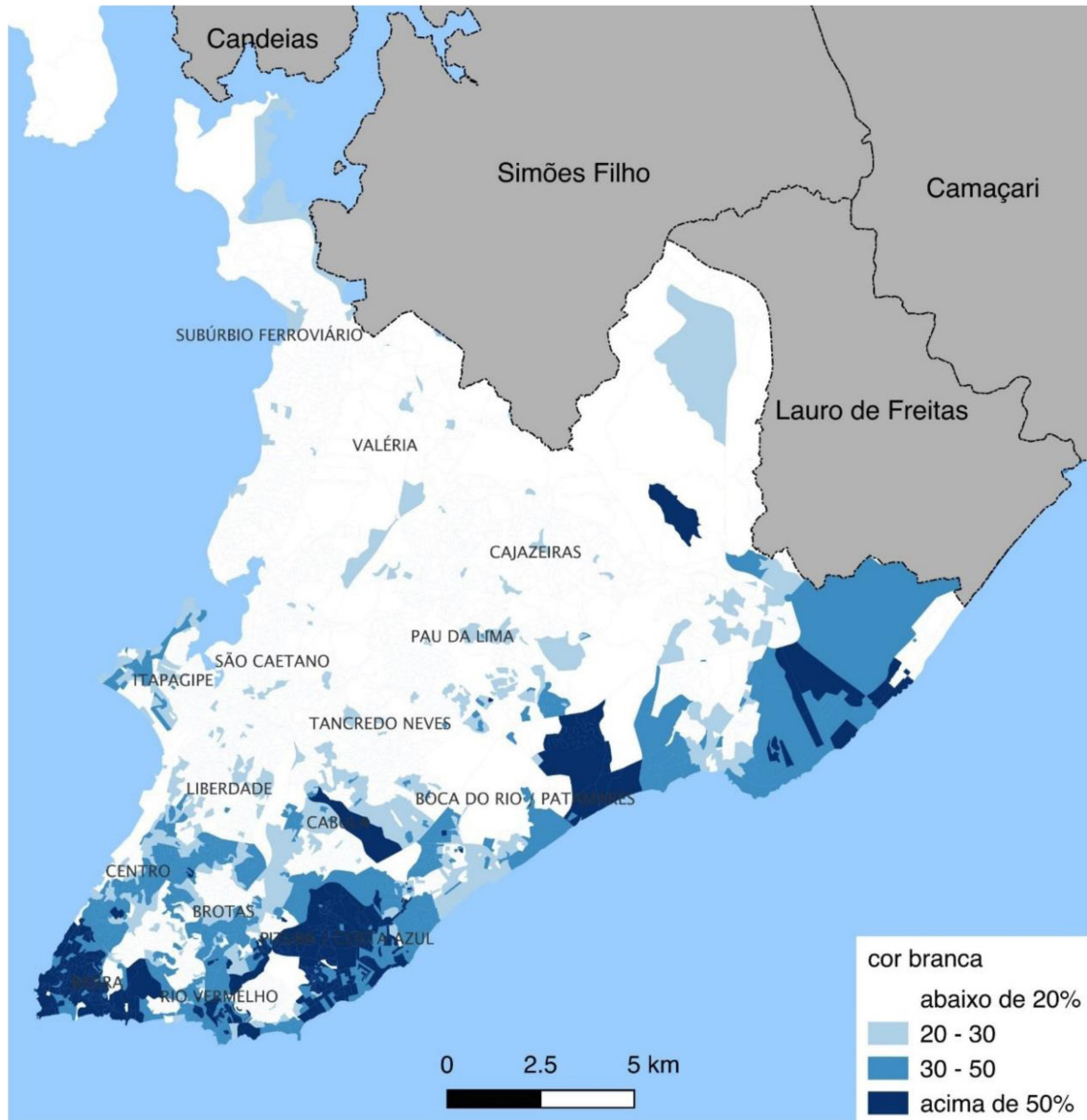
As áreas de adensamento com ocupação irregular no que diz respeito ao padrão de construção tornaram-se mais vulneráveis, seja no que se refere à infraestrutura urbana, seja no modelo construtivo ou ainda no terreno possível, muitas vezes localizado em encostas.

[...] a segregação, a diferenciação do espaço urbano e o local de residência têm efeitos significativos sobre as condições sociais e da desigualdade, pois interferem sobre os acessos aos serviços básicos, às condições de escolaridade, os padrões de sociabilidade, a construção de redes e o acúmulo de capital social e cultural. (CARVALHO e PEREIRA, 2015, p. 18).

A parcela da população que se autodeclara branca, ocupa a costa, os lugares de melhor infraestrutura e planejamento. A Região VII, correspondente aos bairros de

Liberdade e São Caetano, é majoritariamente ocupada por população negra. São Caetano é um dos maiores subdistritos do município, com 66,7% de famílias que recebem até 1 salário mínimo e com 21,01% dos imóveis alugados.

Figura 8: Moradores que se autodeclararam brancos em Salvador por região



Fonte: CARVALHO E PEREIRA (2015), baseado em dados do Censo do IBGE de 2010

A cidade de Salvador é uma cidade que concentra a sua população branca na orla atlântica, com exceção de algumas manchas, de novos bairros planejados, como o Caminho das Árvores e, ao localizarmos a população negra, esta ocupa justamente os

espaços com menor infraestrutura, habitações precárias e, conseqüentemente, com maior possibilidade de intermitência no fornecimento de água.

A informação inédita que trazemos neste momento é o mapa da intermitência no fornecimento de água, que até então, não havíamos encontrado em qualquer estudo da cidade. O levantamento do Jornal Correio da Bahia, apresentado em sua edição de dezembro de 2018, já traz um alerta para a cidade acerca dos constantes reparos a que a rede de abastecimento de água vem sendo submetida. Assim, nesse pequeno panorama de Salvador, podemos traçar uma geopolítica da cidade com a população dividida em classe e raça. A população negra e de menores faixas de renda se concentra no miolo, subúrbio e próxima à Baía de Todos os Santos; enquanto a população branca ocupa as principais estruturas, a orla atlântica e bairros planejados. Na divisão da cidade, a segregação socioespacial é, também, a segregação da distribuição da água. No próximo tópico mostraremos um panorama das águas da cidade.

1.3 AS ÁGUAS EM SALVADOR

As águas começaram a ser monitoradas no Brasil a partir da década de 1960 do século XX, quando os serviços de abastecimento começaram a ser cobrados (FISCHER, 2008). A partir da década de 1990 daquele século, o debate sobre a ausência das mulheres na gestão das águas foi mais acentuado e aconteceram várias conferências internacionais que debateram o tema. Após os grandes debates que aconteceram no ano de 1992, em conferências já detalhadas anteriormente, há menções explícitas à prioridade de participação das mulheres que, responsáveis por todo o trabalho de reprodução social, são obrigadas a fazer a gestão da escassez das águas.

Os debates desde então, assim como as resoluções internacionais que equacionam os problemas, que avaliam os impactos e propõem novas resoluções, que se ampliam em termos de profundidade, muitas vezes não têm alcance para a população que é afetada diretamente pelas políticas de inclusão, ou pelas faltas de políticas definidas.

Assim, as agendas são debatidas em determinados fóruns, como a Agenda 21, atualmente substituída pela Agenda 2030, os ODM - Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, substituídos por ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável —que na

prática, no momento da materialização de políticas inclusivas, parecem muito distantes de aterrissarem na cidade de Salvador, na Bacia Hidrográfica do Rio Camarajipe, no bairro de Boa Vista de São Caetano, recorte do nosso estudo. A escassez da água ou a contaminação das fontes e transformação dos rios em esgotos é debatida entre vizinhas, famílias e absorvida como uma questão do cotidiano a ser resolvida no campo privado, junto com tantos outros problemas que a vida precária e a falta de políticas públicas podem trazer.

Salvador, quando da sua fundação, era apontada como um dos principais portos do mundo. Artistas, observadores culturais e religiosos apontam uma especial relação de Salvador com suas águas, ainda que os gestores públicos quase nunca estivessem entre esses admiradores, afirma o sociólogo Juca Ferreira (1994). “Os caminhos de nosso desenvolvimento foram traçados pelas rotas dos saveiros que faziam a comunicação entre a capital e o interior do Estado” (FERREIRA, 1994, p. 17).

Historicamente todo o desenvolvimento econômico, cultural, social de todos os povos esteve relacionado à água. Um dos grandes desafios da cidade de Salvador, atualmente, é tornar realidade o direito à água pelas gerações presentes e para as futuras. A cidade não pode ser pensada e vivida, pelo cidadão, sem a necessária sustentabilidade hídrica, a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico e a democratização da gestão das águas e da gestão pública, o que significa repensar o atual processo de urbanização, que potencializa o seu histórico caráter predatório e excludente (FERREIRA, 1994).

O crescimento de Salvador e do seu entorno foi retomado e acelerado a partir de 1960, quando se intensificou a prospecção de petróleo e a implantação de centros industriais, como o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari. Especificamente, o Polo Petroquímico, foi construído sobre um aquífero subterrâneo. Ferreira destaca o ciclo hidrológico e as intervenções inadequadas do poder público e do empresariado baiano, assim como a invisibilidade para o poder público dos rios, nascente e fontes. (FERREIRA, 1994).

Com a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997 – a gestão dos recursos hídricos torna-se descentralizada, com a criação dos Comitês de Bacias, incluindo os poderes públicos em diversas instâncias, a

sociedade civil, e com perspectiva de incorporação na perspectiva de gênero no Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

A Bacia Hidrográfica do Rio Camarajipe, onde se localiza o nosso objeto de estudo, possui 42 bairros, área de 35.877km² e população de 668.971 habitantes, correspondendo a 27,3% da cidade de Salvador. No Censo de 2010, possuía 180.074 unidades habitacionais (IBGE, 2010). O rio Camarajipe percorre 14 km e suas águas estão comprometidas em todo o trajeto. Há um grande desmatamento em suas nascentes e margens, com o conseqüente assoreamento, uso inadequado do solo e impermeabilização. Outra característica é o acúmulo de resíduos sólidos, pois recebe esgotos sanitários de grande parte das habitações populares na área da sua Bacia. Foi um dos principais mananciais do abastecimento da cidade até o século XIX sendo desativado em 1980, como possível manancial, face ao comprometimento das suas águas.

Figura 9: Bacia Hidrográfica de Camarajipe



Fonte: Caminho das Águas de Salvador, 2012

O projeto Quali-Salvador investigou a percepção sobre os rios de Salvador com a população da Bacia do Camarajipe e com o bairro ora estudado – a Boa Vista de São Caetano – e constatou que um terço dos entrevistados percebe o rio como via de esgoto.

Figura 10: Rio Camarajipe, próximo à nascente



Fonte: Quali-Salvador, 2019

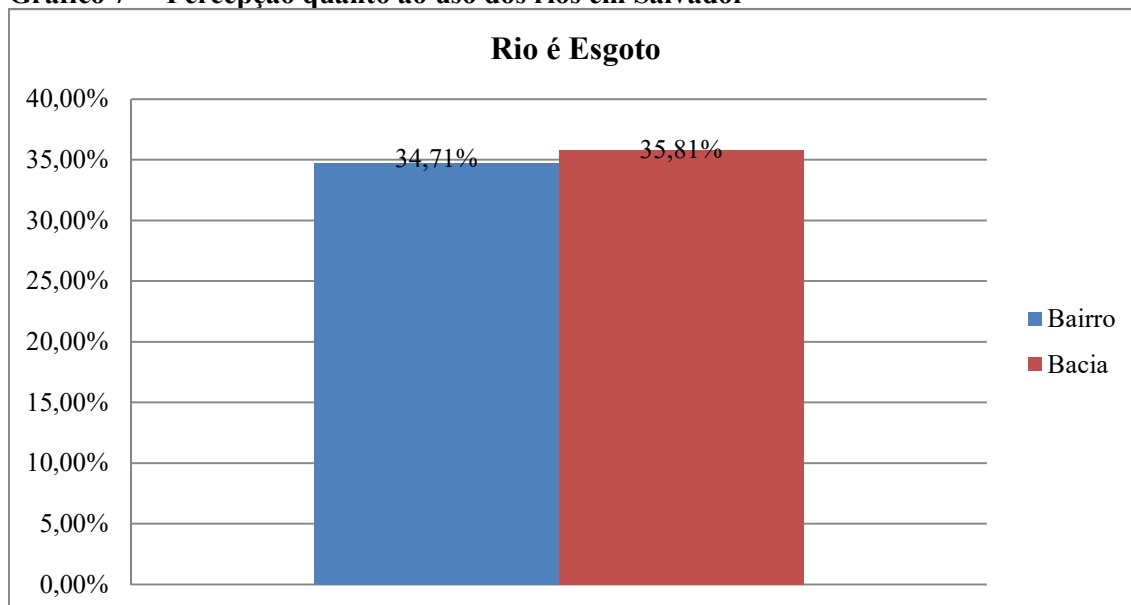
Figura 11: Foz do Rio Camarajipe



Fonte: Quali-Salvador, 2019.

O rio, na percepção de grande parte da população é sinônimo de esgoto, local de dejetos, destino para esgotamento sanitário. Nas dez entrevistas realizadas em Boa Vista de São Caetano, as fontes, rios e lagos da cidade são pouco perceptíveis, não fazem parte do cotidiano da população, cristalizando uma percepção negativa, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7 – Percepção quanto ao uso dos rios em Salvador



Fonte: Quali-Salvador, 2019. Elaboração: José Alberto

Na cidade de Salvador o abastecimento direto, por meio de rios, fontes e lagos, prevaleceu até o ano de 1856, quando foi construído o reservatório Cruz do Cosme, com capacidade de três milhões de litros, inaugurado em 1859, sendo a primeira intervenção estatal para a distribuição de água. Em 1910 foi realizada outra obra para a distribuição de água, desta feita para a Cidade Baixa e, em 1937, este serviço passou a ser operado pelo Governo do Estado (EMBASA, 2013).

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU aprovado em 2016, pela Câmara Municipal de Salvador, apenas um artigo versa sobre as águas urbanas da Cidade. Não há propostas de intervenção para os rios da cidade. No programa dos candidatos à Prefeitura de Salvador em 2016, que reconduziu o atual Prefeito, as águas não foram sequer mencionadas. Não encontramos um único pronunciamento da Prefeitura sobre a recuperação de rios. A Prefeitura Municipal de Salvador está, no

momento, tamponando dois rios para um projeto de BRT – a solução para os rios poluídos tem sido escondê-los, tamponá-los.

Em um pequeno levantamento preliminar, sobre quais seriam os órgãos reguladores das águas na cidade, como também nas entrevistas realizadas, constatamos que não há registro e conhecimento de sua existência. Nos Conselhos de Administração ou Conselhos Gestores dos órgãos reguladores (Secretaria de Cidade Sustentável - SECIS do Município ou na Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA, EMBASA, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador - ARSAL) não existe participação da Sociedade Civil organizada, o que torna ainda mais difícil que os reclames de parcela da sociedade civil sobre as condições dos rios possam vir a chegar aos órgãos gestores.

Dentre os aspectos negativos no que se refere às águas da cidade, além da situação dos rios, fontes e nascentes, em descaso, destacamos, como já referido, a não universalização do acesso aos serviços públicos de esgotamento sanitário, que se configura uma dívida histórica no caso da cidade de Salvador. O acesso à água potável está supostamente universalizado.

A invisibilidade das águas no cotidiano da cidade, na atualidade, relembra o fato histórico de que a escolha do sítio original foi determinada pela posição estratégica na costa e pela abundância de água doce disponível (MATTOSO, 1978). A cidade de Salvador, a exemplo do que acontece em muitas das nossas grandes metrópoles, transformou os seus rios em esgotos, encapsulando-os, e materializando esta invisibilidade aos cidadãos. O cenário em 2019 é, assim, dramático, e repercute diretamente na qualidade do ambiente urbano.

Do ponto de vista da estrutura de gestão das águas, Salvador pertence ao Comitê de Bacias Recôncavo Norte e Inhambupe. O Comitê tem representação de 82 instituições, sendo que 23 dessas representações são do poder público municipal, prefeituras, 3 assentos de universidades – sendo ocupadas pela Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Recôncavo e Universidade Estadual da Bahia – 8 Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos diversos municípios integrantes do Comitê, 2 Associações de Pescadores e Marisqueiras, um assentamento, um sindicato e duas associações de Produtores Rurais, ocupando 4 vagas. Um instituto de Economia Solidária, uma organização não governamental de reflorestamento, o Instituto Fábrica de Florestas, uma

OSCIP ligada às indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari e uma ONG ambientalista, o GAMBÁ. Além dos sindicatos de trabalhadores rurais e pescadores, uma associação profissional, a Associação de Rendeiras. Das 82 representações indicadas, inicialmente, apenas 19 instituições são representadas por mulheres e não há instituições feministas, associações de mulheres ou mesmo representação dos conselhos ou secretarias de mulheres municipais ou estaduais, caracterizando, portanto, que não há ênfase no debate de água e gênero nas representações em que há ampla participação da sociedade civil organizada. (SEMA, 2019).

A gestão social das águas não tem muita transparência nem divulgação das resoluções, outorgas, nem mesmo no sítio disponibilizado pela SEMA na internet. Em todas as pesquisas preliminares e ainda, durante as entrevistas, não identificamos conhecimento por parte da população sobre a função dos Comitês de Bacia e das suas resoluções, ou mesmo qual o impacto das suas ações na vida das cidades envolvidas.

No semiárido baiano, lugar da extrema escassez, podemos falar de política de convívio com a seca, com programas de cisternas e de coleta de águas de chuva, ou seja, a escassez é combatida com políticas; em Salvador, porém, onde as águas ainda são abundantes, não há sequer um programa de recuperação das suas águas comprometidas, não existem fontes, ou ainda, rios e lagos de água limpa disponíveis para livre coleta. O grau de contaminação das fontes, nascentes, rios e lagos, é elevado (SANTOS, 2010). As águas contaminadas tornam-se um problema, inclusive de saúde pública, e a população só tem acesso à água de qualidade unicamente através da rede pública. Quando, pelos mais diversos problemas que a cidade enfrenta em sua urbanização, não há vazão suficiente, poucos locais têm solução, à mão, para o problema de intermitência no abastecimento de água. Chafarizes, fontes, nascentes, rios e lagos estão extremamente comprometidos na sua possibilidade de acesso.

O serviço de abastecimento de água da cidade de Salvador é de responsabilidade da EMBASA, sociedade de economia mista de capital autorizado, tendo o Governo do Estado da Bahia como acionista majoritário. A empresa presta os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, mediante tarifa.

A Embasa presta serviços à população através de contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, através de contrato de adesão, de acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, decreto-lei federal nº

7.217/2010, lei estadual nº 11.172/2008, decreto estadual nº 11.429/2009 e resolução Agersa nº 002/2017.

Salvador é abastecida por um sistema de seis barragens. Pedra do Cavalo – distante 125km de Salvador, na região do Recôncavo, que é responsável por 65% do abastecimento e alimenta a estação de tratamento localizada em Candeias, cidade da Região Metropolitana de Salvador. As barragens de Joanes I e II, assim como as barragens de Ipitanga I e II, localizadas na Região Metropolitana de Salvador, que fornecem água para ser tratada na Estação da Bolandeira. E a barragem de Santa Helena, que abastece Joanes e Bolandeira (INEMA).

Um total de 1.285.000 casas e apartamentos são abastecidos em Salvador. A tubulação percorre 5.600 km no subsolo da cidade. As ligações clandestinas, de acordo com a Embasa, consomem entre 30 a 40% do fornecimento de água, diminuindo a pressão e inviabilizando a água em determinadas áreas.

Não existe informação no sítio da empresa com relação aos serviços prestados à população, avaliação de alcance da interrupção destes serviços, salvo por intervenção específica, ou da questão da vazão insuficiente. As informações diárias em jornais e emissoras de televisão mostram a falta de água nos bairros, sempre relacionada a algum tipo de manutenção, não sendo explicitado claramente nesses informativos se existe vazão insuficiente.

Um periódico local, o Jornal Correio da Bahia, como já mencionado, fez um balanço da falta de água na cidade de Salvador, a partir das interrupções dos serviços da Embasa, no ano de 2018. Em sua edição de 25 de dezembro daquele ano, cujo título é Torneiras Secas, o jornal faz um detalhado levantamento de todas as interrupções de serviços. Esse levantamento foi realizado a partir da consolidação dos informes de interrupção programada fornecidos pela concessionária, e validado pela empresa.

De acordo com o jornal, dos 163 bairros oficiais, 153 sofreram com a falta de água durante o período de 1º de janeiro a 19 de dezembro de 2018, somando 365 interrupções. Em alguns bairros, a água chegou a faltar por 16 dias, como em uma localidade do bairro do Rio Vermelho denominada Chapada do Rio Vermelho (Jornal Correio da Bahia, 19/12/2018).

A resposta dada pela empresa ao levantamento realizado pelo jornal, se ateve à necessidade de obras de manutenção em toda a cidade, para resolver de simples problemas

de reparos até os desvios da rede realizados por algum usuário, o que constantemente leva a problemas de vazão e posterior intervenção física para conserto. Todas as respostas não se afastam das respostas padrão.

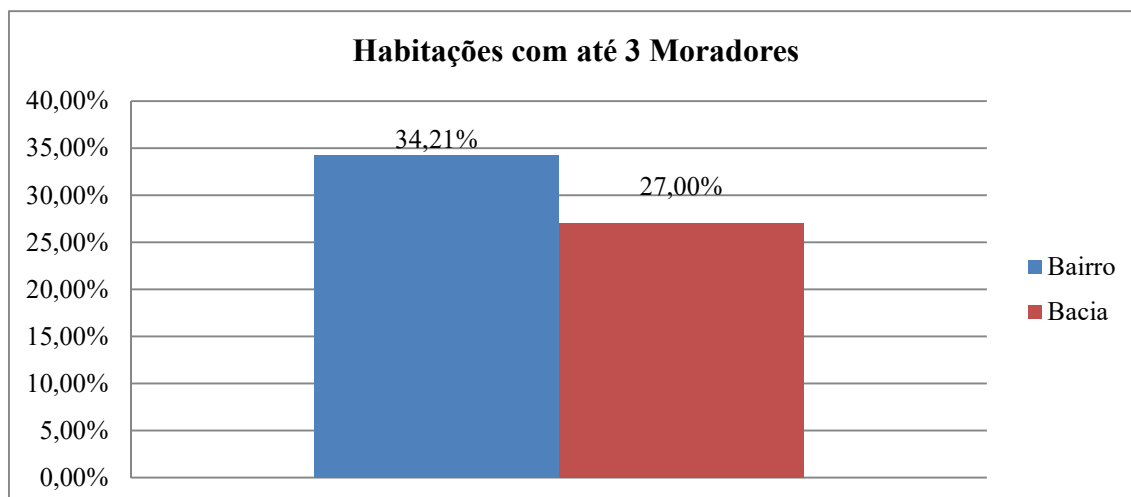
A Embasa enviou ao periódico uma nota complementar em que, justificando as questões da intermitência, menciona a obrigatoriedade de reservatório em cada habitação e ainda, no caso de domicílios com mais de um andar, a necessidade de reservatório e bomba.

A nota oficial de resposta ao jornal informa que:

Se, por um lado é obrigatório que a concessionária realize as manutenções para manter a operação do sistema de abastecimento, é dever do usuário ter reservatório domiciliar com o objetivo de manter uma reserva mínima de água para suprir suas necessidades por um período mínimo de 24 horas, inclusive reservatório inferior e conjunto motor-bomba para elevação da água, quando se tratar de imóvel com mais de um pavimento. (Correio da Bahia, p. 19, edição 25/12/2018).

Os dados apresentados pela Embasa sobre o desvio de rede e de necessidade de manutenção são bastante significativos. Aproximadamente 2 bilhões de litros de água são desviados por ações fraudulentas em Salvador e Região Metropolitana, de acordo com a nota, gerando não só prejuízo aos usuários, que ficam sem o serviço, como prejuízo financeiro aos mantenedores do sistema de abastecimento, e justificando a necessidade de intervenção e interrupção de serviços em algumas áreas.

Gráfico 8 — Habitações com até 3 moradores, por Bairro e Bacia



Fonte: Quali-Salvador, 2019. Elaboração: José Alberto

No Guia do Usuário editado pela Embasa e disponibilizado em seu sítio, a empresa também orienta e informa a capacidade mínima necessária do tanque por domicílio, a depender do número de moradores. Uma casa com 3 moradores deverá ter um reservatório de 500 l, o que dá garantia de reserva de água por 24 horas. O tamanho do reservatório informado é compatível com o projeto de casa popular do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida, em que, para um imóvel de 45 metros quadrados, prevê esta capacidade de armazenamento (Lei 11.977, de 7 de julho de 2009).

O Guia informa não só o tamanho ideal do reservatório, como os procedimentos com relação à rede, as questões legais e orienta o usuário quanto às ligações de poços artesianos e captação de água da chuva, no que se refere à drenagem. Não estimula a captação, não informa sobre fontes ou formas alternativas de captação e de acesso a água potável.

O fornecimento de água é tratado como algo já completamente mercantilizado e se refere à prestação dos serviços como venda de mercadoria, inclusive com um erro básico: refere-se aos desvios ilegais na rede como "furto de água", tratados não como burla ao pagamento de um serviço público da concessionária, mas afirmando a água como propriedade (Guia do Usuário, p. 17).

Nas dez entrevistas realizadas durante a pesquisa, no bairro de Boa Vista de São Caetano para avaliar a questão da intermitência, constatamos que apenas quatro casas não seguem o padrão sugerido, caracterizando pequenos aglomerados de casas em que um tanque de 500 litros serve a mais de uma residência. As outras seis entrevistas foram realizadas em casas que respondem ao padrão de reservatório, mas a intermitência ainda assim é um problema, o que caracteriza a insuficiência de vazão, independente das intervenções na rede para reparos. Uma única casa registra pouca falta de água, apenas em momentos de manutenção, e após triplicar a capacidade de armazenamento.

Todas as habitações com um reservatório de 500l relatam faltas constantes de água, além daquelas anunciadas nas manutenções programadas. Nas manutenções programadas é possível se organizar de forma mais adequada, guardar água filtrada para cozinhar, ter baldes para descarga e para lavar a louça, relatam as moradoras. Assim, o planejamento, o preparo de alimentos com antecedência, o socorro à vizinhança, podem ser feitos e encarados com tranquilidade, como relata Dulce: “quando sabemos que vai

faltar água é aquela organização, todo mundo preparado, água filtrada guardada todo dia, roupa escolhida antes, fica tudo mais organizado, mais fácil de fazer”.

A possibilidade de dar apoio às outras vizinhas, menos favorecidas em termos de possibilidade de armazenamento, é relatada quase com orgulho:

Se a Embasa avisou, fica mais fácil para todo mundo, eu mesma começo a juntar galão de água, garrafa pet de água filtrada, é aquela agonia, aquele troca troca de água, quase mutirão. Assim, quando a falta é programada, aqui é o último lugar a faltar na rua, posso ajudar todo mundo (Helena)

Os depoimentos das moradoras que possuem tanques de 500l apontam falta de água em torno de 2 vezes por semana, sem considerar as manutenções. Algumas moradoras, como Cida, que passam o dia fora, ela, o marido e a filha, que estuda em período integral, nem sempre percebem o impacto, a não ser nos fins de semana, quando estão todos presentes, e a falta de água é mais incômoda – esse relato se refere aos períodos de regularidade no fornecimento. No período de grandes obras no entorno, a exemplo das obras do Metrô, que aconteceram no ano de 2013, algumas moradoras relatam períodos longos, de mais de uma semana sem água, impactando a vida de todas, e as histórias são lembradas de forma irritada: “ô tempo ruim. Não se podia tomar um banho direito, uma agonia de conseguir água, não aparecia carro pipa, a casa suja, o banheiro sujo, um tempo muito ruim” (Maria).

A rede de cuidado e solidariedade entre as mulheres aparece nas entrevistas, também no que se refere ao suprimento de água, havendo colaboração com os mais velhos, os recém-nascidos, os doentes e os ausentes, aquelas que por alguma circunstância, como Dulce, deixam a chave para que quando a água correr, alguma vizinha realize a coleta. Ou como Helena e Ana que se preocupam em guardar um pouco de água filtrada para suprir a necessidade de alguma vizinha. As redes sociais, no caso da vizinhança, assumem o cuidado com as pessoas mais vulneráveis (GUIMARÃES, 2011). “Sempre é bom ter alguma garrafa pet de água filtrada guardada, para uma necessidade de um vizinho, um parente, afinal aqui sempre é a última casa a faltar” (Helena).

As dez mulheres entrevistadas não participam da gestão das águas ou de qualquer associação de moradores, e não fazem qualquer reflexão sobre as políticas públicas de abastecimento de água, ou de como deveriam ser ofertadas fontes limpas, ou mesmo da relação causal com as torneiras secas. A questão da falta d’água é um tanto naturalizada, assim como a falta de algumas estruturas no bairro, ou o fato de morarem

em encostas. Apenas duas entrevistas têm um discurso mais elaborado, falando em "distribuição desigual" (Ana) e "manobra por falta de vazão" (Helena).

A percepção sobre os rios, fontes e nascentes, é praticamente inexistente. Apenas a mais velha delas, Helena, hoje com 66 anos, se refere aos rios e fontes de um "outro tempo de cidade", quando não tinha água nas torneiras e era obrigada, junto com as irmãs, a coletar água nas fontes e rios no bairro do Uruguai e posteriormente no bairro da Fazenda Grande, onde morou. Helena teve infância com lata de água na cabeça.

A questão da rede de cuidados entre as mulheres, no que se refere ao fornecimento, e ao abastecimento de água, aparece forte, assim como a especial atenção para com os vulneráveis. A percepção de que a cidade não entrega todos os serviços públicos necessários à produção da vida e que não tem água disponível em caso de grandes períodos de obras, manutenção ou simplesmente de escassez, também é naturalizada. Quando a ênfase é dada ao período de construção do metrô, questionei se a Prefeitura, a Embasa ou mesmo a construtora responsável pela obra não providenciavam carro-pipa. A resposta sempre foi não, com estranhamento, como se não houvesse essa possibilidade.

Assim, esse momento de escassez, apesar de ser um problema público, teve soluções pela própria comunidade. A alusão ao carro-pipa foi somente um exemplo, pois em alguns dos lugares não imagino como seria o acesso, apenas quis dar destaque à ausência do poder público naquele momento crucial.

No relato sobre as faltas de água fica evidenciado que a mulher é colocada como responsável pela solução da escassez. A exemplo do que vemos na fala de Ana, que levava roupa para lavar no trabalho, pedindo licença aos empregadores, e em algumas ocasiões distribuiu as crianças em casas de parentes. E que, na falta de ações do poder público, acionou a Associação de Moradores para a solução do problema. Além desses momentos de crise, as soluções acontecem em pequenos grupos de vizinhas.

O dado de intermitência não é considerado no sítio da Embasa, e nem mesmo problemas de vazão são mencionados. Ao acompanhar o sítio por um período de tempo verificamos que as obras e as ligações clandestinas realizadas pela população, acabam sendo considerados os fatores responsáveis pela intermitência.

Constatamos a falta de visibilidade do problema da intermitência, a absorção do problema como um problema das mulheres, como uma extensão do trabalho doméstico, do trabalho de reprodução social, da substituição do poder público na efetivação do

serviço. No próximo tópico, discutiremos a questão do trabalho doméstico de modo mais aprofundado.

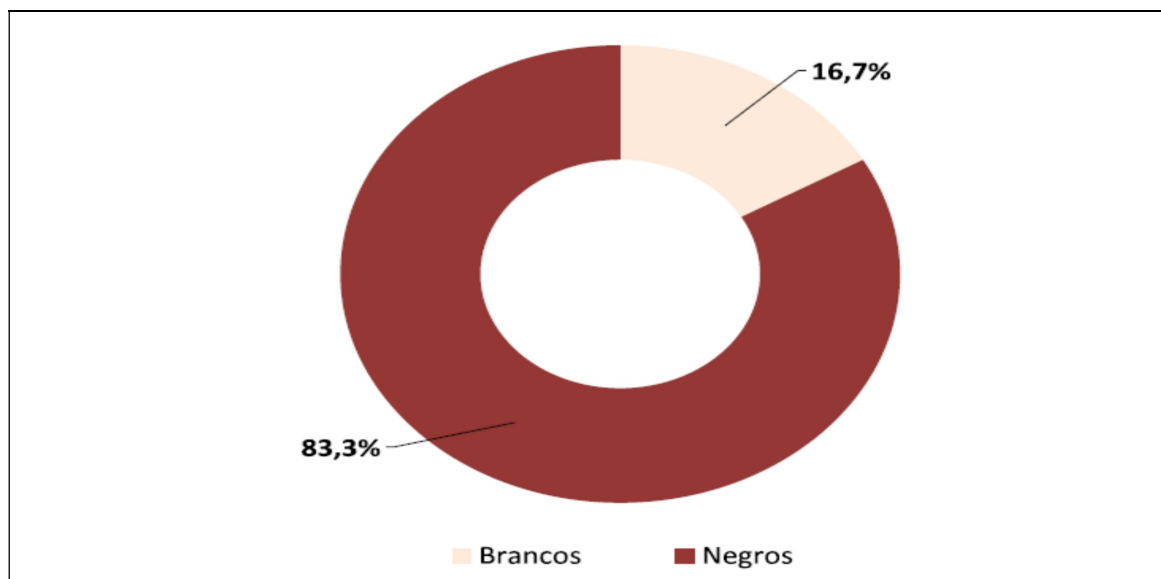
2 SOBRE AS ÁGUAS E O TRABALHO DOMÉSTICO

Este capítulo é dedicado à discussão da divisão sexual do trabalho, à reprodução social, ao serviço de abastecimento de água e seus impactos na vida das mulheres. Para este debate é necessário definir gênero e as principais questões que envolvem o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho e a reprodução social.

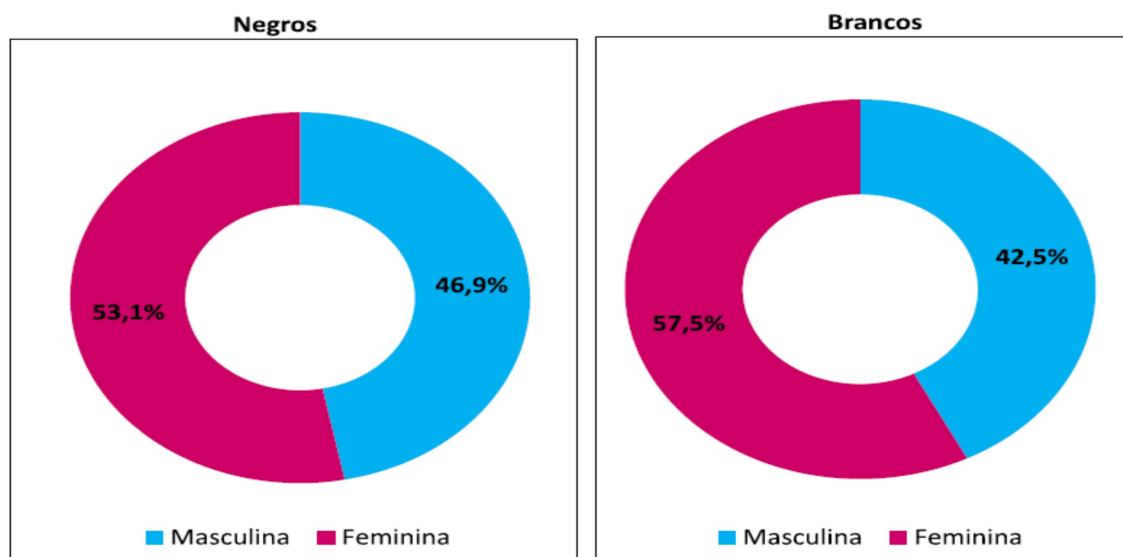
O foco é a questão do cuidado, na vida das mulheres, assim como o território, o bairro e suas condições de vida, dentro dos principais marcos teóricos do trabalho e na situação concreta de vida dessas mulheres.

2.1 TRABALHO, GÊNERO E ÁGUAS

O percentual de população feminina de Salvador é de 53,3%, o que se configura como uma população de 1.426.759 mulheres (IBGE, 2010). Na cidade nascem mais homens que mulheres, mas a taxa de mortalidade de homens jovens é muito alta. Ainda de acordo com o IBGE, as mulheres, em termos de ocupação formal, estão à frente de profissões como professoras (em escolas, nas classes de ensino básico e médio), cuidadoras, enfermeiras, empregadas domésticas e vendedoras. Quanto à etnia, a maioria das mulheres se autodeclara parda. Para efeito deste estudo, consideramos negros a soma da população preta e parda, sempre tomando como base a autodeclaração.

Gráfico 9 – População de Brancos e Negros em Salvador

Fonte: PNAD, 2018. Extraído Sítio SEI

Gráfico 10 – População de Salvador, por Sexo e Etnia

Fonte: PNAD, 2018, extraído do sítio SEI

Com relação ao mercado informal, na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, segundo dados relativos a 2018, a taxa de informalidade no mercado de trabalho em Salvador atingiu a marca de 40,3%. As mulheres representam 40% desse universo (IBGE, 2018).

Nas entrevistas realizadas em Boa Vista de São Caetano, apenas uma das dez mulheres trabalhava com carteira assinada, sendo que todas as outras se declararam

autônomas e trabalhavam sem qualquer vínculo formal. Duas dessas mulheres se referiram a seus negócios (Lia e Rita), informando que trabalhavam com vendas diretamente. Assim, a maior parte se coloca numa situação de precariedade e vulnerabilidade em relação ao trabalho remunerado.

A diferença de recebimentos do trabalho remunerado entre a população negra e branca é também significativa conforme a Tabela 1, abaixo:

Tabela 1: Rendimento médio real de todos os trabalhos recebidos por mês - pessoas acima de 14 anos (Média 1º ao 3º Trimestre 2018)

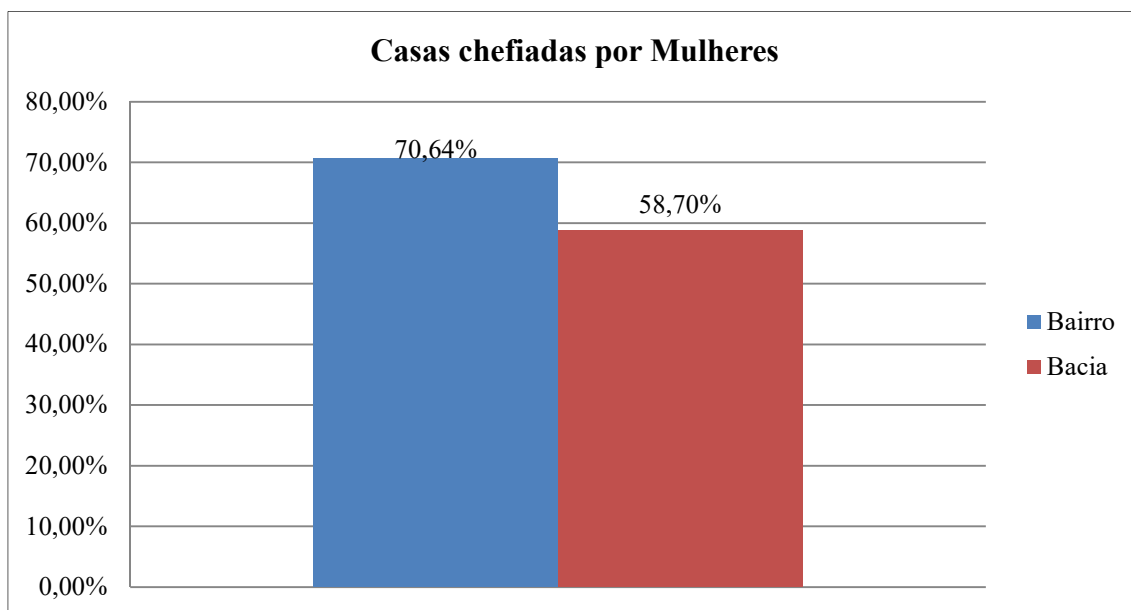
	Total	Branco	Negro	Diferença
Salvador	2.530	4.969	1.640	-67,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua e Trimestral

Assim, temos uma cidade em que as mulheres são mais da metade da população, a maior parte delas é negra, voltadas para os trabalhos de cuidados e estão, de forma expressiva, no mercado informal. Além dessa característica, temos a realização do trabalho de reprodução social, que é, em sua maior parte, realizado por mulheres, seja nas tarefas domésticas, seja nos trabalhos de cuidados (PNAD, 2018).

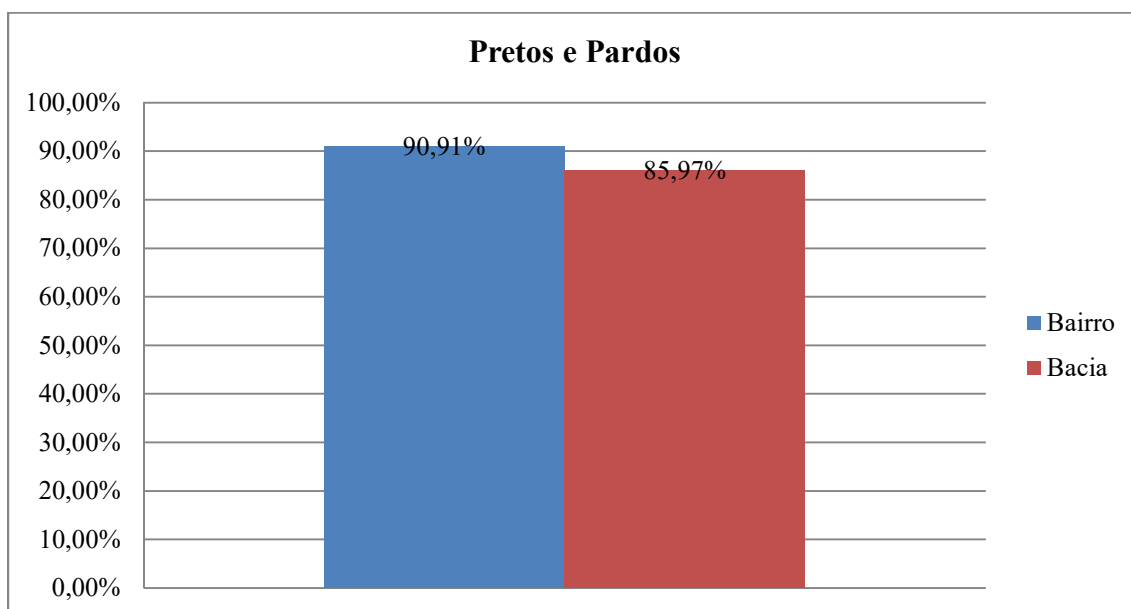
A constatação de que, independentemente da situação em que se encontram, as mulheres sempre trabalham mais em âmbito doméstico do que os homens, mostra de forma definitiva que a realização dessas tarefas não está relacionada às condições de vida, à inserção no mercado de trabalho, nem à disponibilidade de tempo. Está no âmago das relações sociais de sexo, é fruto da divisão sexual do trabalho, que designa a priori ao coletivo feminino a responsabilidade pelo trabalho doméstico e familiar. (GOMES, 2015, p 61).

Se formos analisar a composição do bairro estudado, Boa Vista de São Caetano, e da Bacia Hidrográfica do Camarajipe, encontramos a seguinte composição

Gráfico 11 — Domicílios Chefiadas por Mulheres (Bairro e Bacia)

Fonte: Quali-Salvador, 2019. Elaboração: José Alberto

Tanto no bairro estudado, quanto na Bacia Hidrográfica do Rio Camarajipe, composta por 42 bairros a maior parte das casas é chefiada por mulheres e a população, na sua maioria, composta por pretos e pardos.

Gráfico 12 — População Negra (Bairro e Bacia)

Fonte: Quali-Salvador, 2019

Um dos grandes fatores da desigualdade de gênero, em geral, é a questão do tempo gasto nas tarefas domésticas, que define responsabilidades e poderes, e relações de subalternização. Assim, os estudos de tempo que envolvem o trabalho das mulheres, consideram o uso do tempo no trabalho remunerado e no não remunerado. A mensuração desse tempo, do trabalho doméstico, é a mensuração de um dos fatores da desigualdade de gênero (PINHEIRO e MEDEIROS, 2016).

De acordo com Antunes (1999), o capital incorpora o trabalho feminino provocando a precarização do trabalho das mulheres e se apropria da multiplicidade de atividades e das experiências que trazem do trabalho reprodutivo, transformando isso em desigualdade.

O tempo utilizado no trabalho doméstico pode se materializar nas dificuldades diárias de cumprir as tarefas ou de manutenção de um trabalho remunerado que esteja no padrão das 44 horas semanais, exigidas na maior parte dos trabalhos formais disponíveis. Os conflitos em torno do tempo, tratados cotidianamente na esfera doméstica, são, na realidade, problemas coletivos. As questões coletivas devem se traduzir em políticas públicas e intervenções do Estado, que criam condições de superação dessas dificuldades. A água na torneira todos os dias, é um desses exemplos.

Não foi possível levantar o tempo gasto por tarefas nas residências pesquisadas, mas a resposta quase unânime de que não existia um momento de distanciamento do trabalho doméstico, mesmo no período de exercício profissional, pareceu um marcador significativo.

Os dados são gritantes. Trabalho doméstico não é compartilhado com os homens: todas as mulheres realizam tarefas em casa e 71% dentre elas não contam com qualquer ajuda masculina. Cerca de 60% acreditam que os maridos dão mais trabalho do que ajudam (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 17).

Na rotina do trabalho das mulheres que foram objeto de pesquisa no bairro de Boa Vista de São Caetano, em Salvador, não foi diferente. Todas realizam a maior parte do trabalho doméstico e respondem a isso com naturalidade, como se não pudesse ser de outra forma.

Ao analisar o trabalho doméstico realizado pela mulher, considerado um dos principais pilares da produção capitalista, uma vez que é o trabalho de reprodução social que reproduz a força de trabalho, vários autores têm ressaltado a sua natureza

fundamental na valorização do capital. Em linhas gerais, este trabalho não é considerado produtivo e a dominação masculina, em geral, é baseada no poder que o salário confere ao homem (FEDERICI, 2017).

É possível, ainda, desdobrar essa reflexão nos reportando às considerações de Federici:

Os três tomos de “O Capital” foram escritos como se as atividades diárias que sustentam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista, e como se os trabalhadores se reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com o salário. Tais suposições ignoram não só o trabalho das mulheres na preparação desses bens de consumo, mas o fato de que muitos dos bens consumidos pelos trabalhadores industriais — como açúcar, café e algodão — foram produzidos pelo trabalho escravo empregado, por exemplo, nas plantações de cana brasileiras. (FEDERICI, 2017, p. 13).

O trabalho de reprodução social pode suprir a casa ou a família de determinados serviços que as políticas públicas não alcançam. As mulheres, colocadas no papel de cuidadoras na divisão do trabalho, cumprem diversas funções, desde o reforço escolar do filho, que a escola não consegue atingir ou motivar, do aprender a dar injeção, porque não tem posto de saúde por perto, até o abastecimento de água e criação de estratégias para que os serviços insuficientes não impactem negativamente na família. Assim, o serviço de abastecimento de água torna-se uma dessas funções clássicas das mulheres nas zonas rurais em todo o mundo. Na zona urbana, em locais precários, mulheres e crianças cumpriam este papel como extensão dos trabalhos domésticos. No caso do estudo em foco, estamos numa situação de intermitência, que é muito mais confortável que a situação da zona rural onde há seca sazonal. Nos períodos de seca, a falta de água pode durar meses e as fontes localizam-se a distâncias consideráveis. No caso da intermitência, o que há de comum é a responsabilidade pela estratégia de armazenamento, utilização no cuidado com a casa, com as pessoas e a especial atenção para as pessoas mais vulneráveis da comunidade.

O abastecimento de água, no âmbito doméstico, que implica no controle do volume disponível para a realização das tarefas, da qualidade da água necessária para os múltiplos usos, é um trabalho de cuidado que, no caso da intermitência, soma entre tantos outros que deveriam ser supridos pelo Estado. Para a mulher da classe trabalhadora, essa disponibilidade do tempo do planejamento à execução dessa tarefa é

uma tarefa do processo de produção da vida que a sobrecarrega. As mulheres entrevistadas no bairro de Boa Vista de São Caetano recebem poucos cuidados, mas distribuem esse cuidado e, em se tratando de abastecimento de água, salvo o caso de transporte motorizado dos galões, são as únicas responsáveis por esse trabalho em seus domicílios.

A relação das mulheres com as águas, na questão do abastecimento da casa, foi abordada por diversos trabalhos acadêmicos e objeto de debates internacionalmente, mas, como exposto, com o foco nas unidades domiciliares não conectadas à rede. Não encontramos, porém, publicações que pudéssemos referenciar à questão da água e gênero, ou mais especificamente, da intermitência, nos aglomerados urbanos. Na cidade, buscamos por estudos comparativos de intermitência, na perspectiva de gênero e cuidado, mas não encontramos. As principais abordagens de referência concentram-se no acesso ao esgotamento sanitário e na falta de conexão com as redes de abastecimento, e no impacto disso na vida das mulheres em diversas localidades (SILVA, 2017 e MELO, 2018).

Os pontos em comum nos estudos se referem à estratégia, que tem que ser definida pelas mulheres, e a questão do cuidado que, quer seja no momento do armazenamento, do tratamento, na utilização da água filtrada, no provimento dos mais vulneráveis, no semiárido, ou nos centros urbanos, aparece como um papel das mulheres.

Na luta das mulheres com relação ao abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, se reivindica que a mulher, na condição de responsável pela reprodução da vida doméstica, de forma naturalizada pelos interesses do capital, esteja atenta para a necessidade de usar a água de forma parcimoniosa, que combata o desperdício. De alguma forma, a solução para o problema de falta de água na torneira passa a ser cobrada a ela, responsável por todo o cuidado cotidiano com a casa, alimentação, limpeza (MELO, 2018).

As mulheres que não têm condições de terceirizar serviços têm uma vida que gira em torno da casa, e a gestão da água, na escassez, passa a fazer parte do seu cotidiano.

Se a casa é o *oikos* sobre o qual se constrói a economia, então são as mulheres, tradicionalmente as trabalhadoras e as prisioneiras domésticas, que devem tomar a iniciativa de reivindicar o lar como centro da vida coletiva, de uma vida perpassada por diferentes pessoas

e formas de Cooperação, que proporcione segurança sem isolamento e sem obsessão, que permita o intercâmbio e a circulação de posses comunitárias e, sobretudo, que lance as bases para o desenvolvimento de novas formas coletivas de reprodução (FEDERICI, 2014, p. 156).

O papel das mulheres na utilização das águas, também naturalizado como uma função de provisão, implicitamente, não atribuiu a elas um papel na gestão das águas.

O direito humano à água (DHA) está embasado em cinco componentes normativos: disponibilidade; acessibilidade física e financeira; qualidade e segurança; e aceitabilidade (availability; quality; acceptability; accessibility; affordability). Estes princípios são respaldados por quatro elementos-chave: igualdade e não-discriminação; participação e inclusão; responsabilidade e prestação de contas - accountability; alcance progressivo e uso do máximo de recursos disponíveis. Em especial, os dois primeiros podem ser claramente relacionados com as questões de gênero que permeiam o saneamento, quando salienta a igualdade de todas as pessoas perante a Lei, sem tratamentos arbitrariamente diferentes remete à participação de todas as pessoas de maneira ativa nos processos de tomada de decisão que as afetam. (SILVA, 2017, p. 18).

O abastecimento doméstico, quando não é um serviço público, em geral, é de responsabilidade da mulher (FISCHER, 2008). A lida diária da mulher da zona urbana, em cidades com universalização ou próximo da universalização do acesso, parece não existir na literatura acadêmica, concentrando as questões onde não há o acesso e não considerando a intermitência. A falta de água na torneira já ligada à rede é considerada casuística na imprensa e pelo próprio órgão responsável pelo fornecimento, no caso de Salvador – a Embasa.

O trabalho de reprodução social, o trabalho doméstico e de cuidados, são realizados com exclusividade por todas as mulheres entrevistadas em Boa Vista de São Caetano. Com relação às atividades laborais, encontramos apenas uma mulher com carteira assinada e trabalho de 44 horas semanais como empregada doméstica. Mas o conflito com a própria necessidade de cuidados com saúde faz com que essa mulher, Ana, pretenda trocar de trabalho. Apesar de ter conseguido equilibrar atividades laborais e de cuidados com a filha de 8 anos, que agora já até ajuda em casa com pequenas tarefas leves, hoje ela precisa de tratamento de saúde para si, e este tem sido um ponto de conflito com a atual empregadora, que fica irritada com as faltas necessárias para que ela vá ao médico, fisioterapia e exames. Está procurando outro emprego com mais flexibilidade no horário ou em que não necessite trabalhar todos os dias da semana. A

filha de Ana é asmática, e apresenta crises nos períodos chuvosos, o que também tem provocado conflitos no trabalho.

Maria, com um filho deficiente, recebe o Benefício de Prestação Continuada e equilibra sua sobrevivência com o trabalho de uma vez por semana, sem carteira assinada, que torna a renda suficiente para que os dois se mantenham.

Todas as outras 8 mulheres entrevistadas, trabalham como autônomas, com vendas, pequenos comércios e serviços. A vulnerabilidade da situação de trabalho é grande. Laura foi entrevistada na pequena banca que mantém em frente a sua casa, onde vende geladinho (uma espécie de sorvete em saco plástico, de fabricação caseira).

Todos os cônjuges que moram com as entrevistadas mantêm um trabalho chamado “produtivo”, em tempo integral, às mulheres cabe o equilíbrio entre as atividades laborais mal estruturadas, de baixa qualificação e rentabilidade, e as atividades de cuidado. O trabalho doméstico toma o tempo, o que é considerado natural. "Todo o tempo livre", como disse Helena, é tomado por afazeres, ou seja, não é livre: "Sempre tem uma coisa pra fazer, uma roupa pra guardar, uma neta pra pentear".

A noção do tempo se dilui no cotidiano do desenvolvimento das tarefas, inclusive de armazenamento de água. Constatei a opção de busca de água em fonte, em apenas dois domicílios. Ana afirma que quando falta água durante muito tempo, o marido vai, de moto, buscar galões na Fonte da Bica. A água é contaminada, serve para "dar descarga, lavar um chão". Não serve para cozinhar ou beber. Cida, também conta com apoio do irmão que vai buscar água de carro. Quando falta água, no dia a dia, a solução é coletar água na vizinhança e comprar água mineral para cozinhar. Além disso, precisa, sempre, ter reserva em casa, em baldes e galões, reaproveitando a água com sabão que foi utilizada para lavar roupas, e que pode servir para lavar o chão ou dar descargas. As unidades domiciliares ligadas à rede, muitas vezes mantêm a rotina de quem não tem água na torneira.

No grupo pesquisado, a distribuição do tempo do trabalho doméstico e de cuidados, em casas que possuem mais de um adulto, seja cônjuge, seja irmão, é absolutamente desigual. Ao trabalho doméstico e de cuidados convencionais, soma-se o trabalho de pensar as estratégias para obter e armazenar água e de realização dos serviços domésticos em situações de escassez.

Todo o trabalho doméstico, nas residências pesquisadas, diz respeito às mulheres, não havendo de fato uma divisão com equidade. Aos homens, na divisão, fica a atividade externa, compras, suprimento de água se for comprada ou se depender de veículo motorizado para o seu transporte.

O cuidado com as pessoas e a casa, com todas as atividades que venha a significar, mantém a tradicional divisão sexual de trabalho:

Embora os diferentes atores do cuidado: Estado, mercado, família, comunidade, ajam em cada país de maneira desigual e assimétrica, o trabalho de cuidado continua sendo realizado majoritariamente por mulheres... e provavelmente seguirá sendo assim, já que se trata de um trabalho em grande parte precário... (HIRATA, 2018, p. 17).

O trabalho doméstico e o abastecimento de água estão entre os impactos da divisão sexual do trabalho sobre a vida das mulheres, sobrecarregando-as. Na região estudada, predomina a população negra, com trabalho precário e as condições dadas ampliam as questões de classe, gênero e raça, uma vez que não existem políticas públicas específicas para as questões dos cuidados, nem para a inserção produtiva. As mulheres cuidam das crianças, idosos, deficientes, e não há apoio do Estado para o cumprimento dessas tarefas.

As mulheres não têm autonomia nem mesmo para cuidar de si, em caso de questões de vulnerabilidade, como é o caso de Ana que pensa trocar de emprego para cuidar da própria saúde, optando por ganhos menores ou trabalhos mais precários, e de Maria, que não tem condições de cuidar do filho deficiente e trabalhar mais do que uma vez por semana, ou ainda de Dulce, envolvida com os cuidados com a mãe deficiente.

No próximo capítulo aprofundaremos as questões da reprodução social do trabalho, trabalho doméstico, cuidado e água.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E ÁGUAS

Para aprofundar a discussão da divisão sexual do trabalho é importante que seja definido, neste trabalho, o conceito de gênero que vem a adquirir um duplo caráter epistemológico – de um lado, referindo-se às diversas formas de opressão, baseadas em relações materiais, como a divisão sexual do trabalho, assim como as relações simbólicas e, de outro lado, como categoria analítica, realizando o debate de todas as questões políticas que advêm dessas relações sociais (KERGOAT, 2009).

Citando Kergoat, Carloto (2010) define:

[...] “relações sociais de sexo”, o conceito leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade, ancorada materialmente na divisão sexual do trabalho, num esforço para pensar de forma particular, mas não fragmentada, o conjunto do social, já que as relações de gênero existem em todos os lugares, em todos os níveis do social. Esta abordagem deve estar integrada em uma análise global da sociedade e ser pensada em termos dinâmicos, pois repousa em antagonismos e contradições (CARLOTTO, 2010, p 4).

A contribuição das feministas marxistas, a exemplo da socióloga Danièle Kergoat, na ressignificação do conceito de divisão sexual do trabalho, tratando da pluralidade de abordagens do trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, passaram a abarcar diversas outras abordagens, como: as análises de uso do tempo dispensado nas atividades produtivas e reprodutivas; as relações de poder pautadas no trabalho doméstico; e os estudos de gênero que utilizam a noção de cuidado (KERGOAT, 2009).

Assim, consolida-se a ideia de que a base da divisão sexual do trabalho é a separação do trabalho de homens e mulheres e a hierarquização entre estes, sendo o trabalho dos homens mais valorizado socialmente do que o das mulheres. O trabalho do homem, considerado produtivo, de impacto econômico e o trabalho da mulher, na divisão social, improdutivo (HIRATA, 2018).

O trabalho e suas divisões estão permanentemente em tensão. A divisão de relações sociais de sexo, foi definida por Kergoat (2009), como relações antagônicas entre grupos de interesse antagônicos, que seriam os homens e mulheres, conceito que nos aproximamos neste trabalho.

As autoras Kergoat e Hirata (2008) levantam ainda um ponto fundamental: nem todas as questões na divisão sexual do trabalho dirão respeito ao antagonismo, pois a oposição gerada por esse antagonismo convive simultaneamente com o vínculo social.

A realização do trabalho doméstico se conecta com as relações afetivas das famílias e se baseia na disponibilidade das mulheres. A sequência do trabalho cotidiano, repetitivo, ficou, na divisão sexual do trabalho, com as mulheres. Kergoat (2000) ressignificou o conceito de trabalho e seus correlatos, a partir da dimensão do trabalho doméstico e da esfera da reprodução (KERGOAT, 2000).

Estudar as relações sociais significa estudar as relações de sexo, classe e raça/etnia, relações de opressão simultâneas, não sendo possível hierarquizar essas opressões. Nesse âmbito, Kergoat traz o conceito de consubstancialidade que surge nesse debate e o de coextensividade das relações sociais, para o entendimento das práticas sociais de homens e mulheres nessa divisão social do trabalho. As práticas são ambíguas, têm mobilidade e são necessariamente ambivalentes. Coextensividade aponta para o dinamismo das relações sociais e consubstancialidade à dinâmica do conjunto das relações sociais (GOMES, 2015).

Uma classe social é definida por sua forma de relacionar-se com os meios de produção e pela maneira como obtém a sua renda. Do ponto de vista marxista existem classes antagônicas em interesses, os que se vêm obrigados a vender a sua força de trabalho, o proletariado e a burguesia que detém a propriedade dos meios de produção (DI GIOVANNI E NOGUEIRA, 2015). A concepção de organização social de Karl Marx se baseia nas relações de produção que definem a participação social a partir da posse dos meios de produção, para uns e da venda da força de trabalho, para outros.

Para Saffioti (1992), os processos estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte dos sujeitos, considerando que a sociedade está dividida em classes sociais, mas também atravessada por contradições de gênero e raça/etnia. Estas três dimensões explicitam antagonismos fundamentais que formam um nó e destacam as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais e as potencializa, apresentando este nó uma lógica contraditória.

Para Danièle Kergoat (KERGOAT, 2009), o conceito de classe como foi construído não permite definir o lugar da mulher na produção e na reprodução sociais.

As relações de classe só podem ser analisadas em conjunto com as relações de gênero e de raça.

E, finalmente, abordaremos o conceito de raça, que são construções sociais. De acordo com Guimarães (2003), trata-se do campo próprio das identidades sociais, equivalentes a discursos sobre as origens de um grupo, que remetem não só à transmissão de traços fisionômicos, mas características intelectuais, psicológicas.

A cidade de Salvador foi chamada de cidade das mulheres pela antropóloga Ruth Landes, em livro do mesmo título publicado pela primeira vez em 1947. A forte presença da mulher negra, o candomblé com lideranças predominantemente femininas, diferenciado de outros que encontrou no Rio de Janeiro, levou a pesquisadora a fazer as primeiras reflexões sobre a condição da mulher negra (LANDES, 2002).

Mas se essas mulheres conseguiram se impor com sua cultura na vida da cidade, elas ainda ocupam hoje a base da pirâmide. O sistema escravocrata brasileiro normalizou, legislou e marcou as mulheres negras como sujeitos da exclusão de direitos. Referindo-se à escravidão e ao racismo estrutural brasileiro Schwarz (2019), comenta:

Aliás, no caso brasileiro, de tão disseminada ela deixou de ser privilégio de senhores de engenho. Padres, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes, pequenos lavradores, grandes proprietários, a população mais pobre e até libertos possuíam cativos. E, sendo assim, a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita (SCHWARCZ, 2019, p. 25).

As mulheres negras no país, são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas (IPEA, 2018). Em Salvador, estão inseridas nesse quadro de desigualdade básica, envolvendo desigualdades de classe, gênero e raça. A questão das mulheres negras começou a ser debatida no Brasil no fim da década de 1940, através do jornal Quilombo, Vida, Problemas e Aspirações do Negro, fundado pelo ativista, teatrólogo e poeta Abdias Nascimento. O jornal, fundado em 9 de dezembro de 1948, inicialmente abordava apenas as questões do homem negro. Logo após a sua fundação foi criada a primeira coluna que debatia a questão das mulheres, intitulada "Fala Mulher". A partir desse período, diversos debates e organizações de

mulheres negras começaram a surgir, especialmente grupos que discutiam as condições das empregadas domésticas, muitas com trabalho análogo à escravidão.

As mulheres negras, na função de empregada doméstica, foram a base do trabalho doméstico nas famílias brasileiras que podiam terceirizar o serviço, realizando assim, em geral de forma precária, as funções do trabalho de reprodução social, sendo o sustentáculo da autonomia de muitas mulheres, que puderam acessar o mercado de trabalho a partir da contratação da mão de obra para o serviço de cuidados e de tarefas domésticas.

As condições de vida das empregadas domésticas, categoria formada majoritariamente por mulheres negras, só teve algum avanço no país a partir de 2013, com a implementação da PEC das domésticas (PEC 66/2012), quando a categoria alcançou o direito à jornada de 44 horas semanais e ganho de hora extra. O primeiro sindicato surgiu em 1936, fundado por Laudelina Campos de Melo, ativista dos direitos das trabalhadoras domésticas (SILVA, et al., 2017).

Existem diversas organizações de mulheres negras em Salvador que debatem as suas condições de vida, assim como o feminismo negro, tratando as questões das mulheres negras com suas especificidades e com representação nos Conselhos de Mulher e Desenvolvimento da Comunidade Negra, destacando-se a Rede de Mulheres Negras, que tem atuação nacional e o Instituto Odara, que discute a questão da violência a que está submetida toda a população negra, com projetos como "Minha Mãe Não Dorme Enquanto eu Não Chegar", debatendo o genocídio da juventude negra e projetos de inclusão das jovens mulheres no mercado de trabalho, a lesbofobia e também as questões territoriais, das chamadas manchas de exclusão da população negra na cidade (FIGUEIREDO, 2018).

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos. (DAVIS, 2018, p. 21).

A divisão sexual do trabalho, como a que encontramos hoje nas sociedades ocidentais, homem/mulher, trabalho produtivo/trabalho reprodutivo, assalariado/doméstico, surgiu com o desenvolvimento do capitalismo (FEDERICI, 2018),

e mostrar a hierarquização e desigualdades resultantes dessa divisão é realizar uma articulação da materialidade da divisão, com uma reflexão sobre os processos em que a sociedade faz uso da divisão, hierarquia das atividades de sexo e produz essa igualdade e diferenciação criando um sistema de gênero (HIRATA e KERGOAT, 2018).

Nas famílias pesquisadas, todas as mulheres trabalhavam e eram parte ativa das atividades produtivas e da renda familiar, mas todas, com apenas uma exceção, estavam no mercado informal. Nem todas explicitaram a dificuldade de manter um trabalho regular em função dos cuidados, apenas três delas, Dulce, Ana e Maria, que por questões de filhos, saúde e pessoas inválidas na família trataram a questão explicitamente. Os cuidados da casa eram exclusivos delas e os cuidados com a água e o abastecimento também.

A pesquisa sobre a utilização da água por homens e mulheres, na literatura acadêmica disponível, especialmente na vida rural, refere que a utilização das águas pelas mulheres é relacionada, pela população, ao uso doméstico e a utilização pelos homens aos fins produtivos. O trabalho da mulher no cultivo, criação de animais, além do trabalho no preparo de alimentos, na limpeza do ambiente e nos cuidados, não são considerados trabalhos produtivos (SILVA, 2017).

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias: os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico além de as relações afetivas e emocionais essenciais para o ser humano também não poderem ser adquiridas no mercado (CARRASCO, 2012, p. 13).

No estudo de “Gender roles and multiple uses of water”, de B. Upadhyay, realizado em 2004, a autora aponta como é subestimado o trabalho produtivo das mulheres no que se refere à utilização da água, que no campo nunca é considerado produtivo.

Quando nos debruçamos sobre as políticas públicas e, também com os elaboradores de políticas públicas, constatamos que não há reconhecimento da desigualdade existente entre homens e mulheres nos usos das águas. O pressuposto dos executores de políticas públicas é de que as decisões em relação a gênero são neutras, no que se refere ao acesso aos recursos hídricos e saneamento. Há uma falta de percepção na consideração do fator gênero. A heterogeneidade dos lugares, as diferentes

necessidades de uso da água, as prioridades, enfim, a diversidade de situações e da atuação diferenciada por gênero, não é considerada (SILVA, 2017).

As primeiras recomendações sobre a coleta de informações do uso do tempo no trabalho doméstico teve início em 1995, em Pequim, durante a IV Conferência Mundial de Mulheres. Dessa conferência resultou a Plataforma de Pequim que propõe métodos que não eram computados para mensurar o trabalho não remunerado nas estatísticas dos países, assim como a recomendação de realizar prospecções quanto ao trabalho remunerado e não remunerado entre homens e mulheres (BARBOSA, 2018).

A partir dessa recomendação, alguns países começaram a coletar sistematicamente os dados. Na América Latina foram pioneiros Brasil, México e Cuba e no Brasil, o IBGE realiza, desde 2001, através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, coleta de informações sobre o tempo utilizado no trabalho remunerado e não remunerado, computando o tempo gasto com tarefas domésticas. A definição de tarefas domésticas, como trabalho não remunerado, inclui desde orientação a empregados, quando esse serviço é terceirizado, a compras, limpeza, cuidado com crianças, idosos, doentes.

No que diz respeito ao trabalho remunerado das mulheres, a precariedade também é uma marca. A ausência de proteção social e de direitos sociais, horas reduzidas de trabalho, conseqüentemente com menores salários, baixa qualificação ou ausência de qualificação, são características do trabalho remunerado das mulheres (HIRATA, 2018).

Discutir a reprodução social é discutir o uso do tempo das mulheres e acesso aos bens e serviços. Na pesquisa realizada, quando questionamos sobre o tempo dedicado ao trabalho doméstico, nenhuma das mulheres soube informar, e nem mesmo há uma reflexão sobre o assunto. As condições precárias de higiene e de fornecimento de água nas residências impedem também a mecanização de algumas tarefas. Possuir máquina de lavar roupas é algo impensável num domicílio em que não existe fluxo de água contínuo. O "desperdício da água também é muito grande", reflete Sara, 41 anos, sobre o uso de máquina de lavar roupas.

Outra questão preponderante é com relação ao trabalho remunerado, quando se trata de cuidados. O equilíbrio entre o trabalho profissional e o trabalho de cuidados

implica que as mulheres têm que ter um tempo mais flexível, não só para cuidar da casa, como também para cuidar dos filhos, ou de si mesmas.

O exemplo de Helena é de quem sempre equilibrou as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos, com netas, parentes mais velhos, com o trabalho doméstico e as atividades profissionais. Para tanto, exerceu sempre uma atividade autônoma, vendendo "roupas para peão", como descreve, circulando entre fábricas, repartições públicas e empresas, vendendo roupas masculinas. Assim, ela tenta equilibrar as atividades necessárias, o que implica, hoje, em ter que continuar trabalhando, mesmo já tendo atingido a idade de aposentadoria – sua contribuição para a previdência foi diversas vezes interrompida, ainda restando alguns anos para completar o período de recolhimentos necessários. O cônjuge, sempre voltado ao trabalho “produtivo”, já está aposentado e pode se dedicar ao descanso.

Helena foi a única entrevistada que teve “uma vida carregando água”, e ainda tem problemas com o excesso de peso de latas de água a que foi submetida. Apesar dessa gritante diferença entre a sua vida e a do marido, ela considera tal distinção “natural”, como algo que decorre de papéis biologicamente determinados. Não questiona em nenhum momento tal “destino”, apesar de ter claro que suas filhas escolheram outros caminhos – sua filha mais nova, única com nível superior na família, tem uma vida “independente”, sem marido envolvido.

O tempo do trabalho considerado produtivo e o tempo do trabalho não produtivo, utilizado para o trabalho de cuidados e reprodução social, e para o lazer, tem se aproximado entre homens e mulheres no Brasil.

Buscando dados do PNAD/IBGE (2018), verifica-se que no Brasil as mulheres realizam 54,4 % do total de horas despendidas semanalmente na soma de todos os trabalhos. Quando se trata do trabalho não remunerado este número sobe para 83,3%, sendo este o percentual de trabalho de reprodução social realizado pelas mulheres brasileiras.

No caso das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, a marca foi a de ter que equilibrar a vida doméstica com o trabalho remunerado precário. A única pessoa que tem um trabalho estruturado como empregada doméstica reflete sobre a possibilidade de abandoná-lo. Independente da oferta de emprego, e da possibilidade de trabalho, aquelas que têm filhos pequenos ou deficientes, como é o caso de Maria, não têm serviços de

apoio oferecidos pelo Estado ou Município e não têm condições de arcar com apoio privado. A rede de apoio familiar, para ela, no que diz respeito aos cuidados com o filho, é inexistente no entorno.

Essa dupla jornada de trabalho a que as mulheres estão submetidas vem sendo denunciada pelos movimentos feministas brasileiros e suas teóricas desde a década de 1970, como um fator chave para as desigualdades de gênero. Trata-se de uma importante barreira para o desenvolvimento profissional feminino, um elemento que gera sobrecarga na vida de muitas mulheres (GOMES, 2015, p. 3).

A constante tentativa de equilíbrio entre atividades domésticas e atividades laborais, de acordo com Fernanda Gomes (2015), é um fenômeno denominado "dupla presença". Refere-se à dupla carga de trabalho vivida sincronicamente no mesmo espaço e tempo. O termo foi adotado pela socióloga feminista italiana Laura Balbo, em 1970. O modelo de família é o tradicional estabelecido no capitalismo, com subordinação da mulher ao homem e com a divisão do trabalho em produtivo e o chamado improdutivo, o trabalho de reprodução social, o trabalho doméstico e de cuidados.

A inserção feminina no mercado de trabalho, mais precária, vai impactar o cotidiano estressante das mulheres, que se dividem entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, além da provisão de serviços que deveriam ser realizados pelo Estado, como as estratégias para conviver com a escassez constante de água na torneira.

As políticas públicas urbanas pensadas para mulheres são incipientes, e as políticas de saneamento não são diferentes disso. Se verificarmos o PDDU de Salvador, os resultados das Conferências das Cidades e das Conferências das Mulheres, não vamos encontrar a questão urbana com perspectiva de gênero, com exceção de políticas de moradia, que, na faixa de extrema pobreza e de atendimento às populações em situação de rua, priorizam as mulheres e dizem respeito à propriedade do imóvel. Com relação às políticas de saneamento, não existe esta preocupação com aquelas que são responsáveis pela reprodução social, que cuidam da higiene, limpeza e dejetos em sua unidade familiar.

Um debate importante na questão da divisão sexual do trabalho se refere ao trabalho de cuidado. A participação dos homens na divisão dos cuidados, com uma repartição igualitária, assim como a participação do Estado, através de políticas sociais efetivas para cuidado com idosos, deficientes, crianças, permitirá uma simetria entre os trabalhos. A tarefa de cuidados com as pessoas vulneráveis deve ser tarefa de todos os humanos, sem distinção de sexo, uma vez que todos os humanos são vulneráveis em algum momento de suas vidas. A segregação sexual, no trabalho doméstico, seja no

cuidado da casa ou das pessoas, amplia a distância entre homens e mulheres para uma vida igualitária (GUIMARÃES, et al., 2011).

As condições de vida das mulheres, a divisão sexual do trabalho, a reprodução social, têm sido objeto de grandes debates nacionais e internacionais e têm conseguido avanços consideráveis. Com a construção do Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM), a discussão sobre a desigualdade histórica da divisão do trabalho segundo o gênero, e as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, as centrais sindicais brasileiras passaram a ter maiores reivindicações para as mulheres trabalhadoras e debates de gênero e desigualdades da divisão sexual do trabalho (SILVA, 2017).

Nas sociedades contemporâneas as mobilizações das militantes feministas por uma repartição igualitária do trabalho doméstico e de cuidado e as políticas sociais e familiares de alguns Estados por uma maior igualdade entre mulheres e homens tem apontado para as vias possíveis de uma superação da atual divisão sexual do trabalho. Certamente não haverá uma maior igualdade profissional entre homens e mulheres enquanto permanecer a assimetria na realização do trabalho doméstico e de cuidados, que continua sendo considerado responsabilidade exclusiva das mulheres (HIRATA, 2018, p. 28).

O debate das assimetrias no acesso às políticas públicas, emprego e educação, inclui, também, o debate pelo direito à cidade. Esse debate tem diversas dimensões, seja na produção de espaços urbanos ou no acesso a serviços públicos da cidade, a exemplo do saneamento básico e transporte público. A quantidade de vezes em que o acesso ao metrô nas proximidades do bairro foi citado nas entrevistas dá a dimensão de um bom serviço público, de qualidade, que impacta positivamente a vida da população. No próximo tópico abordaremos um pouco as condições de vida das mulheres, na perspectiva do direito à água. Nos grandes aglomerados urbanos as mulheres têm exercido o papel de cuidado em âmbito muito mais amplo que as suas casas, posicionando-se à frente da luta pela moradia digna, pela segurança, creche, escola, e também, pelo saneamento básico. Na escassez suprema de água, muitas vezes exercendo um papel que deveria ser do Estado.

A economia feminista se apresenta como uma ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas sem o viés androcêntrico e, desta forma, são construtoras da perspectiva da igualdade entre homens e mulheres como componente estruturante de um novo padrão de desenvolvimento (MORENO, 2013, p. 23).

Com todas as questões levantadas, as mulheres não falam da cidade como um lugar feito para elas. A casa é o espaço de domínio de todas, a rua é só um caminho, e todas aquelas que têm cônjuge, dividem as dificuldades econômicas, mas arcam sozinhas com a responsabilidade de traçar as estratégias para a vida doméstica, caracterizando mundos apartados, com cargas de responsabilidades assimétricas. O trabalho dito produtivo realizado por elas, precário e com características de vulnerabilidade nos vínculos e na seguridade social, geram estresse constante porque não existe possibilidade de alteração de sua inserção produtiva face à sobrecarga de responsabilidades. As políticas públicas definidas para o bairro, para a cidade, para a geração de emprego e renda, não consideram as possibilidades da divisão de tarefas de cuidados com a casa e com os arranjos familiares, colocando-as numa cidade que não inclui as mulheres em seu planejamento.

No próximo tópico serão abordadas as condições de vida das mulheres, na ótica do direito à cidade, direito de acesso à água e reprodução social.

2.3 MULHERES, CONDIÇÕES DE VIDA E ÁGUAS

O Direito à Cidade foi um conceito que surgiu na década de 1960 do século XX, a partir de uma publicação do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre – O Direito à Cidade. No período, de crescente industrialização, a migração dos moradores do campo para a cidade, em busca de inserção produtiva, encontra dificuldades de montar aí uma vida estruturada, e os acomoda em condições precárias nos denominados aglomerados urbanos. O debate sobre o direito à cidade surge como um debate sobre o direito à integração plena na vida urbana.

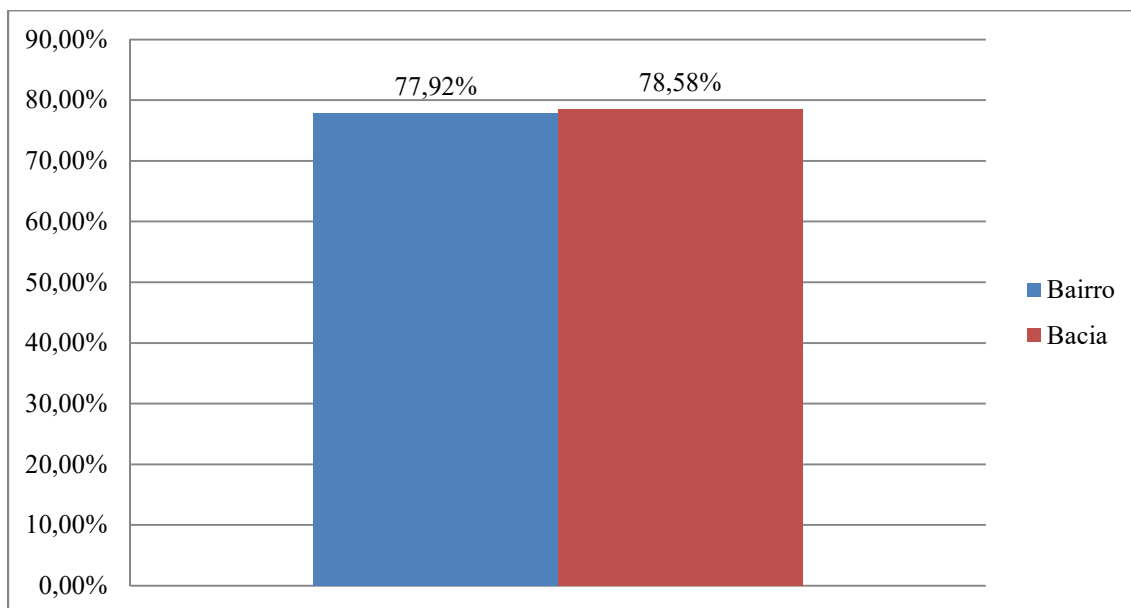
Determinados espaços da cidade possuem melhores condições de infraestrutura que outros. Algumas partes da cidade recebem bom tratamento de esgoto, rede de água, iluminação pública e transporte coletivo de qualidade. Em outras partes, a população residente não tem vias pavimentadas, coleta de lixo, tratamento de esgoto, água encanada ou, em lugares localizados em colinas e morros, o fornecimento da água é intermitente. Essa distinção caracteriza a segregação socioespacial.

Na produção do espaço urbano, que cria a segregação, cabe a reflexão do lugar da inserção da mulher que tem uma lida diária com uma habitação considerada precária

em relação ao abastecimento de água. A reflexão passa por pensar se haverá um ambiente de qualidade. É necessário explicitar o conceito de qualidade urbana adotado nessa pesquisa. Segundo trabalho sobre qualidade do ambiente urbano em Salvador, o conceito de qualidade do ambiente urbano pode ser caracterizado a partir de múltiplas dimensões:

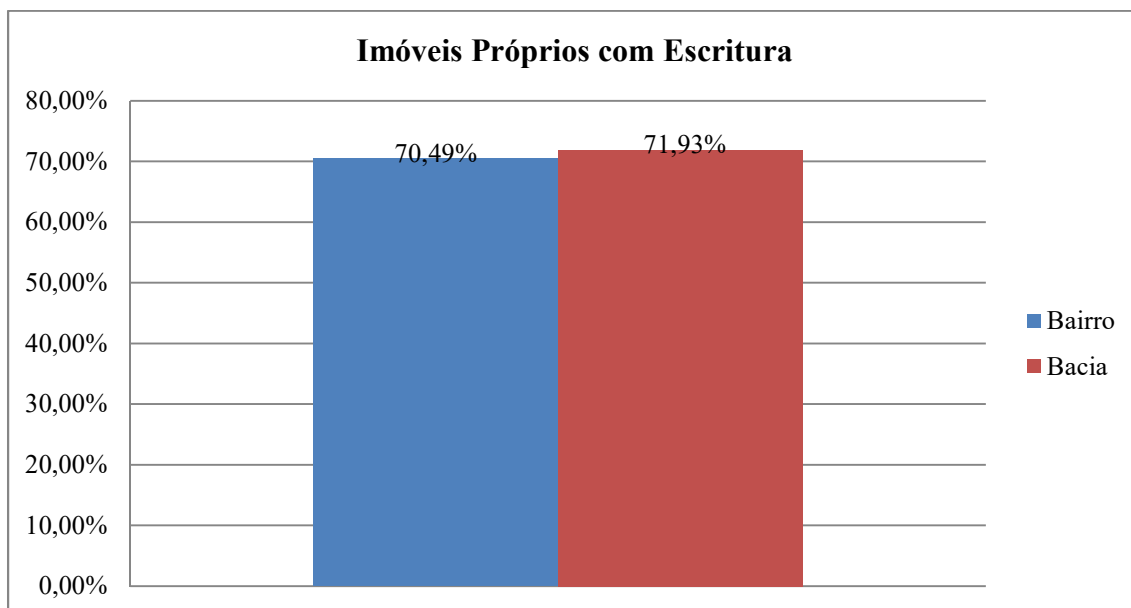
O conceito de qualidade do ambiente urbano envolve as dimensões físico-naturais do espaço urbano (ar, água, solo, flora, fauna e clima), a infraestrutura urbana e serviços públicos e sociais, tais como: saneamento básico, educação, saúde, moradia, espaços de lazer, convívio e contemplação, sistema viário, transporte, mobilidade urbana e trânsito, áreas verdes e públicas, além do acesso à justiça, organização e participação social, comunicação e informação, assistência social, renda e trabalho/emprego, posse da terra urbana, segurança e paz, esportes, cultura, abastecimento alimentar, patrimônio histórico e ambiental, organização político-institucional municipal e marco legal assegurador de direitos civis e sociais. A construção de um índice confiável pode representar, de forma sintética, um conjunto de indicadores diversificados e fundamentar a reflexão crítica como também a ação política na cidade. A QAU é uma meta coletiva e um direito essencial ao pleno desenvolvimento e gozo das capacidades e liberdade humana, devendo ser assegurada às presentes e futuras gerações, por meio de políticas públicas definidas coletivamente pelos atores sociais urbanos e de forma democrática (Projeto Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador, 2019).

No contexto do debate sobre o direito à cidade, a superação das desigualdades de gênero permanece um desafio, o que nos conduz a discussão sobre gênero e sustentabilidade. É importante verificar, no bairro estudado, a composição dos imóveis e sua ocupação – um bairro formado por casas, habitações predominantemente de um ou dois andares, a maior parte autoconstruída, de propriedade dos moradores e ainda sem o Habite-se.

Gráfico 13 – Imóveis próprios

Fonte: Quali-Salvador, 2019 - Elaboração: José Alberto

A regularização fundiária, problema em vários bairros periféricos, não tem destaque na bacia estudada, nem no bairro, sendo pouca a discrepância entre proprietários e imóveis com escritura.

Gráfico 14 - Condição da regularização fundiária

Fonte: Quali-Salvador, 2019 - Elaboração: José Alberto

A habitação social em Salvador apresenta uma história de luta pela terra e pelo direito à moradia, com habitações precárias em locais de risco, falta de esgotamento sanitário, instalações elétricas precárias, encostas de risco com possibilidade de desabamento. É uma luta cotidiana de toda a população periférica e, na luta pelo direito à moradia, a luta pelos serviços públicos, com o direito à água aí incluído (ESPÍRITO SANTO, 2011).

É importante investigar onde estão as mulheres representadas nessa gestão das águas. O acesso a serviços básicos, simplesmente considerando as estatísticas, como aquela do número de domicílios ligados à rede, pode não responder ao cotidiano das mulheres, às torneiras secas, às necessidades das mulheres que cuidam dos domicílios e das pessoas que neles residem. As estatísticas não necessariamente respondem às necessidades, e tornam invisíveis os problemas cotidianos que impactam a vida. Salvador é o reflexo disso, não só considerando os números, mas considerando a qualidade de vida da população nos bairros que reclamam pela água.

Ao entrar em contato com um pequeno número de mulheres, num bairro que consideramos segregado, de ocupação espontânea e de autoconstrução, com moradias em encostas, podemos, empiricamente, começar a avaliar a exclusão das mulheres por esse serviço essencial.

O bairro, que ainda está em festa pelo Metrô inaugurado em 2014, que facilitou a vida dos que circulam pela cidade, faz parte das dívidas históricas das políticas públicas. Ter, finalmente, um transporte de qualidade, com a estação de metrô do vizinho São Caetano, contrasta com não ter esgotamento sanitário e fornecimento de água de acordo com sua capacidade de armazenamento instalada, e temer a Defesa Civil como uma condenação do poder público.

Essa rotina com pouca estrutura impacta a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, e quando se refere aos cuidados, impacta a rotina das mulheres brasileiras, que é exaustiva, e representa uma sobrecarga constante para as esferas da população que não podem terceirizar os serviços domésticos e de cuidados.

O primeiro ponto a destacar é o conceito de trabalho, aí adotado, que descola do conceito de trabalho "produtivo" do capital. A produção do viver entra nessa categoria. A categoria trabalho doméstico, com todos os desdobramentos e correntes, tem em

Danièle Kergoat e Helena Hirata o estofa teórico para a análise desse trabalho. Não será apenas um "apêndice do trabalho remunerado" (KERGOAT e HIRATA, 2018).

O impacto da divisão sexual do trabalho é imenso, materializando o que podemos classificar como o trabalho que nunca termina. Mesmo quando a mulher está ausente, ela carrega consigo a constante preocupação com a tarefa doméstica, se equilibrando entre o trabalho remunerado, absolutamente necessário e o trabalho doméstico, também imprescindível e que não é objeto de divisão de tarefas.

Essa metodologia quantitativa não cobre alguns aspectos essenciais para o estudo do trabalho doméstico e de cuidados, como a disponibilidade permanente das mulheres, a circularidade do tempo, seu caráter sincrônico, sua intensidade, o planejamento e a gestão das tarefas, o espaço mental que elas ocupam, a hierarquia entre elas. Também exclui a dimensão subjetiva dos usos do tempo: desejos, percepções, inquietudes, conflitos e tensões gerados por sua organização, imprevistos, dificuldades, formas de resistência, estratégias de adaptação, soluções, e as relações de poder envolvidas (GOMES, 2015, p. 9).

Os avanços tecnológicos parecem ter contribuído bastante para a melhoria de vida dos trabalhos domésticos, mas os cuidados com a casa acabam sempre por sobrecarregar a mulher. A condição feminina melhorou, mas a distância entre os dois sexos se mantém. O debate que se coloca é que não haverá avanço sem que a distribuição de tarefas da reprodução social seja colocada. Nas questões territoriais essa divisão é bem marcada.

2.4 O TERRITÓRIO E GÊNERO

A área visitada tem características de muitos bairros periféricos de Salvador. A rua é asfaltada em aclave, e muitas casas localizam-se na frente da rua e nas escadas laterais. A maioria das casas são compostas de sala, cozinha, banheiro, 2 quartos. Existe uma pequena vila que tem um reservatório para três casas, onde uma das moradoras da residência foi entrevistada.

Percorrer os bairros de Salvador em busca da imagem da intermitência, numa observação empírica, foi um exercício único de observação. As ruas da cidade nem sempre refletem as suas mazelas e, se debruçar como um observador que dialoga, que ouve histórias, sair do quantitativo e entender o que se conta numa história, a chamada

metodologia quantitativa, sempre surpreende e refaz a percepção, hipóteses e caminhos para pensar a cidade e suas políticas públicas.

Mas foi também perceber a segregação, dentro do conceito clássico, com separação espacial, mudança do tipo de habitação e mudança da cor da pele, à medida que as habitações ficam precárias. E aqui, a segregação tem cor, deixando claro o racismo estrutural.

O universo da pesquisa foi de dez entrevistas com foco no trabalho doméstico, no cotidiano e no impacto que a intermitência no fornecimento de água tinha na vida dessas mulheres com suas singularidades. O primeiro impacto no decorrer das entrevistas foi a naturalização da intermitência como algo do cotidiano do bairro e da residência. Assim, a falta de água e as soluções internas, individuais ou em pequenos grupos foram apresentadas como algo que cabia a elas solucionar no âmbito privado:

Sempre falta, às vezes por obras, às vezes não se sabe por quê. Quando avisa, é melhor, mas no geral tem que estar prevenido porque a água desaparece, não se sabe como, dia sim, dia não, pelo menos duas vezes por semana (Lia).

A casa de Lia tem três moradores, e um tanque de 500l, o que não justificaria a falta de água, segundo os padrões estabelecidos pela Embasa no seu Guia do Usuário. O padrão para casa popular com a possibilidade de garantir o abastecimento por 24 horas com a água armazenada, o que não corresponde à realidade cotidiana.

Trabalhando como autônoma, com pequenas vendas, Lia tem uma rotina de reservar água, e tem a vida impactada ainda pela água suja que sai da tubulação após os períodos de falta. Ela reclama da cor da água, e do cheiro, que resistem às filtragens.

A medida exata da intermitência no fornecimento de água, com causa provável na insuficiência da vazão, é dada por aquelas casas que não têm reservatório exclusivo, que, como casas geminadas, dividem o pequeno reservatório de 500l com mais de uma unidade habitacional ou, como é o caso de Sara, que mora com o filho adolescente em uma residência alugada que não possui reservatório e recebe a água diretamente da rua:

Tem que aproveitar enquanto a água está correndo, colocar nos baldes e galões. Essa água assim guardada às vezes não dá para beber, tem que comprar água para beber e comer na rua, como só somos dois, comemos quentinha na rua (Sara).

O ônus de não poder preparar uma refeição e eventualmente ter que comprar água para beber. O impacto da compra de água não é somente de quem não possui reservatório. Cida mora com o tio e primos, e é responsável pelos cuidados com a casa em que moram 5 pessoas, e que conta com um reservatório de 500l. A falta de água impacta o orçamento porque nos momentos em que obras públicas ocasionam interrupção no fornecimento, que pode durar mais de um dia, compra-se água mineral para cozinhar. Parte da família come na rua, no trabalho, mas Cida toca um pequeno comércio na varanda de casa, que envolve venda de crédito para telefones, sem acesso ao público. A varanda é cercada por uma grade que não dá acesso aos clientes, não impactando, portanto, no uso de dependências da casa, como o banheiro, nem a água, portanto. Com relação à falta de água, nos momentos mais dramáticos em que as reservas não são suficientes, existe a possibilidade de o irmão ir buscar água na Fonte da Bica, com seu automóvel. A água é contaminada e não serve para alimentação ou para beber, mas ajuda a manter a casa limpa e pode ser utilizada no banheiro. Assim, o abastecimento nesses momentos pode ser resolvido com uma fonte natural, apesar de contaminada e comprando água engarrafada, da indústria de engarrafamento de água.

Duas outras moradoras utilizam a estratégia de comprar água mineral nos momentos de crise. Rita e Nilza, de 47 e 53 anos, já tiveram que utilizar o expediente da compra de água mineral para cozinhar. Rita, autônoma que dá aulas particulares é mãe de dois filhos, com ela e o cônjuge são 4 residentes na casa, e teve que enfrentar essa questão; Nilza, dona de casa, registra algumas poucas vezes em que teve que recorrer a esse expediente.

Duas questões aparecem, sobre um tempo em que havia na cidade, em zonas mais afastadas, o aguadeiro, a figura que, com um jegue, vendia água potável. Apenas uma delas tem esse registro – Helena, que vendeu latas de água, que carregava na cabeça. A água engarrafada e vendida hoje não é mais um serviço que contribui para o ganho das famílias do entorno, é um produto industrializado que retorna lucro para as empresas.

Em geral, a rede de solidariedade, funciona. As que estão ausentes buscam apoio das que têm maior presença em casa:

Quando saímos para levar minha mãe ao médico e a água ainda não chegou, deixo a chave na vizinha, pra ela recolher água pra mim, aproveitar enquanto vem da rua porque às vezes não enche o tanque. Aqui é a primeira casa da rua a faltar (Dulce).

Nenhuma das entrevistadas participou da ocupação inicial do bairro, que começou como uma ocupação irregular, a exemplo de diversos outros bairros no entorno. Muitas vezes com grandes enfrentamentos com a polícia e órgãos públicos e, nesse embate diário, o bairro vai se consolidando. As formas de ocupação são resultado de muita luta e risco, com exceção dos conjuntos habitacionais que foram planejados pelo Estado, muitas vezes levando para longe do centro as populações de ocupação (CARVALHO, 2008).

Mas as entrevistadas proprietárias, com exceção de Helena, que construiu a sua casa, adquiriram algum imóvel pronto e foram fazendo melhorias: “moro aqui há 15 anos, já fizemos a casa de aluguel no fundo, estamos, com o dinheiro do aluguel estruturando o segundo quarto que será de minha filha” (Ana).

Uma das poucas casas em que fui convidada a passear por ela, é objeto de orgulho, uma decoração planejada, e as escadas de acesso, que têm como motivo de decoração as pedras portuguesas das calçadas de Copacabana e Manaus, fazem um belo contraponto com as entradas da casa. A casa, toda reformada, toda pronta para morar e agora com o segundo quarto que vai abrigar a filha, é uma conquista social que a intermitência de água não vai atrapalhar. “Até na Pituba, onde trabalho, falta água, imagina aqui. A cidade toda é assim. Aqui a casa é segura, a defesa civil já passou e já aprovou, não entra água da chuva” (Ana).

A frase: "a defesa civil marcou a casa", foi pronunciada por duas das entrevistadas, Helena e Dulce, sendo que Dulce estava bastante angustiada com relação ao problema, pensando nas chuvas de março e se haveria tempo hábil para realizar o que quer que a Defesa Civil queira, para preservar a casa de risco. Já Helena, ignora: “não sei o que eles podem querer aqui, marcando a casa. Aqui nunca teve problema, não é como o vizinho que ligou água e esgoto juntos e foi aquela enxurrada”. A representação do poder público não é vista como solução, que discuta e resolva com os moradores a questão da solidez do imóvel ou dos riscos. É vista como uma condenação: "marcou a casa", condenou, “vai retirar a minha propriedade”.

No dia 27 de novembro de 2019, uma chuva em Salvador deixou a população do bairro em pânico e uma das moradoras entrevistadas teve sua casa abalada. O fato de essas habitações estarem localizadas em uma encosta, sem o necessário suporte do ponto de vista da engenharia urbana, faz com que, muitas vezes, em estações chuvosas,

a sirene da Defesa Civil avise sobre a possibilidade de desabamentos – isso faz parte da vida e das preocupações dessas moradoras.

A casa e seu cotidiano são considerados, por todas, responsabilidade delas. Em todas as falas existe essa percepção. Os pequenos apoios e pequenas ajudas do cônjuge surgem como favores, e o papel desses, quando aparecem nos diálogos, é de provedor, mesmo que elas tenham que continuar a trabalhar, porque a renda é insuficiente. E na falta das políticas públicas, a solução do problema será delas, seja na falta de creche, na falta de quem cuide, na falta de água. O viés é sempre androcêntrico.

O planejamento das cidades, de seus traçados e ruas, não tem, explicitamente, uma abordagem de gênero. E as mulheres não têm especial escuta no planejamento urbano e nas conferências das cidades. Se as mulheres estiveram relegadas ao mundo privado, leia-se a casa, é na casa que temos que investigar como a cidade se reflete.

A população urbana brasileira é de 84,4%, segundo dados do IBGE. Salvador é considerada o terceiro aglomerado populacional do país e tem um desenvolvimento urbano considerado de padrão periférico (SOARES, 2016).

Políticas públicas para organizar cuidados com idosos, crianças e deficientes, são urgentes no planejamento das cidades. Creches noturnas, apoios institucionalizados, realmente tratados como políticas de planejamento de uma cidade. A possibilidade de escuta das mulheres no seu território, também é frágil. A região é a imagem da falta de acessibilidade com ladeiras e escadas íngremes, que também são paisagens características da cidade. As escadarias de acesso, assim como as contenções, caracterizam toda área que é denominada de periférica.

O bairro é situado na região central, no centro geográfico da cidade, mas em termos de sua infraestrutura é um lugar considerado periférico, em termos de geopolítica, assim colocado pelos acessos aos serviços públicos. Apesar da urbanização dos caminhos e atalhos através das escadas, notamos a falta de postes de iluminação nestes locais e também de rampas – o que compromete a mobilidade para os deficientes ou pessoas com dificuldade de locomoção e a segurança na circulação por esses lugares, permitindo que esses atalhos sejam utilizados apenas em alguns momentos do dia, e criando mais um elemento desfavorável para a vida das mulheres.

As dez mulheres entrevistadas, como já referido, não fazem parte de movimentos sociais específicos, nem da gestão do bairro ou da cidade. Os arranjos existentes entre elas são da relação de vizinhança e em torno de pequenos problemas

específicos. Também a questão do trabalho, das atividades de geração de renda, e soluções conjuntas para as demandas do bairro, não fazem parte do debate cotidiano. A Prefeitura do bairro só foi referida como local de documentação e de obtenção de informações. Taxas, IPTU, questões eventuais de desastres ambientais como fortes chuvas, são tratados nesse espaço. Todas as demais possibilidades de resolução ou encaminhamento de problemas estão situadas na cidade, agora ao alcance de uma viagem de metrô. A cidade é o lugar a que todos os moradores se referenciam como centros, seja o centro histórico, seja a rodoviária, locais onde estarão as possibilidades de serviços médicos, escolas de ensino médio, e centros administrativos municipal e estadual.

Figura 12: Travessa da Saboaria, Boa Vista de São Caetano



Foto: autora da dissertação, 2019.

Figura 13: Travessa da Rua Saboaria, Boa Vista de São Caetano



Foto: autora da dissertação, 2019.

No grupo das dez mulheres entrevistadas, das quais seis vivem com os cônjuges, todas falam com naturalidade do trabalho doméstico e da divisão sexual do trabalho

como parte de suas vidas, sempre cristalizando os papéis, naturalizando-os. Os trabalhos externos são divididos, os trabalhos internos apenas no que se referem à manutenção do imóvel, animais ou, no caso de uma delas, às plantas do marido após a aposentadoria dele.

Também o planejamento das estratégias de armazenamento da água e da distribuição do serviço visando à economia da água no período de escassez – de torneiras secas ou de obras programadas – é absorvido por elas. Comprar água é trabalho dividido, por todas que recorrem a essa solução.

Buscar água na fonte, nas duas casas em que isso acontece, é um trabalho masculino, por ser motorizado. A distância até a Fonte da Bica é muito grande. Com relação ao tipo de trabalho desenvolvido interna e externamente, as situações encontradas não diferem de nenhum outro estudo percorrido. A divisão sexual do trabalho, nesse caso, é explícita.

Houve duas referências à incompetência dos cônjuges para qualquer atividade doméstica (Helena e Ana). Duas gerações de mulheres, de 66 e 41 anos, respectivamente. As demais se referiram à falta de tempo dos cônjuges, em razão da atividade profissional deles.

Importante entender nesta pesquisa: qual a hierarquia que é dada por essas mulheres entrevistadas aos serviços públicos ofertados. Não foi uma pergunta formulada na entrevista, mas amplamente comentado que, se há a falta de água e o impacto, existiram situações mais difíceis de enfrentamento no cotidiano, como o acesso ao transporte público, posto de saúde e creche. Sempre ao mencionar o Metrô, o assunto surge vinculado às constantes faltas de água que a obra trouxe, sem, contudo, reduzir a importância da nova possibilidade de acesso. “No tempo das obras do metrô, cheguei a ficar 15 dias sem água, tive que sair daqui” diz Nilza; ou, como comenta Laura, “coisas de obra da copa do mundo e do metrô, passou muito tempo mesmo sem cair água, era um desespero”. O preço a pagar.

O cuidado com a casa, absorvido por todas as mulheres entrevistadas, é também absorvido como uma tarefa com pouca água disponível, quando todas se referem à lavagem dos pratos, lavagem de roupas, lavagem dos banheiros, cuidados com os pisos cerâmicos com pouca água. “Passar pano, no lugar de lavar, lavar louça em bacia, cozinhar com cuidado, aproveitar cada gota de água” (Rita).

A água da chuva como problema, falta de drenagem ou acúmulo de lixo só apareceu em duas das falas – nas casas marcadas pela Defesa Civil – Dulce e Helena, falam de problemas na região. Todas as outras casas parecem bem estabilizadas em suas construções e encostas, e a água da chuva não é considerada um problema na habitação nem nas ruas. Tampouco obtive respostas positivas com relação à coleta das águas de chuva, algumas respondem que não há condições físicas de calha, outras nunca pensaram no assunto. Helena, a mais velha das entrevistadas, já passou um período realizando a coleta em tonel, mas nenhuma das outras havia aventado essa possibilidade. Nilza afirma que “deve ser uma sujeira danada, essas calhas”. Sendo categórica com relação a essa possibilidade.

Com relação aos rios urbanos, a referência a Salvador, é quase como a um deserto, com alguns espelhos d’água. Ana, fala dos esgotos, do mau cheiro do Rio Camarajipe quando vai para a Pituba, local em que trabalha e lembra do Dique do Tororó, “como um local bonito de se ver”, “mas rio é no interior, aqui é esgoto”. Nilza se refere ao Rio Camarajipe, como “aquele esgoto que está perto da rodoviária”.

Lia foi uma vez na Fonte da Bica, mas não sabe informar os nomes dos rios ou não registra a existência de rios ou lagos na cidade, assim como Laura, que só sabe dessa Fonte, apesar de nunca ter ido ao local. Maria fala no Rio das Tripas, um dos afluentes do Rio Camarajipe, mas também se refere ao cheiro. Rita toma banho no Rio Jacuípe, ainda em Salvador, “rio limpo e tranquilo de se tomar banho”, e Helena faz a dolorosa observação: “Cadê que esses rios sumiram? Tinha muita água em Salvador, já não sei mais. Tomo um belo banho de cachoeira no interior”, referindo-se à cidade de Cachoeira.

As mulheres mais próximas se unem para cuidar dos idosos, nos momentos de maiores problemas com a água. Quatro depoimentos se referem aos cuidados com terceiros que não sejam da sua família ou do seu arranjo familiar. Dulce, que tem uma mãe inválida, recebe ajuda e presta ajuda, Ana e Helena oferecem cooperação, e Maria, que tem um filho deficiente, também necessita se integrar a uma rede de apoio. As falas são de solidariedade: “temos que dividir os problemas, ou não tem como resolver a vida” (Maria), “todo mundo cuida dos idosos e ali tem um cadeirante, eu recebo muita ajuda dos vizinhos, com relação à água e outros problemas e ajudo também” (Dulce).

Embora exista uma Associação de Moradores de Boa Vista de São Caetano, nenhuma das entrevistadas se refere a essa entidade como algo que faça parte de suas vidas. A Associação só foi lembrada como atuante no período das obras do Metrô.

A realização das obras do Metrô provocou impactos negativos que são lembrados por Cida: “a água praticamente desapareceu do bairro. Avisaram que ia ficar uns dias sem, e foi muito mais, tivemos que comprar água mineral naquela época”. Mesmo que as entrevistadas não participem de uma organização formal de luta por melhores condições, existe uma rede de solidariedade que é acionada e nos momentos mais graves, ocorre o apoio dos arranjos que estão solidificados.

Outra questão importante é a capacidade de armazenamento. A única casa com 1500 litros, entre as entrevistadas, com dois moradores, optou por triplicar a capacidade de armazenamento da casa após grandes enfrentamentos decorrentes da falta de água. Helena e seu marido aproveitaram a aposentadoria dele para utilizar o montante recebido e instalar outro tanque, de 1.000l, passando assim a "ter paz", segundo suas palavras, com a questão do fornecimento diário de água.

A pesquisa Quali-Salvador, foi a campo no bairro estudado e na Bacia do Rio Camarajipe, não simultaneamente, mas nos integramos em alguns momentos da pesquisa. Assim, as questões de identificação da população do bairro e comparação com a bacia nos dá um panorama de algumas questões.

Na pesquisa realizada foi importante buscar pela intermitência. Na rua da Saboaria, um dos locais escolhidos para prospecção, o problema é comentado pelas mulheres como uma questão cotidiana, é dito que a água chega à noite e não é suficiente para encher o tanque, e que não dura mais que 24 horas. Na Bacia do Rio Camarajipe, os resultados da pesquisa quantitativa realizada pelo Quali-Salvador apontam que as residências com intermitência correspondem a 4% do total pesquisado.

Duas moradoras entrevistadas no bairro de Boa Vista de São Caetano, Ana e Helena, acreditam que existe uma operação, que elas denominam "manobra", para desviar para outros bairros a água fornecida, levantando a hipótese que isso ocorra no período de secas ou de festas em outras localidades da cidade. Mas não há uma investigação por parte dos moradores, ou mesmo ações organizadas para tentar resolver de forma coletiva a questão das periódicas intermitências, identificamos alguma ação apenas em momentos de grande impacto.

Os dados informados pela Embasa ao Jornal Correio da Bahia, na edição do dia 25 de dezembro de 2018, mostram haver uma constante manutenção da rede e a dificuldade de operação por parte da empresa na fiscalização dos desvios e da articulação com a Prefeitura, mas, além dessa explicação, há a hipótese das moradoras sobre haver uma manobra da rede para redistribuição da vazão disponível, gerando uma intermitência, que parece plausível. O fato da empresa não manter esses dados de forma transparente dificulta uma avaliação mais geral. Porém, além dos números e percentuais, o que existe é uma parte da população em constante ação contra a escassez.

No bairro pesquisado, a luta organizada pelo direito à água não aparece no discurso das mulheres, assim como as questões fundamentais de acesso aos serviços públicos que o Estado deixa de fornecer e a divisão do trabalho doméstico. O fato de o território ter sido contemplado com acesso ao serviço de transporte de qualidade tem impactado o conceito de moradia das mulheres, e a perspectiva de acesso a serviços públicos.

3 SERVIÇOS PÚBLICOS E GÊNERO

*“Eu nunca retive as águas do Nilo, eu nunca impedi o curso das águas, eu nunca poluí o Nilo.”
Inscrição Faraônica no Vale dos Reis, Ramsés III (1194 a.C.? – 1163 a.C.?)*

A moradia é considerada um direito vital, e o acesso à água também, mas o acesso a esses bens, apesar de constitucionais, não é garantido. A luta pela moradia inclui também a luta por acesso aos serviços públicos, saneamento básico entre eles.

Figura 14: Salvador de contrastes

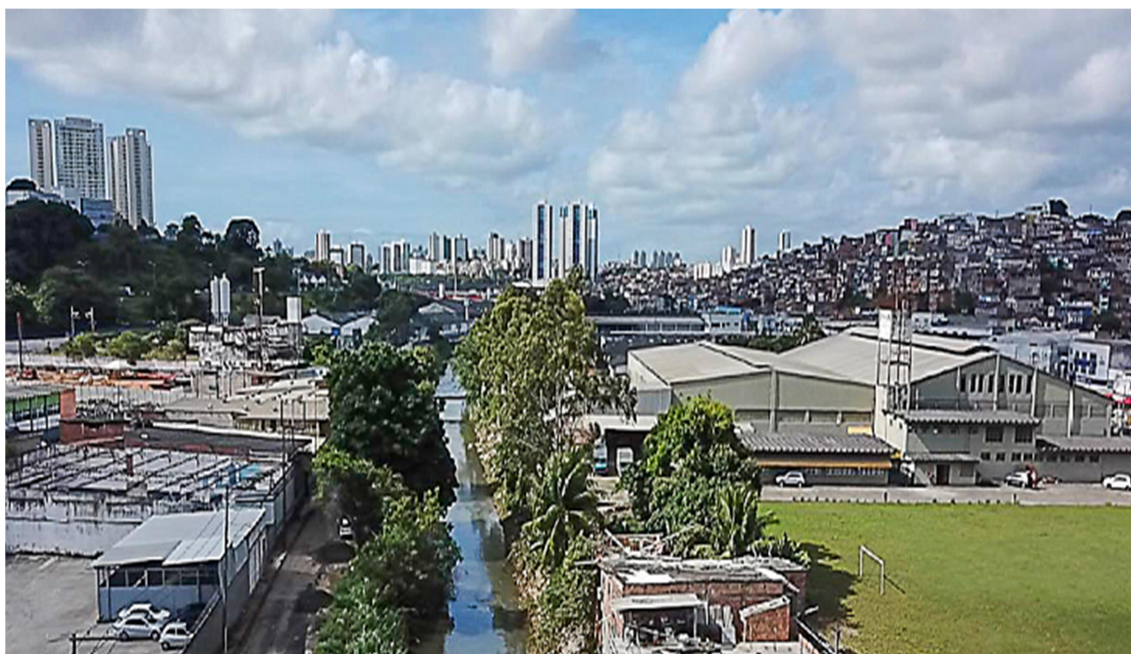
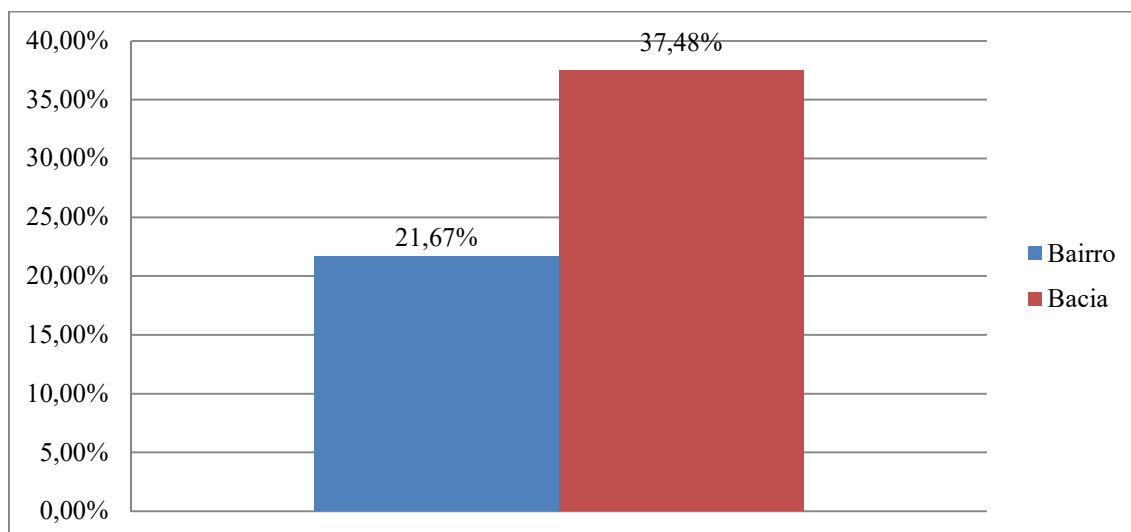


Foto: Quali-Salvador, 2019

A regularização fundiária, em Salvador, a ação que garante a posse do imóvel, tem uma discrepância com relação ao Habite-se, que define quando a unidade é considerada pronta e passível de ser taxada pela Prefeitura Municipal com o Imposto Territorial e Predial Urbano. Se o percentual de regularização das propriedades apresenta-se dentro de limite razoável, a relação entre as unidades habitacionais e seu Habite-se é muito frágil.

Gráfico 15: Imóveis próprios com Habite-se

Fonte: Quali-Salvador, 2019- Elaboração: José Alberto

3.1 A LUTA PELA ÁGUA

Na cidade de Salvador, até a década de 1860, os chafarizes abundavam. Foram construídos para facilitar o acesso à água para a população e eram, também, pontos de encontro de mulheres escravizadas, homens libertos e escravizados, um ponto de socialização nas filas, para carregar potes e barris. A água, carregada nos barris e colocadas sobre os jegues, pelos aguadeiros, que vendiam a água doce e limpa, ou supriam a casa de patrões era, desde então, carregada na cabeça pelas mulheres. Hoje, com a água fornecida através da rede de tubulação, a maior parte das fontes é pouco utilizada. No ano de 2010, através de estudo publicado no livro *Caminho das Águas de Salvador*, foram identificadas 41 fontes, 32 públicas e 9 em terrenos de terreiro de candomblé, sendo que 5 entre as fontes públicas, estavam desativadas.

No bairro estudado, Boa Vista de São Caetano, a única fonte ainda existente é a Fonte da Bica, citada por algumas das mulheres entrevistadas. A fonte foi descrita no livro *Caminho das Águas de Salvador*:

Localiza-se na Ladeira Fonte da Bica – São Caetano, e é basicamente usada pelos moradores da circunvizinhança para lavagem de roupas, carros, abastecimento e banhos no local. A fonte está encravada em área densamente povoada e com muitas edificações, localidade de topografia menos elevada, em comparação com a área de entorno. Foi registrada a presença de um posto de gasolina nas proximidades. A água brota das pedras e possui um beneficiamento muito simples,

revestida com cimento em torno, pequena bacia de recolhimento e bica com tubulação de Policloreto de Vinila (PVC). A canalização das águas servidas é direcionada para o esgotamento sanitário da rua. (Santos, et al., 2012, p.452).

Figura 15: Fonte da Bica



Fonte: Caminho das Águas de Salvador, 2010.

O acesso à rede pública de abastecimento de água, no momento da universalização das ligações, não considerou as fontes públicas e chafarizes, que na contemporaneidade, não fazem parte da rotina do poder público ou não estão enquadradas nas políticas públicas, de manutenção, ou de possível acesso da população à água limpa. As águas, fora da captação exclusiva para a prestação do serviço estrito de fornecimento já mercantilizado, não são cuidadas. A percepção é de um profundo descaso com as águas da cidade, sendo o que é reafirmado ao consultar-se parte da literatura sobre os rios, fontes e nascentes, especialmente a publicação *O Caminho das Águas de Salvador*, um esforço de vários órgãos e da universidade, para o levantamento da situação das bacias hidrográficas e de drenagem e da territorialização da cidade, tomando como base as suas bacias hidrográficas.

A Bacia do Camarajipe, aqui abordada, é uma bacia em que na sua paisagem podemos observar contrastes extremos. Uma das suas nascentes está no Bairro de Boa Vista de São Caetano e o curso do rio passa pelo centro de negócios de Salvador, sendo que sua foz está situada no bairro de Costa Azul. Se formos analisar os contrastes, nos 14 km do seu curso, e estabelecermos como critério a renda familiar informada no

último Censo do IBGE, temos bairros com profundas desigualdades – entre uma de suas nascentes e foz, Boa Vista de São Caetano, com renda média de 1 a 2 salários mínimos; e o bairro de Costa Azul, com renda média de 5 a 10 salários mínimos. O acesso à água, nos bairros estruturados, não indica intermitência ou abalo no fornecimento nos períodos indicados pelos questionários aplicados através do Grupo de Pesquisa Quali-Salvador. Assim, a intermitência levantada pelo Grupo, demonstra o quantitativo de 4% das residências com o problema em todo o território da Bacia, o que não vai refletir a profunda exclusão que pode ser observada entre nascente e foz, na geopolítica da cidade de Salvador. O rio, no seu percurso, faz parte da paisagem como o reflexo da degradação das águas na cidade.

Estamos distantes da participação efetiva das mulheres na gestão das águas, e o debate da escassez, nessa população diretamente afetada, é gradativamente absorvido como uma questão natural, que apenas se soma a outras formas de exclusão já estabelecidas pela cidade, e em que a falta de água nas torneiras equivale à reafirmação de uma condição de subcidadania já estabelecida.

As políticas públicas para as águas, a gestão das águas, os comitês de bacia e suas outorgas, ainda estão distantes da população e os órgãos gestores não têm transparência nas suas publicações e não atuam, diretamente com a conscientização, seja do poder público, seja das representações da sociedade civil, que enfrentam uma correlação de forças pouco favorável.

Entendemos que os comitês têm que se transformar em espaços de disputa política, que possibilitem a ampliação da voz das mulheres, de forma organizada. A escuta e percepção dos problemas nas residências de Salvador, não podem se ater a estatísticas ou casuísmos, como problemas de manutenção em rede, como vimos. As ações das mulheres na produção da vida na cidade, no seu cotidiano, têm que fazer parte das avaliações das políticas públicas, numa perspectiva diferente do que deva ser o serviço público de fornecimento de água. Podemos apontar que o debate pode crescer se considerarmos alguns pressupostos da economia feminista.

O estudo da composição do Comitê de Bacias Recôncavo Norte e Inhambupe, a que se vinculam as águas de Salvador, já foi apresentado no tópico 1.3. Com relação à composição dos comitês na Bahia, o sítio da Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas disponibiliza a informação que o Estado possui 14 comitês de Bacias

Hidrográficas, sendo que atualmente dois deles são presididos por mulheres e apenas 5 deles possuem mulheres ocupando os cargos de Vice-presidente (REBOB, 2019). São avanços que ainda podem ser considerados incipientes pois a luta pela representação das mulheres na gestão ainda não é paritária e a discussão dos múltiplos usos da água ainda têm foco no trabalho considerado produtivo, uso industrial, utilização pelo agronegócio, havendo uma lacuna no que se refere à utilização doméstica, cotidiana, no trabalho de reprodução social como passível de representação, contribuindo para a manutenção do imaginário social da divisão sexual do trabalho nas suas representações como trabalho improdutivo, não gerador de riquezas.

Os componentes normativos que estabelecem o Direito Humano à Água são a disponibilidade, acessibilidade física e financeira, qualidade e segurança, e aceitabilidade – os quais, se considerados nas políticas públicas, serão traduzidos em ações que resultem na inclusão de todos os segmentos da população e na redução das desigualdades além de, em especial, a desigualdade de gênero.

As mulheres do campo, das florestas, das cidades, são protagonistas das lutas em defesa dos ecossistemas, no embate contra os usos conflitantes das águas no mundo. O caráter público das concessionárias de água tem sido uma resposta para garantia mínima de acesso. Os conflitos pelo uso da água e sua privatização são constantes, mas destacamos aqui, a Guerra das Águas, na Bolívia, que foi um movimento vitorioso, pela reestatização das águas já privatizadas do país (SILVA JÚNIOR, 2018).

No Estado da Bahia, nos remetemos à questão da cidade de Correntina, onde a guerra pela água na zona rural provocou vítimas e grandes mobilizações em torno das concessões e outorgas que possibilitaram ao agronegócio apropriar-se das águas disponíveis para a população e secar os rios, porque lá as mulheres se manifestaram, liderando as marchas, assim como em outros lugares da América Latina e da África que passaram por processos de privatização da água. Compreender esse cotidiano das mulheres, passa por refletir que as políticas públicas não estão sendo pensadas para elas, e formas de organização de mulheres nas cidades, ainda não entraram no debate em que o Direito à Cidade também é o Direito à Água (MST, 2017).

Em Correntina, relato no portal do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, aponta o caso emblemático de uma ação de privatização no uso de um rio, em que após uma ação do Estado em 27 de janeiro de 2015, a Fazenda Igarashi, cuja

outorga obtida mediante a Portaria nº 9.159, recebeu o direito de retirar do maior rio da cidade, o Rio Arrojado, uma vazão de 182.203m³/dia durante 14 horas por dia, o equivalente a 106 milhões de litros de água. Dezesete riachos do Rio Arrojado secaram. A cidade de 33 mil habitantes chegou a ter manifestações com 11 mil pessoas na rua (MST, 2017).

E é fundamental ouvir o grito que foi dado em Correntina: sem água não há terra, sem água não há cidade, sem água não há vida. O cuidado com a vida está na base de qualquer construção social, o cuidado com a água faz parte dessa rotina cotidiana.

O déficit apontado no mundo, do número de mulheres que não têm acesso regular à água tratada, chegou a 27,2 milhões em 2016; os dados das Regiões Norte e Nordeste, no mesmo período, equivalem a 50% das mulheres nessa condição (REBOB, 2019).

No enfrentamento à escassez, a estratégia de utilização, de organização da rotina diária, que inclui cuidado extremo ao abrir a torneira, da rotina de lavagem da louça, da roupa lavada à mão, da higiene pessoal e da casa, é comprometida se não houver água suficiente, ou se não houver a possibilidade de armazenamento adequado, e se transforma em questões concretas que impactam o cotidiano. Nesse momento, da falta de água, as mulheres nos centros urbanos e as mulheres de zonas do semiárido, que têm crises de abastecimento sazonais, estão igualadas em sua tarefa de acúmulo de cuidados, de trabalhos domésticos, na divisão sexual do trabalho e na precariedade.

A percepção da água como produto de consumo, como mercadoria, já se instalou naqueles domicílios que não têm os serviços públicos como possibilidade plena. A compra da água engarrafada, como uma mercadoria, para cozinhar, abre uma fenda, uma brecha de crueldade comercial na vida doméstica. Os custos adicionais das condições para reprodução da força de trabalho são integralmente assumidos no âmbito privado. A água como direito não aparece nos discursos.

O bairro pesquisado, Boa Vista de São Caetano – com declives, escadas e muito distante da única fonte disponível no entorno da zona urbana – não permite a coleta de água diretamente em algum manancial. Esta tarefa somente é viável com o auxílio de veículos motorizados, sendo assumida pelos homens, nas duas casas entrevistadas em que existem veículos, uma motocicleta e um automóvel, no caso.

Nesses lugares de escassez, o trabalho da mulher na questão da água é invisível, tratado como uma questão da esfera privada, da esfera doméstica. Em todas as casas entrevistadas, os homens não se envolvem com essa logística; só detectamos os dois casos já citados, de transporte da água através de veículo motorizado.

A invisibilidade do trabalho reprodutivo tem um propósito, dentro do sistema capitalista, que é de ordem econômica. O trabalho doméstico é o elo entre a produção do mercado e a esfera da produção individual, e é mantido oculto para que o trabalhador, ou a força de trabalho, arque com o custo dessa produção (CARRASCO, 2012). A economia feminista propõe a ideia de interdependência no lugar da ideia de independência. Interdependência entre as pessoas. Entre as famílias, a sociedade e o Estado. Interdependência entre o trabalho de mercado e o trabalho doméstico e de cuidados (MARIANO, 2013).

O trabalho não remunerado das mulheres, construído sobre a base de relações de dominação no interior da família, na relação de subalternidade homem versus mulher, constitui um processo fundamental para a subsistência do sistema capitalista, assim como o abastecimento da água. A ausência do poder público no debate diário é, de certa forma, a centralidade desse trabalho. A mulher respondendo ao impacto direto da ausência de continuidade no serviço público de abastecimento.

CONCLUSÃO

Volto ao meu olhar inaugural como pesquisadora, há 45 anos, a partir da aplicação de questionários para a AMESA - Alagados Melhoramentos S/A, órgão responsável pela urbanização dos Alagados, área reflexo da exclusão e segregação que a cidade de Salvador era capaz de produzir. Moradores expulsos de qualquer porção de terra, tão abundante, ocupando a maré em frágeis construções. As palafitas, barracos de madeira, mulheres juntando entulhos para erguer suas casas, crianças sendo perdidas para as marés, e construções inteiras, sonhos de moradia, indo embora numa pequena marola, latas de água equilibradas na cabeça sobre os caminhos feitos de frágeis tábuas. Compreendi que percorrer aquele perigoso caminho de equilibristas para aplicar um questionário, sob o olhar atento da garotada que percebia meu medo e se dividia entre gritar "vai cair" ou torcer para que eu chegasse até o final, conduzia à humanização.

Romper a distância, entre o morador e o pesquisador, é um ato de coragem, sempre, porque envolve cuidados mútuos, trocas de olhares e percepções. Contar a história do que se ouviu e traduzir, seja através da ciência ou da arte é, também, cruzar fronteiras, traçar caminhos e criar percursos de risco.

O percurso traçado nesta pesquisa, para estudar o impacto da intermitência no abastecimento de água na vida das mulheres, estabelece um elo com o meu momento inaugural de investigação, sobre as palafitas: a segregação da população preta e pobre, sem direito à terra e a segregação da população, hoje, com as mesmas características, sem direito à água. A resposta daquele momento e do que foi possível perceber agora, está nas mulheres, que na precariedade se equilibram para lutar pelo direito à vida, pelo direito de reprodução da vida, e pelo cuidado com a vida de todos.

Figura 16: Ocupação de Alagados



Fonte: Sítio Memória de Alagados, 2019.

A proposta desse trabalho foi percorrer questões do feminismo, da economia feminista, do ecofeminismo, da consubstancialidade e intersseccionalidade no contexto em que estes conceitos estão inseridos.

A questão central que motivou esta pesquisa foi o impacto da intermitência no abastecimento de água na vida das mulheres de Boa Vista de São Caetano, em Salvador. A pesquisa desse impacto utilizou como método a escuta das histórias das mulheres, contadas por elas mesmas.

A intenção inicial era realizar esta pesquisa paralelamente ao trabalho do Grupo de Pesquisa de Qualidade do Ambiente Urbano em Salvador – ao qual pertenço, e que percorria todas as Bacias Hidrográficas da cidade – aplicando aproximadamente 100 questionários por bairro.

Não foi possível realizarmos a ação conjunta de pesquisa por motivos diversos, mas ao finalizarmos juntos, posso utilizar parte dos dados coletados pelo Quali-Salvador para a caracterização e reflexão sobre o objeto de estudo que apresento.

Traçada a primeira hipótese sobre a possibilidade das mulheres, em centros urbanos, ainda carregarem latas de água, isso não foi confirmado no bairro analisado. As mulheres não carregam água, a possibilidade de coleta de água em qualquer local no entorno próximo está eliminada, embora elas sejam as responsáveis por toda a logística para o uso da água, pela estratégia para o abastecimento e pela continuidade do trabalho doméstico diário.

A possibilidade da falta de água é mais um fator diário de cuidado e preocupação com seu uso. As soluções disponíveis não são as mesmas para a mulher no meio urbano e no meio rural, não se trata de estabelecer uma comparação com o impacto na vida de uma mulher que anda quilômetros para coletar água ou é obrigada a cavar poços artesianos, mas constatar que ambas são segregadas, e que há uma estratificação com relação àquelas mulheres que moram em outros bairros e dispõem de água abundante, reservatórios adequados ou poços particulares, e onde se chega a lavar as calçadas com mangueira, algo impensável para quem possui água escassa.

Um dos aspectos importantes deste estudo foi constatar que na gestão de recursos hídricos, nos comitês de bacias, e nos conselhos gestores de instituições responsáveis pela gestão das águas, a presença de mulheres ou de representação de associações e coletivos de mulheres afetadas diretamente pela má gestão ou por políticas que impactam suas vidas, não é ou não se faz presente. As resoluções sobre gênero e água estão apenas nas intenções. É um cenário que se deve atentar com vistas a modifica-lo.

Assim como o trabalho de reprodução social das mulheres é invisibilizado, as águas dos rios e fontes da cidade também se tornam invisíveis. As grandes obras urbanas, mesmo que de melhoria para a vida da população, não consideram a existência de rios e lagos, do mesmo modo como o planejamento da cidade não leva em conta as questões de gênero e as demandas do trabalho de reprodução social.

Os debates atuais acerca da água como direito ou da água como mercadoria se aprofundam, mas a água como elemento essencial à vida é quase uma utopia moderna. Constatamos, ao percorrer a bibliografia, que houve um grande avanço quando a gestão das águas passou a ser feita a partir de Comitês de Bacias, territorializando a gestão. Mas os comitês são, antes de tudo, um reflexo da correlação de forças da sociedade,

prevalecendo os interesses econômicos e desconsiderando os interesses das diversas etnias, de gênero e dos múltiplos usos da água para a produção da vida.

Constata-se que Salvador ainda não alcançou esta inclusão, porque, à medida que a cidade cresce e aumenta o número de usuários com alguma ocupação desordenada, a possibilidade de se cumprir-se com o compromisso de abastecer todos os domicílios ou ter equidade no fornecimento de água, se coloca ainda mais distante de ser alcançada, e o acesso permanece desigual.

Outra constatação é que o quadro geral da participação dos homens no trabalho doméstico mudou muito pouco em relação à suposta modernização de costumes ou igualdade de gêneros, o que afeta a qualidade de vida das mulheres, que continuam sobrecarregadas pela soma dos trabalhos produtivos e reprodutivos e pela falta de serviços públicos básicos, ou a intermitência no fornecimento desses serviços, como acontece com a água – mais um elemento para somar-se à sobrecarga já existente.

A jornada diária quando inclui a maratona para o armazenamento de água ou a compra de água para beber e cozinhar, gera conflitos, onera o orçamento e prejudica a possibilidade da higiene adequada nas casas. A questão do tempo gasto nas tarefas domésticas e de cuidado se concretiza em conflitos e dificuldades que à primeira vista podem parecer individuais ou familiares, mas que na realidade constituem um problema coletivo, que requer medidas coletivas – isto é, políticas públicas que deem conta da sua complexidade, tanto no que diz respeito aos tempos de trabalho remunerado, quanto aos da vida privada. O Estado pode ter um papel importante na regulação do tempo, e mesmo no que concerne às desigualdades entre homens e mulheres no espaço doméstico.

A centralidade do tempo nas relações sociais, especialmente em bairros não estruturados, que exigem grandes deslocamentos para o acesso a serviços, interfere nas relações de poder e de subordinação entre o homem que se libera do trabalho doméstico para a tarefa do trabalho produtivo e a mulher, que se equilibra no tempo da sua dupla presença e ainda torna precária a sua vida e os cuidados consigo mesma.

O trabalho remunerado precário também é uma das marcas na vida das mulheres entrevistadas. A produção da desigualdade está aí bem caracterizada, somada ao acréscimo do ônus do trabalho doméstico, incluindo a substituição do serviço das concessionárias pela compra de água engarrafada – e a impossibilidade de

compatibilizar o tempo para o cuidado adequado das pessoas e de si. O sentimento de inclusão trazido por um transporte público de qualidade, como o sistema de metrô, que tem uma estação na região, reflete a percepção de exclusão. Algumas referências a se conectar com "a cidade", além de um simples maneirismo de linguagem ainda refletem o sentimento de pertencer à periferia, mesmo ocupando o centro geográfico da cidade, como é o caso deste bairro. O conforto e a rapidez oferecidos pelo transporte público reinseriram o bairro nas conexões urbanas.

A produção do viver nesse lugar reflete a exclusão das mulheres – especialmente as mulheres negras – dos grandes debates públicos. A precariedade do fornecimento de água constitui mais um fator de exclusão e estratificação.

A intermitência, resultante de uma provável impossibilidade na vazão da água com volume suficiente para atender a toda a cidade, impacta na vida dessas mulheres em termos sociais, políticos e financeiros. A solução para este problema, em nosso entendimento, passa por sua explicitação e pela participação da sociedade civil.

As questões cotidianas das mulheres que relataram as suas histórias não são casos isolados, refletem os processos de urbanização e de disputa pela água no mundo capitalista, e nas suas aparentes especificidades reafirmam as formas de exclusão mais básicas, como a negação do direito à água.

A economia feminista, hoje, debate formas de reposicionar as análises sobre a reprodução social e a produção das desigualdades no cotidiano, que transfere para as famílias, e no centro delas as mulheres, a responsabilidade por todas as tarefas de cuidados da casa e das pessoas que compõem a atividade de reprodução social. O trabalho não remunerado, realizado pelas mulheres, se converte em economia tanto para os detentores dos meios de produção, quanto para as concessionárias que fornecem os serviços públicos. Este estudo espera trazer uma luz sobre os impactos das pequenas tarefas diárias, mas tão essenciais quanto suprir uma casa de água limpa, que redefinem o debate sobre o papel das políticas e serviços públicos, não apenas no combate à escassez, mas como contribuição para a valorização da experiência das mulheres em suas atividades diárias, colocando-as no papel de sujeitos da transformação social.

A superação da desigualdade passa, necessariamente, por estes olhares e trocas, demonstrando a necessidade de aprofundar as pesquisas nesta área. O papel do Estado, de fornecer serviços com equidade, necessita maior transparência na gestão e na

disponibilidade dos dados, e suscitam questionamentos no campo dos cuidados com as pessoas e acerca de quais papéis estão sendo sonegados às mulheres. Entre as respostas possíveis para a superação das desigualdades surge a premente necessidade de organização das mulheres em torno da gestão das águas, ocupando os espaços de decisão. O desafio que permanece é o da continuidade da luta das mulheres e da luta pelas águas, representando aí, os cuidados básicos com a vida, de homens e mulheres.

A ausência de debates públicos acerca da questão da intermitência no serviço público de fornecimento de água e sua qualificação, ou acerca do comprometimento das condições de vida das populações afetadas pela precarização do abastecimento, em particular sobre o impacto na qualidade de vida das mulheres, na cidade de Salvador, onde apenas a estatística de quantidade de ligações à rede é apresentada, é preocupante. Assim como é preocupante a falta de uma discussão pública ampla, acerca da estrutura de gestão das bacias e da concessionária do serviço público. Por todo o exposto, a conclusão deste trabalho nos inspira a continuar no estudo, na pesquisa e na luta pela democratização, em seu sentido mais radical, do acesso à água e pela requalificação da relação entre gênero e água.

REFERÊNCIAS

A Declaração de Dublin sobre água e desenvolvimento sustentável. Disponível em: http://www.abcmac.org.br/files/downloads/declaracao_de_dublin_sobre_agua_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf. Acesso em: 23 jun. 2018.

A TARDE. Disponível em: www.atarde.com.br, edição de 26 ago. 2018, Falta água em 22 bairros em Salvador. Acesso em: 2 dez. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo; Boitempo, 1999.

ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica (org.) - **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Patrícia Galvão, Recife, 2014.

BAHIA. Governo do Estado. Museu arqueológico da Embasa / Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Salvador: EMBASA – Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A., 2013.

BARBOSA, Ana Luísa Neves de Holanda. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil-IPEA**, Rio de Janeiro, 2018, Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2416_sumex.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de águas. Atlas de Abastecimento de Água, **Abastecimento urbano de água, 2015**. Disponível em <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BRUSCHINI, C. (Org.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992.

CAMPELLO, Teresa; FALCÃO, Thiago; COSTA, Patrícia Vieira. **O Brasil sem Miséria**, MDS, Brasília, 2014.

CAPRILES, René. **Meio século de lutas: uma visão histórica das águas**. Revista Eco 21, Edição 76. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=457>. Acesso em: 30 out. 2019.

CARLOTO, Cássia Maria - **O Conceito de Gênero nas Relações Sociais**, in Serviço Social em Revista UEL, Paraná, 2010. Editora UEL, disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, 2012.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de e PEREIRA, Gilberto Corso. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**; Salvador, Edufba, 2008. Mapas. Disponível em <http://repositorio.ufba.br>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de e PEREIRA, Gilberto Corso. **Segregação Socioespacial e Desigualdades em Salvador**; Cadernos do CEAS, Salvador, n. 235, p. 5-22, 2015. Disponível em <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/22>. Acesso em: 16 out. 2019.

COELHO FILHO, Luiz Walter. **A Fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos**, Salvador, Secretaria de Cultura e Turismo. 2004.

DAGHLIAN, Carlos. **A Ironia Situacional na Poesia de Emily Dickinson**, Revista Letras, Curitiba, N. 77, P. 179-199, JAN./ABR. 2009. EDITORA UFPR.p181, 2009.(*). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/14027>. Acesso em: 31 dez. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**, São Paulo, Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela - **A liberdade é uma luta constante** – Ferguson, Palestina e as bases para um movimento. (ed) BARAT Frank, São Paulo, Boitempo, 2018.

DI GIOVANNI, Geraldo e NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**, 2 ed. São Paulo, Editora da Unesp; Fundap. 2015.

ESPÍRITO SANTO, Teresa. **A questão da habitação social em Salvador**. Rede de Profissional Solidários pela Cidadania, Salvador, 2011. Disponível em <http://redeprofissionaisolidarios.objectis.net/salvador/texos/a-questao-da-habitacao-social-em-salvador - questao urbana>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Estatuto da Cidade - Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília, 2008, Disponível em <file:///C:/Users/F%C3%A1tima/Downloads/estatuto%20da%20cidade.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

FARIA, Nalu e MORENO, Renata (Orgs.). **Analises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo, SOF Sempreviva Organização Feminista, Coleção Cadernos Sempreviva. Serie Economia e Feminismo, 2012.

FEDERICI, Sílvia. **O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva**. Feminismo para a Economia e Política. Debates para a Construção e Autonomia das Mulheres. São Paulo, SOF, 2014. p.145-158.

FERREIRA, Hermelinda, et al., **A Política de Racionamento de Água na Cidade do Recife, Brasil: impactos e desigualdades nos assentamentos precários**, in Capítulo 3, Castro, José Esteban et. al editores, *O Direito à Água como Política Pública na América Latina*, Brasília, IPEA 2015.

FERREIRA, Juca (Org.). **Águas**. Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Salvador e Goethe-Institut, Salvador. 1994.

FIGUEIREDO, Ângela **Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira**, Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, 2018, p. 1080-1099. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n2/2179-8966-rdp-09-02-1080.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FISCHER, Izaura Rufino. **A Relação de Gênero na Política de Recursos Hídricos - reflexões introdutórias**. In: XIII Encontro da Redor, 2007, Recife. Disponível em: Recife, Gráfica Corisco, 2006. <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/02/Texto-13.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformar o mundo**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1991.

GOMES, Fernanda Sucupira. **Dupla presença feminina: efeitos da divisão sexual do trabalho sobre o tempo cotidiano das mulheres urbanas de baixa renda**. 2015. 1 recurso online (xvi, 202 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279696>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

GRZYBOVSKI, Cândido. **Água, um bem comum**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/agua-um-bem-comum/3/30555>. São Paulo, 2014. Acesso em: 9 ago. 2018.

GUIMARÃES, Nádia et. al., **Cuidado e Cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão**. Revista Sociol. Antropol. vol.1 no.1, Rio de Janeiro, Jan./Jun 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752011000100151. Acesso em: 20 dez. 2019.

GUIMARÃES, A. Sérgio Alfredo, **Como trabalhar com raça em Sociologia, Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HESS, Charlotte, OSTROM, Elinor. **Understanding knowledge as a commons: from theory to practice**, Massachusetts Institute of Technology, The MIT Press Cambridge, Massachusetts, London, England, 2007.

HIRATA, Helena. **A centralidade do trabalho das mulheres no cuidado aos idosos e a divisão sexual e internacional do trabalho: Brasil, França, Japão**. CRESPPA/CNRS e Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia e Cebrap, Brasil, 2018.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/6498>. Acesso em: 8 ago. 2018.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho** - Cadernos de Pesquisa v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio- 2018. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 out. 2018.

IPEAFRO - Instituto de Pesquisa e Estudos Afro Brasileiros - Sessão Acervo- Jornal Quilombo 70 anos atual como nunca. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/ha-70-anos-jornal-quilombo-entrava-para-historia-da-imprensa-nacional>. Acesso em: 25 nov. 2019.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

KERGOAT, Danièle. **A Divisão Sexual do Trabalho.** In **Dicionário Crítico do Feminismo.** HIRATA et al., São Paulo, p. 67-75, Editora UNESP, 2009.

KOETZ, Vanessa et al., **Direito à cidade, uma outra visão de gênero.** São Paulo, IBDU, 2017. Disponível em: http://wp.ibdu.org.br/wp-content/uploads/2019/04/DIREITO-%C3%80-CIDADE_OUTRA-VIS%C3%83O-GENERO.pdf. Acesso em: 25 dez. 2019.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2002. Manifesto marcha mundial das mulheres e as águas. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2018/03/28/as-aguas-de-marco-banhando-a-nacao>. Acesso em: 1 ago. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo, Editora Centauro, 2001.

MARIANO, Agnes. **Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar** SOF Sempreviva Organização Feminista (SOF), São Paulo, 2014.

MATTOSO, Katia M. Queirós. **BAHIA: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo; Salvador, HUCITEC; Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 1978.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de gênero na convivência com o semi-árido brasileiro: a água para o consumo doméstico.** In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife (PE): Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 173-191.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Além do que se vê: Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia.** 2013. Tese de Doutorado. Dissertação-UFABC: Universidade Federal do ABC. Santo André.

MORENO, Renata Faleiros Camargo (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres.** São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista. 2014.

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Entenda o contexto da guerra da água em Correntina.** Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/28/entenda-o-contexto-da-luta-pela-agua-em-correntina-ba/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

Água nos aglomerados urbanos. Direção de Miguel Przdwoodowski. Roteiro Erika Franziska. MULTIRIO, Empresa Municipal de Múltiplos, Série Cidades Inteligentes. 2010. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/7086-a-quest%C3%A3o-da-%C3%A1gua-nos-aglomerados-urbanos>. Acesso em: 13 mai. 2019.

NEGRI, Sílvio Moisés. **Segregação Socioespacial: Alguns Conceitos e Análises.** In: Periódicos Científicos, nº 99, UFMT, Cuiabá. 2010. Disponível em <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/>. Acesso em: 7 ago. 2018.

NOVAES, Washington. **Eco 92: Avanços e Interrogações.** In: Estudos Avançados. v.6, n.15, São Paulo, maio/ago. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000200005> /. Acesso em: 29 nov. 2019.

Organização das Nações Unidas - ONU - A ONU e o Meio Ambiente - Seção Meio Ambiente, Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro, **O Sistema Classificatório de "Cor ou Raça" do IBGE.** Texto para Discussão nº 996, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2003. Disponível em: http://saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/artigos-e-teses/sistema_classificatorio_racacor_ibge.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** New York: Cambridge University Press, [1990] 2015. 280 p.

PENKALA, Ana. **A mulher é o novo preto: pensando identidades a partir das representações arquetípicas de gênero na série Orange is the new black.** Trabalho apresentado IV SIGAM – Simpósio Internacional Gênero, Arte e Memória em novembro de 2014. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/paralelo31/files/2015/03/13_dossie_04_artigo_penkala.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

PEREIRA, Gilberto Corso. **Habitação e Infraestrutura Urbana em Salvador e Região Metropolitana.** In: CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de e PEREIRA, Gilberto

Corso. (Orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**; Salvador, Edufba, 2008. Mapas. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br>. Acesso em: 15 mai. 2019.

PINHEIRO, Luana S. MEDEIROS, Marcelo. **Desigualdades De Gênero em Tempo de Trabalho Pago e Não Pago Brasil**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Brasília, Rio de Janeiro. 2016.

PONTES, Emílio Tarlis. **A Estreita Relação entre Mulher e Água no Semiárido: o Caso do Programa um Milhão de Cisternas Rurais**. In Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 14-21, jan./ jul. 2013.

REBOB - Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas. www.rebob.org.br. Acesso em: 1 jan. 2020.

ROSE, Dayana. **Trabalho Doméstico no Brasil: Os avanços trazidos pela Lei Complementar 150/15**, Brasília, 2015. Disponível em <https://dayaneroserose.jusbrasil.com.br/artigos/206890453/trabalho-domestico-no-brasil-os-avancos-trazidos-pela-lei-complementar-150-15>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SAFFIOTI, H.I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas**, 1992. p. 183-215.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino. **O Terreiro e a Cidade: ancestralidade e territorialidade nas políticas de ação afirmativa**. Revista do Programa de Sociologia da UFPE, vol. 2 2014, Recife, Pernambuco, nº 20. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235560/28527>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SANTOS, Elisabete et. al. **Atlas sobre o direito de morar em Salvador**. UFBA, Escola de Administração, CIAGS. Faculdade 2 de Julho, Salvador, 2012.

SANTOS, Elisabete et al. **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. 2.ed. Salvador, CIAGS/UFBA; SEMA. 2013.

SANTOS, Elisabete. **A Cidade de Salvador e as Águas**. (Tese de Doutorado) Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. 1999.

SANTOS, Elisabete et. al. **Água como direito e como mercadoria – os desafios da política**. UFBA, Bahia anál. dados, Salvador, v. 23, n. 2, p.437-459, abr./jun. 2013, Repositório, UFBA, 2013- Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24969/1/Agua%20como%20direito%20e%20como%20mercadoria.pdf> . Acesso em: 13 dez. 2019.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Cia. das Letras, São Paulo, 2019.

SILVA, Bárbara Brenda **As relações de gênero no saneamento**: um estudo de caso envolvendo três comunidades rurais brasileiras. UFMG. (Tese de Doutorado Departamento de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2017.

SILVA, Deíde Fátima; LORETO, Maria das Dores Tavares, BIFANO, Amélia Carla. **Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil**. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 17(32): 409-438, jan.-jun. 2017 • Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/3052>. Acesso em: 29 jan. 2020.

SILVA, Maiara Macedo. **A participação da sociedade civil em diferentes modelos de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário**: estudo em quatro municípios no Brasil. (Mestrado) Departamento de Engenharia Ambiental Urbana, Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. UFBA, Salvador. 2010. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9974>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SILVA JÚNIOR, Izidio Rocha, et al., **Água como um Bem Social Público: Os Processos de privatização face ao abastecimento público em Pau Dos Ferros-Rngeosul**, Florianópolis, v. 33, n. 68, p.58-82, set./dez. 2018.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2018v33n68p58>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (Orgs.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

SOARES, Antônio Mateus. **Habitação Popular em Salvador-Ba no final do Século XX**: Arquitetura e Insustentabilidade Social do Projeto. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.23, n.32, 1º sem. PUC MINAS, Belo Horizonte, 2016.

STRÖMQUIST, Liv. **A Origem do Mundo, uma história cultural da vagina ou a vulva vs o patriarcado**. São Paulo, Quadrinhos na cia. 2018.

TUCCI, Carlos E.M. **Águas Urbanas**, em Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. vol 22. nº.63 São Paulo. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200007. Acesso em: 12 mai. 2019.

TUDISNI, José Galizia; TUDISNI Takao Matsumura. **A Água**. São Paulo, Publifolha, 2009, Coleção Folha Explica.

UPADHYAY, B. 2004. **Gender roles and multiple uses of water in North Gujarat**. Working Paper 70. Colombo, Sri Lanka: International Water Management Institute (IWMI). Disponível em: http://www.gewamed.net/share/img_documents/36_res_irwas1.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

VIEIRA, Alexandre Bergamin; MELAZZO, Everaldo Santos. **Introdução ao Conceito de Segregação Socioespacial**. Salvador, Revista FCT, Unesp. 2003. Disponível em revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118. Acesso em: 31 jul. 2018.

APÊNDICE

A – QUESTIONÁRIO QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO

I - CARACTERIZAÇÃO DA ENTREVISTADA

1. Relação com o(a) RESPONSÁVEL da família (marque 1 alternativa)

1. Responsável pelo domicílio 2. Cônjuge ou companheira 3. Filha ou enteada 4. Nora
5. Mãe 6. Sogra 7. Neta ou bisneta 8. Irmã 9. Avó 10. Outro parentesco 11. Agregada,
convivente

II - CARACTERIZAÇÃO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELO IMÓVEL

2. SEXO (marque 1 alternativa)

1. Masculino 2. Feminino 96. Outro 98. Sem informação

3. FAIXA ETÁRIA (marque 1 alternativa)

1. Até 14 anos 2. 15 a 19 anos 3. 20 a 24 anos 4. 25 a 29 anos 5. 30 a 34 anos 6. 35 a 39
anos 7. 40 a 44 anos 8. 45 a 49 anos 9. 50 a 54 anos 10. 55 a 59 anos 11. 60 a 64 anos
12. 65 a 69 anos 13. 70 anos ou mais 98. Sem informação

4. COR/ETNIA (marque 1 alternativa)

1. Branca 2. Preta 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena 98. Sem informação

5. ESCOLARIDADE (curso de nível mais elevado que frequentou, concluído, com
aprovação, ou equivalente -marque 1 alternativa)

1. Analfabeto 2. Apenas sabe ler e escrever 3. Alfabetização de Jovens e Adultos 4.
Ensino Fundamental I (Primário, 1º grau 1ª a 4ª série) 5. Ensino Fundamental II regular
ou supletivo (Ginásio, 1º grau 5ª a 8ª série) 6. Ensino Médio regular ou supletivo
(Científico, Clássico, Técnico, Normal, 2º grau) 7. Ensino Superior de Graduação
(Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo) 8. Ensino Superior Pós-Graduação
Especialização (mínimo de 360 horas) 9. Ensino Superior Pós-Graduação Mestrado
10. Ensino Superior Pós-Graduação Doutorado

III - HABITABILIDADE/AMBIENTE CONSTRUÍDO/BAIRRO

6. Nº de MEMBROS DA FAMÍLIA (marque 1 alternativa)

1. 1 2. 2 3. 3 4. 4 5. 5 6. 6 7. 7 8. 8 9. 9 10. 10.

Mais de 10 moradores 98. Sem informação

7. CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO do imóvel/domicílio (marque 1 alternativa)

1. Próprio 2. Alugado 3. Cedido 4. Ocupado 96. Outro 98. Sem informação

8. Possui ESCRITURA / documento que atesta a propriedade do imóvel (marque 1 alternativa)

1. Sim 2. Não 3. Não sei informar 98. Sem informação 99. Não se aplica (não é o proprietário)

9. Obteve o HABITE-SE da Prefeitura (marque 1 alternativa)

1. Sim 2. Não 3. Não sei informar 98. Sem informação 99. Não se aplica (não é o proprietário)

10. Há quanto TEMPO reside no imóvel (marque 1 alternativa)

1. Até 1 ano 2. + de 1 a 5anos 3. + de 5 a 10 anos 4. + de 10 a 15 5. + de 15 a 20 6. + de 20 anos 98. Sem informação

11. TIPO do imóvel/domicílio (marque 1 alternativa)

1. Casa individual (passe para questão 12) 2. Apartamento (passe para questão 13) 3. Casa de cômodos (passe para a questão 12) 96. Outro 98. Sem informação

12. Se o imóvel/domicílio é do tipo casa, quantos PAVIMENTOS existem (marque 1 alternativa)

1. 1 único pavimento (casa térrea) 2. 2 pavimentos (térreo + 1 pavimento, acima ou abaixo do nível térreo) 3. 3 pavimentos (térreo + 2 pavimentos, acima ou abaixo do nível térreo) 4. 4 pavimentos (térreo + 3 pavimentos, acima ou abaixo do nível térreo) 5. Mais de 4 pavimentos 98. Sem Informação 99. Não se aplica

13. Material predominante nas PAREDES externas do imóvel (marque 1 alternativa)

1. Bloco 2. Madeira 3. Plástico 4. Misto 96. Outro 98. Sem informação

14. Existência de REVESTIMENTO(reboco) nas paredes externas do imóvel (marque 1 alternativa)

1. Sim, apenas por fora 2. Sim, apenas por dentro 3. Sim, por fora e por dentro 4. Sim, em parte por fora 5. Sim, em parte por dentro 6. Sim, em parte por fora e em parte por dentro 7. Não tem por fora e por dentro 96. Outro 98. Sem informação

15. Quantidade de CÔMODOS no imóvel (inclusive banheiro e cozinha e exclusive corredores - marque 1 alternativa)

1. 1 2. 2 3. 3 4. 4 5. 5 6. 6 7. 7 ou mais 98. Sem informação

16. QUANTOS CÔMODOS do domicílio são utilizados exclusivamente como dormitório (marque 1 alternativa)

1. Nenhum 2. 1 3. 2 4. 3 5. 4 6. 5 7. 6 8. 7 ou mais 98. Sem informação

17. Quantos cômodos do imóvel NÃO POSSUEM JANELA / BASCULANTE / COBOGÓ (marque 1 alternativa)

1. Nenhum 2. 1 3. 2 4. 3 5. 4 6. 5 7. 6 8. 7 ou mais 98. Sem informação

18. Indicar se existe VEGETAÇÃO no terreno / rua / casa / prédio (Marque quantas alternativas forem necessárias)

1. Jardim (frente) no imóvel 2. Quintal (fundo) no imóvel 3. Jardim (lateral esquerda) no imóvel 4. Jardim (lateral direita) no imóvel 5. Árvore(s) no passeio ao longo da rua 6. Árvore na porta da casa/prédio 7. Não tem vegetação 96. Outro 98. Sem informação

IV –SANEAMENTO BÁSICO

1-Forma de ABASTECIMENTO DE ÁGUA do domicílio (marque quantas alternativas forem necessárias)

1. Rede de distribuição de água da Embasa) 2. Poço escavado implantado na área do domicílio (passe para a questão 23) 3. Poço tubular implantado pelo condomínio, com tratamento da água (passe para a questão 23) 4. Poço tubular implantado pelo condomínio, sem tratamento da água (passe para a questão 23) 5. Fonte, lagoa ou rio (passe para a questão 23) 96. Outro 97. Não sei responder 98. Sem informação

2-De uma forma geral, qual a FREQUÊNCIA do abastecimento de água da Embasa no domicílio? (marque apenas uma alternativa)

1. Tem água da rede da Embasa durante o dia todo (dia e noite). 2. A água da rede da Embasa só chega à noite todos os dias 3. Falta água na rede da Embasa até dois dias da semana 4. Falta água na rede da Embasa mais de 2 dias da semana, mas o reservatório garante o abastecimento 5. Falta água na rede da Embasa mais de 2 dias da semana, não

possui reservatório e recorre a outros meios para obter água 96. Outro 97. Não sei responder 98. Sem informação 99. Não se aplica

2.2-Em sua opinião, qual a QUALIDADE DA ÁGUA da Embasa que chega à sua torneira? (não considerar o cheiro de cloro)

1. Boa (límpida, sem cheiro, gosto bom) 2. Regular (apresenta alguma cor/sujeira, algum cheiro) 3. Ruim (escura/suja, cheiro ruim) 97. Não sei responder 98. Sem informação 99. Não se Aplica 23.

3-Existência de BANHEIRO com instalações hidrossanitárias

1. Sim, tem banheiro com vaso sanitário, pia e chuveiro 2. Sim, tem banheiro com vaso sanitário e pia 3. Sim, tem banheiro com vaso sanitário e chuveiro 4. Sim, tem banheiro com vaso sanitário 5. Sim, tem banheiro apenas chuveiro 6. Não tem banheiro 97. Não sei responder 98. Sem informação

4-Existência de RESERVATÓRIO no domicílio ou no edifício ou condomínio

1. Sim, tem reservatório com tampa 2. Sim, tem reservatório sem tampa 3. Sim, tem reservatório (não sabe especificar se com ou sem tampa) 4. Não tem reservatório 97. Não sei responder 98. Sem informação

5-Destino dos ESGOTOS DOMÉSTICOS (marque quantas alternativas forem necessárias). PERGUNTAR E/OU OBSERVAR

1. Rede coletora de esgoto em bom funcionamento 2. Rede coletora de esgoto com funcionamento precário 3. Fossa "séptica" 4. Galeria/tubulação de drenagem de águas pluviais (água de chuva) 5. Canal de drenagem de águas pluviais (água de chuva) 6. Em vala a céu aberto no solo/terreno 7. Direto da casa no rio/canal 96. Outro 97. Não sei responder 98. Sem informação

6-Condições da REDE DE DRENAGEM do logradouro (marque quantas alternativas forem necessárias). PERGUNTAR E/OU OBSERVAR

1. Em aparente bom estado 2. Boca de lobo obstruída ou danificada 3. Poço de visita obstruído ou danificado 4. Galeria/tubulação obstruída ou danificada 5. Sarjetas /sarjetões obstruídos ou danificados 6. Escadarias ou rampas drenantes obstruídas ou danificada 7. Não existe rede de drenagem 96. Outro 97. Não sei responder 98. Sem informação

7-Opinião sobre os RIOS, LAGOS E FONTES do bairro e da cidade de Salvador (marque quantas alternativas forem necessárias)

1. Uma área de lazer e convivência 2. Um lugar para pescar 3. Um canal de esgoto 4. Um lugar onde se joga lixo 5. Um lugar para pegar água ou dar água para os animais 6. Um lugar bonito 96. Outro 97. Não sei responder 98. Sem informação

B – ROTEIRO DE ENTREVISTA ÁGUA SUBSTANTIVO FEMININO

1- Já constatada a intermitência, como é enfrentado o problema da falta de água pelos moradores da unidade domiciliar?

1.1 Por que falta água?

1.2 O que acontece com a água da chuva?

2- Caso exista a possibilidade de recolhimento de água em fonte ou lago próximo, quem cumpre a tarefa, como é realizada, em quanto tempo?

3- Como a comunidade do entorno se mobiliza para a solução?

4- Qual o papel das mulheres na solução cotidiana e na mobilização?

5- Rios, fontes, nascentes, lagoas, reservatórios, quais existem no entorno?

6- Rios transformados em esgotos, (Camarajipe) o que pensa?

7- O que você se lembra com relação às águas de Salvador, seus rios, suas fontes?

8- Como é a distribuição do trabalho doméstico?

9- Quantas horas por dia se leva para realizar todas as tarefas?

10- Caso sua habitação não tenha reservatório, por quê?

11- Homens se mobilizam pela água na comunidade? Quando os homens recolhem águas?

12- Quantas pessoas se envolvem no trabalho doméstico, entre adultos (homens e mulheres), idosos, crianças, quem se envolve?

13- Quem realiza as seguintes tarefas: Lavar a roupa, cozinhar, limpar a casa, lavar banheiros, cuidar dos animais, cuidar das plantas, compras, crianças, idosos, doentes, buscar águas, lavar veículos, cuidar da área externa.